



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2009

SUMÁRIO

Apresentação	5
Membros da CDHM.....	9
Números das atividades da CDHM.....	10
Subcomissões.....	10
 1. AÇÃO LEGISLATIVA.....	 13
Emendas da CDHM para a Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	14
 2. PROMOVENDO OS DIREITOS HUMANOS.....	 17
Participação em fóruns e espaços de cooperação.....	17
PNDH-3 é fruto de mobilização popular e gera reações conservadoras.....	18
CDHM participou de reunião pública em Ilhéus.....	23
 3. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: CASOS EMBLEMÁTICOS.....	 25
1Proteger a vida e dar condições de atuação aos defensores dos direitos humanos.....	25
2Movimentos sociais e defensores de direitos humanos: criminalização e ameaças.....	25
Casos de defensores de direitos humanos.....	27
Caso Manoel Mattos.....	28
Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RS).....	31
Caso Pará.....	32
Programa de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos.....	33
 4. QUESTÃO RACIAL.....	 35
Diálogo articulado pela CDHM promove diversidade racial no mercado de trabalho.....	35
Saúde da população negra foi debatida em audiência pública na Câmara.....	36
Cotas raciais nas universidades foram debatidas em audiência da CDHM.....	38
Audiência antecipa debates de Conferência da ONU contra o racismo.....	38
CDHM atua em defesa de políticas de promoção da igualdade racial questionadas nos tribunais.....	39
Carta aberta aos Desembargadores do TJ-RJ.....	39
 5. DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS.....	 41
Mato Grosso do Sul.....	41
Pelo direito de defender direitos - contra a criminalização do povo indígena Xukuru.....	42
Polícia Federal acusada de torturar índios Tupinambá na Bahia.....	44
CDHM quer melhorar abrigo e atendimento a indígenas em Brasília.....	45
CDHM exhibe documentário sobre Mário Juruna.....	46
Protesto contra massacre de índios no Peru.....	46
 6. QUESTÕES INTERNACIONAIS.....	 49
Dirigentes sindicais do Haiti solicitam apoio da CDHM para a retirada das tropas da Minustah.....	49
CDHM recebe Relator da ONU para o Direito à Alimentação.....	50
CDHM participa do 3º Encontro Europeu de Brasileiros no Exterior.....	51
Seminário avalia agenda internacional do Brasil para direitos humanos.....	52
Pelo imediato cessar-fogo na Faixa de Gaza e o início de negociações.....	53
Golpe militar em Honduras é atentado à democracia e aos direitos humanos.....	54
Pela liberdade dos cidadãos bahá'í presos no Irã.....	54
Parlamentares britânicos são recebidos pela CDHM.....	56
Carta aberta defende refúgio concedido pelo Brasil a perseguidos políticos torturados no Paraguai..	56
Secretário da ONU debate com deputados programa sobre HIV/AIDS.....	58

Nota de pesar pela tragédia no Haiti.....	58
Subcomissão e Grupo de Trabalho focam migrações e refúgio internacional.....	59

7. COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO..... 61

Saldo da 1ª Conferência Nacional de Comunicação é extremamente positivo.....	61
Confecom tem perspectiva de comunicação como direito de todos.....	62
Seminário Violações de DH e o controle social da mídia no FSM-2009.....	62
CDHM promove outros eventos sobre comunicação no Fórum Social Mundial.....	63
Audiência pública debate Confecom e novo ranking da baixaria na TV.....	63
Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”.....	64

8. XI FÓRUM PARLAMENTAR NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS..... 67

Parlamentares debatem diretrizes de políticas para direitos humanos, segurança e comunicação.....	67
---	----

9. DIREITOS SOCIAIS SÃO DIREITOS HUMANOS..... 69

O avanço dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCAAs).....	69
Reforma Agrária.....	70
Caso emblemático: reforma agrária às avessas.....	72
Grandes projetos e os Direitos Humanos.....	72
Relatores Nacionais de Direitos Humanos foram empossados em audiência pública da CDHM.....	73
Lançado relatório sobre situação da moradia no Brasil	74
CDHM debate em seminários desastres socioambientais e situações de emergência.....	75
CDHM analisa denúncias de violações de direitos em projeto siderúrgico.....	76
PEC do direito humano à alimentação foi aprovada com o apoio da CDHM.....	77
CDHM pede informações sobre morte de militante sem-terra no RS.....	77
Impactos sociais e ambientais da mineração são debatidos em audiência pública.....	78
Direitos dos carvoeiros libertados em Jaborandi (BA) devem ser respeitados e protegidos.....	79
Comissão discute suspeita de fraude em decreto sobre previdência.....	80
CDHM debate a PEC dos cartórios.....	81
Situação dos demitidos da Vale durante governo Collor é tema de audiência pública.....	81

10. SEGURANÇA PÚBLICA..... 83

1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG).....	83
CDHM debate ação de milícias em audiência pública.....	85
Comissões acionam MP diante de violência policial em manifestações contra a corrupção no DF.....	86
CDHM realizou diligência em João Pessoa.....	87
Repressão violenta sobre manifestação na USP.....	88
Violência no Entorno do Distrito Federal foi tema de audiência pública na CDHM.....	89
CDHM presta solidariedade a famílias de adolescentes desaparecidos em Luziânia.....	90

11. HUMANIZAR O SISTEMA CARCERÁRIO É NECESSIDADE URGENTE..... 91

Seminário debate os 25 anos da Lei de Execução Penal e o Sistema Penitenciário Brasileiro.....	91
Diligências no ES constata desrespeito à dignidade humana.....	92
Seminário examina situação do sistema carcerário	93
CDHM vai a Porto Alegre, avalia situação do Presídio Central e ouve testemunha de morte do ex-presidente João Goulart.....	93

12. ACESSO À JUSTIÇA..... 95

Comissão atua para fortalecer defensorias públicas.....	95
Caso emblemático de tortura.....	96
Manifestação ante o STJ em defesa das mulheres vítimas do médico Roger Abdelmassih.....	97
Caso Cesare Battisti	99
Em defesa da ética e transparência no serviço público.....	101
CDHM debate em audiência chacina de Unai(MG).....	102

Moção de apoio ao Juiz Federal Fausto Martin de Sanctis.....	102
Nota em desacordo ao sacerdote e deputado Luiz Couto.....	103

13. EM DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT..... 105

Câmara sedia o 6º Seminário Nacional LGBT.....	105
CDHM manifesta-se contra violência homofóbica.....	105
Moção de repúdio a declarações do governador André Puccinelli contra o Ministro Carlos Minc.....	106
Moção de repúdio às declarações homofóbicas do técnico Hélio dos Anjos.....	106

14. NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... 109

Reforma antimanicomial foi tema de audiência pública na CDHM.....	109
Lançamento do livro Damião Ximenes: primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	109
Evento comemora a 2ª edição do Dia Internacional do Autismo.....	109
I Fórum de Deficiência Intelectual e X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual.....	110

15. DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À ANISTIA..... 113

Comissão defende inclusão de familiares na busca de corpos no Araguaia.....	113
Seminário atualiza debate sobre direito à verdade e à memória.....	113
Imprescritibilidade dos crimes de tortura foi debatida nas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa.....	114
Delegação da CDHM ouve em Porto Alegre testemunha da morte do ex-presidente João Goulart...115	
Anistia e direitos humanos foi tema de seminário internacional que prestou homenagem a Manoel da Conceição.....	116

16. EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE..... 117

Seminário aborda o tráfico e exploração de crianças e adolescentes.....	117
CDHM defende conciliação no caso do menino Sean Goldman.....	117
CDHM debate, juntamente com parlamentares de quinze países, ações de combate à violência contra crianças e adolescentes.....	118
Audiência fortalece campanha pela aprovação do Estatuto da Juventude.....	119
20 anos do ECA foi tema de seminário.....	119
Comissões se unem para avaliar os 15 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.....	120
CDHM verifica no Pará denúncias de tráfico e exploração de crianças e adolescentes.....	121
Audiência conclui que recomendações da Comissão Interamericana para o CAJE não foram cumpridas.....	122
Seminário divulga pesquisa e debate legislação e políticas públicas sobre crime e consumo de drogas.....	123
Fechamento de escolas no Rio Grande do Sul: um apelo à razão.....	124

IN MEMORIAN..... 125

Pesar pelo falecimento do deputado Clodovil Hernandez.....	125
Deputado Dr. Pinotti deixou legado de defesa da saúde da mulher.....	125
Comissão homenageia Adão Pretto.....	126
Neide Castanha homenageada.....	126

CDHM inaugura galeria de fotos e rememora catorze anos de luta..... 127

ARTIGOS

28 de agosto de 2009: 30 anos da Lei da Anistia.....	129
Conquistas e perspectivas para os direitos humanos.....	131

APRESENTAÇÃO

O ano de 2009 foi para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) um período de desafios. Típicos dos momentos históricos em que muitas transformações podem ser feitas, desde que estejamos atuantes para potencializar nossa contribuição nas mudanças em curso.

Na linha do enfrentamento desses desafios foi relevante a articulação com a sociedade civil organizada, seja com organizações nacionais, regionais e locais no atendimento de suas demandas, seja na realização conjunta de ações estratégicas para os Direitos Humanos. Estas atividades suscitaram momentos de reflexão plural sobre temas como, por exemplo, o direito à verdade, direito à moradia, milícias rurais e urbanas, o direito das pessoas com deficiência, a questão racial, impactos sociais e ambientais dos grandes projetos econômicos e a prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais.

Cada um desses e de outros temas geraram propostas concretas, abriram processos de articulação, mobilização e pressão numa ação conjunta entre Poder Legislativo/CDHM e organizações da sociedade civil.

Este é o poder e o papel efetivo da Comissão, iniciativas políticas que a princípio parecem não trazer resultados imediatos em face das violações de Direitos Humanos, mas que propiciaram algumas mudanças e refreiam impulsos e tendências de violência. Os posicionamentos da Comissão conjuntos com a sociedade em geral são ouvidos, pois o colegiado parlamentar goza de legitimidade. Esses posicionamentos contribuem para formar a opinião pública no campo dos Direitos Humanos.

Sobre a ação legislativa, a CDHM avaliou vários projetos importantes. Analisou e emitiu parecer favorável à criação do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. O mesmo ocorreu com o que transforma o atual Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional de Direitos Humanos – este aguardando agenda para votação no plenário da Câmara. Foram rejeitados vários outros projetos de iniciativa de membros da bancada ruralista que tentavam impedir, por meio de decretos legislativos, atos de homologação de áreas indígenas e territórios quilombolas.

Cabe destacar que, para além do exame de proposições legislativas, a realização de eventos como seminários, audiências públicas e missões externas constituíram oportunidades para a defesa intransigente dos direitos das minorias e grupos vulneráveis. Neste sentido, deu-se visibilidade e voz a trabalhadores sem-terra, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, lideranças juvenis, trabalhadores da mineração, pescadores e ribeirinhos, detentos, mulheres, adolescentes e crianças vítimas de violência.

Estes segmentos foram ouvidos pela Comissão, puderam expor suas idéias e propostas que podem melhorar as leis. Essa interlocução com setores da população historicamente excluídos exigiu articulação política, revisão de algumas políticas públicas e abriu portas ao diálogo, em especial com o Poder Executivo federal e de alguns estados.

Um outro aspecto merecedor de análise é quanto as Conferências – espaços de participação, deliberação e controle social das políticas públicas –, dentre as quais ressaltamos quatro temáticas onde a Comissão deu efetiva colaboração: Igualdade Racial, Comunicação, Segurança Pública e a de Direitos Humanos, esta realizada em 2008, mas com seu mais importante desdobramento em 2009, o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), em cuja construção a Comissão teve papel ativo.

Nessas Conferências foi possível avaliar a eficácia e eficiência das políticas públicas em relação ao cumprimento dos Direitos Humanos, fortalecer e legitimar o caráter participativo e deliberativo das conferências, permitindo a participação da sociedade civil seja na definição do conteúdo, na formatação da metodologia, seja nas plenárias estaduais e nacional.

As conferências estão se tornando um exemplo de como combinar instrumentos da democracia representativa com a democracia participativa. O produto são diretrizes e propostas com efetivo apoio na sociedade e compromisso de implementação. Os projetos de leis e programas de políticas públicas que podem resultar dessas conferências estarão apoiadas em sólidas bases, na experiência de diferentes segmentos da sociedade e do Estado, com maior viabilidade política. Até porque não elimina o papel do Legislativo, mas confere às propostas a qualidade que só a participação ampla na sua elaboração podem assegurar.

Relevante também foram os debates que avaliaram de forma crítica e construtiva programas e ações do Poder Executivo, nos quais foi possível identificar fragilidades e qualidades, agregando a elas a análise a partir da perspectiva dos direitos humanos. Foi o caso do Programa de Proteção à Testemunhas – PROVITA, Minha Casa, Minha Vida, Programa de cotas, PROUNI, abrigamento indígena, acessibilidade para deficientes, entre muitos outros programas. Essa tem sido uma demanda da sociedade que levanta necessidade de debate e a Comissão proporciona sempre o contraditório e a busca do aperfeiçoamento das políticas públicas.

Um balanço temático da gestão que ora se encerra na CDHM demonstra que a Comissão ampliou sua intervenção na promoção dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA's). Isso se deu, primeiramente, no encaminhamento e monitoramento de casos concretos que envolvem a violação dos direitos desse campo. Também abrangeu a ação legislativa, com o acompanhamento da tramitação de Projetos de Lei em outras Comissões sobre esses direitos. Mesmo na promoção de debates nessa área, foram numerosos os seminários e audiências públicas.

Sobre os casos não seria possível relatar cada um deles, mas é preciso lembrar que a CDHM realizou numerosos atendimentos individuais e coletivos, buscando soluções e equacionamento junto aos órgãos dos poderes públicos competentes. Em todos eles, buscou-se acompanhar todos os procedimentos solicitados, cobrando respostas e monitorando resultados alcançados.

Não faltaram obstáculos a enfrentar. Houve no período tentativas de desconstituição de direitos, por meio de projetos de decretos legislativos invalidando atos do poder Executivo de reconhecimento de terras indígenas e quilombolas.

Outro enfrentamento importante foi na defesa da liberdade de expressão como direito humano de todos, em face do movimento de corporações midiáticas de se apoderarem de forma exclusiva desse direito, em detrimento do conjunto da sociedade. A realização exitosa da 1ª Conferência Nacional de Comunicação e o conjunto de resoluções aprovadas apontou caminhos para a democratização do setor, em consonância com a Constituição Federal, que permanece sem regulamentação diante das pressões desses grupos empresariais.

Mas a reação diante do poder político de grupos empresariais se manifestou na denúncia de movimentos sociais, que se sentem agredidos quando suas manifestações são criminalizadas, sem direito a contraditório nos espaços midiáticos.

Nesse contexto, cabe registrar os pequenos mas importante avanços da CDHM no tocante aos seus canais de comunicação: entre outros itens, cabe mencionar que, em 2009, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias foi órgão pioneiro da Câmara dos Deputados a

utilizar a ferramenta Twitter e a criar um canal no Youtube, maior banco de dados de vídeos da Internet, com o objetivo de facilitar a divulgação das suas atividades e dos temas de direitos humanos.

Outra dimensão dos direitos humanos contra a qual houve mobilização de setores que embora restritos, ainda estão mobilizados e com apoio na mídia, refere-se à do direito à verdade e à memória. Remanescentes da repressão durante a ditadura militar reagiram diante do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.

Apesar das dificuldades, foi possível atuar de forma a avançar e efetivar os Direitos Humanos. O tema está em destaque na pauta política e em debate na sociedade, embora apresentado por vezes de forma distorcida. As eleições de 2010 constituem oportunidade para continuar o debate e para inserir novas dimensões dos Direitos Humanos na plataforma de compromissos dos candidatos.

As conquistas mais significativas em direitos humanos ocorreram como fruto da organização na sociedade civil e no Poder Público, cada qual com suas especificidades. Assim as perspectivas de novos avanços devem estar associadas a mais articulação entre os defensores de direitos humanos, atuem na sociedade civil ou nas entidades do poder público.

Neste relatório, disponibilizamos à leitora e ao leitor um resumo das atividades que, de alguma forma, representam os temas mais recorrentes do cotidiano desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Aqueles que se sentirem motivados a buscar mais informações poderão solicitá-las. Essas informações são públicas e nosso compromisso é de absoluta transparência na prestação de contas - um dever de todo órgão público.

Cabe registrar aqui a qualidade do conjunto dos membros titulares e suplentes deste colegiado parlamentar. Número expressivo de seus integrantes participou efetivamente dos trabalhos aqui resumidos, emprestando suas experiências, seus conhecimentos e capacidade de ação política concreta.

Registro também o empenho e a qualidade da equipe de servidores, que se envolveram no trabalho irmanados no mesmo compromisso de promover a instituição parlamentar a serviço da sociedade.

Resta desejar que em 2010 Deus permita-nos atuar com maior vigor na defesa dos direitos humanos – os direitos de todos e todas.

Deputado Luiz Couto
Presidente

PARLAMENTARES MEMBROS DA CDHM

Presidente: Luiz Couto (PT/PB)
 1º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT/GO)
 2º Vice-Presidente: Cleber Verde (PRB/MA)
 3º Vice-Presidente: Geraldo Thadeu (PPS/MG)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Domingos Dutra-PT/MA	Antonio Bulhões-PMDB/SP
Janete Rocha Pietá-PT/SP	Carlos Abicalil-PT/MT
Lucenira Pimentel-PR/AP	Iriny Lopes-PT/ES
Luiz Couto-PT/PB	José Linhares-PP/CE
Pastor Pedro Ribeiro-PMDB/CE	Lincoln Portela-PR/MG
Pedro Wilson-PT/GO	Luiz Alberto-PT/BA
Ricardo Quirino-PR/DF	Paes de Lira-PTC/SP
Suely-PR/RJ	Pastor Manoel Ferreira-PTB/RJ
Veloso-PMDB/BA	Paulo Henrique Lustosa-PMDB/CE
PSDB/DEM/PPS	
Edmar Moreira-DEM/MG	Eduardo Barbosa-PSDB/MG
Geraldo Thadeu-PPS/MG	Waldir Neves-PSDB/MS
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Pompeo de Mattos-PDT/RS	Janete Capiberibe-PSB/AP
	Paulo Rubem Santiago-PDT/PE
	Uldurico Pinto-PMN/BA
PHS	
Miguel Martini-PHS/MG	
PRB	
Cleber Verde-PRB/MA	
PV	
	Antônio Roberto-PV/MG
PSOL	
Chico Alencar-PSOL/RJ	Luciana Genro-PSOL/RS

Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados

Fones: +55 61 3216-6570 - Fax: +55 61 3216-6580

E-mail: cdh@camara.gov.br - Site: <http://www.camara.gov.br/cdh>

Twitter: <http://twitter.com/cdhcamara> – Youtube: <http://www.youtube.com/cdhcamara>

Endereço: Câmara dos Deputados, Anexo II - Sala 185 A

CEP 70160-900 – Brasília(DF) - Brasil

NÚMEROS DE ATIVIDADES DA CDHM

(Março a Dezembro de 2009)

- 16** Reuniões deliberativas
- 13** Seminários
- 32** Audiências públicas
- 5** Eventos externos
- 3** Outros eventos
- 2** Plenárias ampliadas
- 1** XI Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos
- 2** Exibições de filmes documentários seguidas de debates
- 3** Videoconferências
- 12** Proposições legislativas deliberadas

SUBCOMISSÕES

Foram criadas na CDHM, por escolha dos membros, 2 subcomissões especiais e 2 subcomissões permanentes. Foram instaladas as seguintes subcomissões:

Subcomissão Especial Anistia e reintegração aos servidores públicos que aderiram ao PDV e PDI a partir de 1995

Parlamentar	Partido	Telefone
Cleber Verde	PRB/MA	32155581
Luiz Alberto	PT/BA	32155954
Pompeo de Mattos	PDT/RS	32155810

Subcomissão Permanente Em Defesa dos Aposentados e Pensionistas

Parlamentar	Partido	Telefone
Antônio Roberto	PV/MG	32155712
Cleber Verde	PRB/MA	32155581
José Linhares	PP/CE	32155860
Paes de Lira	PTC/SP	32155267
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB/CE	321 55342
Pompeo de Mattos	PDT/RS	32155810

Subcomissão Permanente Migrações e Questões Internacionais, com Enfoque Especial para a Mulher, nas Questões de Tráfico Sexual e Violência

Parlamentar	Partido	Telefone
Eduardo Barbosa	PSDB/MG	32155540
Geraldo Thadeu	PPS/MG	32155248
Janete Capiberibe	PSB/AP	32155223
Janete Rocha Pietá	PT/SP	32155578
Pedro Wilson	PT/GO	32155940

Para atuar junto a esta Subcomissão, foi instalado também, na mesma ocasião, em 1º de setembro de 2009, o Grupo de Trabalho (GT) sobre Migrações e Refúgio.

O GT foi constituído como rede informal de entidades atuantes na área para contribuir para viabilizar avanços nos direitos humanos das cidadãs e cidadãos migrantes, tanto brasileiros no exterior, quanto imigrantes vivendo no Brasil, bem como acompanhar e fortalecer as questões relacionadas a refúgio e à atenção aos refugiados, particularmente no âmbito das políticas públicas.

**Subcomissão Especial
Sistema Carcerário**

Parlamentar	Partido	Telefone
Domingos Dutra	PT/MA	32155806
Iriny Lopes	PT/ES	32155469
Janete Rocha Pietá	PT/SP	32155578
Luiz Couto	PT/PB	32155442
Pedro Wilson	PT/GO	32155940
Veloso	PMDB/BA	32155622

Esta Subcomissão especial teve como coordenador o deputado Domingos Dutra (PT-MA), e como relatora a deputada Iriny Lopes (PT-ES).

A Subcomissão atuou fortemente na fiscalização de alguns centros de detenção em situação crítica e no debate sobre ao sistema penitenciário, no marco dos 25 anos da Lei de Execução Penal (LEP).

Foi realizado um seminário de avaliação da LEP e realizadas inspeções em presídios, com levantamento de dados sobre a população carcerária, verificação das situações específicas desde as visitas da CPI do Sistema Carcerário realizadas em 2008, acompanhamento do orçamento destinado ao sistema e reuniões com autoridades dos estados a serem visitados.

1. AÇÃO LEGISLATIVA

Proposições apreciadas na Comissão entre 01/01/09 a 16/12/09

- PL-3410/2008** Deputado Henrique Afonso – Introduz o art. 1211-D na Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código de Processo Civil, para dispor sobre **prioridade na tramitação de processos de interesse dos Índios**.
Aprovado o parecer contra o voto do deputado Paes de Lira.
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela aprovação da matéria.
Matéria aprovada na CDHM em 20/05/09.
- PL-4574/2009** Poder Executivo – Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 4.319, de 16 de março de 1964, que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH (**restabelece representações das lideranças da Mi noria e Maioria entre membros do Conselho Nacional de Direitos Humanos**, a ser criado).
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela aprovação, com emenda.
Matéria aprovada em 20/05/09.
- PLP-452/2009** Deputado João Herrmann – Dá nova redação ao caput do art. 1º da Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001.
Explicação da Ementa: Inclui no fundo de Combate e Erradicação da Pobreza políticas de superação das desigualdades raciais, com condições dignas de vida.
Aprovado o parecer contra o voto do deputado Paes de Lira.
Parecer do relator, deputado Veloso (PMDB-BA), pela aprovação.
Matéria aprovada em 24/06/09.
- PDC-48/2007** Deputado Valdir Colatto – **Susta** os efeitos da portaria nº 793, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que homologa **a demarcação pela Funai da Terra Indígena Toldo Imbu**, no Município de Abelardo Luz, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 11/03/09.
- PDC-49/2007** Deputado Valdir Colatto – **Susta** os efeitos da portaria nº 795, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que amplia os limites da área denominada pela Funai como **Terra Indígena Toldo Pinhal**, localizada nos Municípios de Seara, Paial e Arvoredo, Estado de Santa Catarina, declarando-a de posse permanente do grupo indígena Kaingang.
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 11/03/09.
- PDC-50/2007** Deputado Valdir Colatto – **Susta** os efeitos da portaria nº 790, de 19 de abril de 2007, do Ministério da Justiça, que homologa a demarcação da **área denominada pela Funai como Guarani de Araça'y**, nos Municípios de Cunha Porã e Saudades, Estado de Santa Catarina, declarando-a como de posse permanente do grupo indígena Nhandéva-Chiripá.
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 24/06/09.

- PDC-797/2008** Deputado Dagoberto – **Susta** as portarias do presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, de nº 788, 789, 790, 791, 792, e 793, todas de 10 de julho de 2008, que **instituem Grupos Técnicos com o objetivo de realizar a primeira etapa dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica e ambiental** necessários à Identificação e delimitação de terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani nas regiões que mencionam, localizadas ao Sul do Estado do Mato Grosso do Sul.
Aprovado o parecer do relator, deputado Pedro Wilson, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 24/06/09.
- PL-4575/2004** Poder Executivo – **Institui o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos** e dá outras providências.
Aprovado o parecer do relator, deputado Luiz Couto, com emenda.
Matéria aprovada em 08/07/09.
- PL-3056/2008** ANGELO VANHONI – Institui as unidades de preservação do patrimônio cultural brasileiro.
Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, Dep. Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), pela aprovação do PL. Em 02/09/09.
- PL-490/2007** HOMERO PEREIRA – Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que **dispõe no Estatuto do Índio que as terras indígenas serão demarcadas por meio de leis e não mais decretos** do poder Executivo.
Aprovado o parecer da relatora, Deputada Iriny Lopes, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 05/08/09.
- PDC-510/2008** HOMERO PEREIRA – Susta os efeitos do Decreto do Presidente da República, de 11 de dezembro de 1998, sem número, que homologa a demarcação administrativa da **Terra Indígena Maraiwatsede**, localizada nos Municípios de Alto Boa Vista e São Félix do Araguaia, no Estado do **Mato Grosso**.
Aprovado o parecer da relatora, Deputada Janete Capiberibe, pela rejeição.
Matéria rejeitada em 04/11/09.
- PDC-1346/2008** HOMERO PEREIRA – Susta o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.
Aprovado o parecer do relator, Deputado Luiz Alberto, pela rejeição da matéria
Matéria rejeitada em 25/11/09.

- Emendas da CDHM para o Orçamento 2010 e a Lei e Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A CDHM valorizou o processo orçamentário procurando alocar de forma politicamente democrática e tecnicamente criteriosa recursos da União na execução de políticas públicas. Cada comissão permanente da Câmara tem direito a apresentar quatro emendas ao Orçamento e cinco à LDO, além de número indefinido de emendas de texto à LDO, na sua respectiva área temática.

A CDHM examinou várias alternativas de emendas, tendo recepcionado propostas vindas tanto de entidades da sociedade civil quanto de órgãos governamentais executores de programas no setor. Colocadas em votação, as emendas relacionadas a seguir foram

aprovadas pelo voto do plenário da Comissão. As da LDO no dia 20 de junho e as do Orçamento de 2010 no dia 18 de dezembro de 2009.

Além de debater e apresentar as emendas, a Comissão atua no acompanhamento dos desdobramentos de sua tramitação no Congresso Nacional e, posteriormente, na tentativa de garantir a efetiva execução dos recursos destinados.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) orienta a elaboração do Orçamento da União para o ano a que se refere. Cada comissão permanente da Câmara tem o direito de apresentar emendas de metas e de texto à LDO.

Emendas de metas da CDHM à LDO – 2010

Programa/Ação	Meta
Programa: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas-MJ 1. Ação: Promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas	Índios atendidos: 3.500
Programa: 0154 – Garantia e Acesso a Direitos Humanos(SEDH) 2. Ação: Apoio a centros de referência em Direitos Humanos(SEDH)	Centros apoiados: 27
Programa: Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa(SEDH) 3. Ação: Fortalecimento institucional da rede nacional de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa	Instituições apoiadas: 27
Programa: 0073 – Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes(SEDH) 4. Ação: Apoio a Comitês de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes	Comitê apoiado: 27
Programa: 0699 – Assistência Jurídica Integral e Gratuita(DPU/MJ) 5. Ação: Instalação de Serviços da Defensoria Pública da União	Serviços instalados: 27

Emendas da CDHM ao texto da LDO – 2010

Emenda Substitutiva – Dê-se a seguinte redação ao caput do Art. 4º: "Art. 4º As prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2010, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, correspondem às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e ao PPI, bem como àquelas constantes do Anexo I desta Lei, especialmente as que promovam a igualdade de gênero e étnico-racial ou atendam a pessoas com deficiência , as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2010, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa."
Emenda Aditiva – Inclua-se o seguinte parágrafo no art. 49:

"§1º. As empresas, inclusive as instituições bancárias, que receberem recursos públicos, ou tiverem isenção/ redução de impostos devido à situação de crise deverão assegurar contrapartida social, como manutenção de empregos, novas contratações ou aumentos salariais".

Emenda Aditiva – Inclua-se o seguinte inciso no art. 91, renumerando os demais:

"I – redução dos níveis de desemprego e assegurar o trabalho decente a trabalhadores e trabalhadoras".

Emenda Aditiva - Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 4º:

"Parágrafo único: Fica o poder executivo obrigado a publicar demonstrativo de cumprimento de metas sociais, por metas físicas e financeiras, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, com avaliação do cumprimento das metas sociais relativas ao ano anterior. O desenvolvimento das ações para cumprimento dessas metas será amplamente divulgado, permitindo seu monitoramento pela sociedade".

Emenda Aditiva – Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 17, renumerando os demais:

"§ 4º O Poder Executivo realizará audiências públicas durante a apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2010, que contarão com a participação de entidades dos movimentos sociais, em conformidade com o disposto no inciso I do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 2000".

Emenda Aditiva – Inclua-se o seguinte parágrafo no Art. 71, renumerando os demais:

"§2º Os órgãos deverão divulgar no prazo de 20 dias úteis após o estabelecido no caput deste artigo o impacto da limitação de empenho e movimentação financeira nos programas e ações a seu cargo".

Emendas da CDHM ao Orçamento da União para 2010

Programas/Ações	Valor na proposta orçamentária do Executivo	Valor da emenda apresentada pela CDHM
Programa: Proteção a pessoas ameaçadas (SEDH) 1. Ação: Proteção a defensores de direitos humanos.	R\$ 2.000.000,00	R\$ 5.000.000,00
Programa: Brasil Quilombola (solicitação da SEPPIR) 2. Ação: Fomento ao desenvolvimento local para comunidades remanescentes de quilombos –SEPPIR	R\$ 5.916.000,00	R\$ 50.000.000,00
Programa: Enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. (solicitação do Dep. Paulo Henrique Lustosa) 3. Ação: Apoio a comitês de enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes	R\$ 132.057,00	R\$ 80.000.000,00
Programa: Prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. (solicitação da Secretaria Especial de Políticas p/ as Mulheres) 4. Ação: Ampliação e consolidação da Rede de Serviços Especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.	R\$ 16.365.000,00	R\$ 50.000.000,00

2. PROMOVENDO OS DIREITOS HUMANOS

- Participação em fóruns e espaços de cooperação:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias é parte integrante de diversos fóruns coletivos, em que entidades do poder público e da sociedade civil se somam para atingir objetivos comuns. Essa é, aliás, uma prática saudável na área de direitos humanos. A CDHM não apenas tem representante, mas mantém participação ativa, estimulando, promovendo, fortalecendo esses espaços democráticos. Eis alguns dos fóruns com participação da CDHM:

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) - A Comissão de Direitos Humanos participa do CDDPH, presidido pelo ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Este é o principal colegiado no Poder Executivo na área de direitos humanos, e analisa os casos de violação de direitos humanos mais importantes em âmbito nacional que lhe são encaminhados pelo governo e entidades civis.

No decorrer de 2009, o CDDPH instaurou, entre outros procedimentos, um de iniciativa da sociedade civil para apurar as ações de criminalização de movimentos sociais e defensores de direitos humanos. A criminalização contra movimentos sociais e defensores de direitos humanos tem sido feita por agentes públicos que usam para isso o poder de Estado, além de órgãos de mídia que usam concessões públicas para praticar injúrias e ofensas.

Entre os projetos com acompanhamento prioritário da CDHM, está o Projeto de Lei 4715/94, que transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana no Conselho Nacional de Direitos Humanos.

Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa - Criado em 2006 com a participação da CDHM, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa reúne cerca de 30 entidades civis e de Estado em torno da missão de promover a prevalência dos direitos humanos na política externa brasileira e fortalecer a participação cidadã, o controle social e o monitoramento sobre esta política.

Para tanto, o Comitê adota mecanismos de diálogo entre os poderes do Estado e a sociedade civil, participa da realização de eventos, posiciona-se acerca de fatos relevantes e acompanha de forma sistemática a atuação do Brasil nos espaços sobre direitos humanos na ONU, OEA e Mercosul. O Comitê tem sido um fórum relevante na promoção de debates e na articulação entre a sociedade e o poder legislativo.

Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania - Criada em 2002, a campanha já recebeu mais de 34 mil denúncias, com procedência, de abusos na programação da televisão brasileira. Coordenada pela CDHM, a campanha promove o respeito aos direitos humanos na TV, com a participação de dezenas de entidades da sociedade civil, profissionais e acadêmicos da área de comunicação.

Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - Com participação de organizações do poder público e sociedade civil, tem a missão de propor ações para a educação básica, ensino superior, educação não-formal, educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e para educação na mídia.

Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Duas leis reconheceram como mortas as pessoas desaparecidas entre 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, que em razão de suas posições políticas encontravam-se sob a custódia de agentes do Estado, quando faleceram de causas não-naturais. Cabe a esta Comissão analisar os

processos de reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre o desaparecimento e morte dessas pessoas. O representante da CDHM é o deputado Pedro Wilson (PT-GO).

Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação - Esse fórum foi criado para sensibilizar, pressionar e mobilizar governos, empresariado e sociedade civil a convocar a 1ª Conferência Nacional do setor, cuja etapa nacional ocorreu de 15 a 18 de dezembro de 2009.

A CDHM desempenhou um papel articulador junto a redes e entidades desde 2005, reunindo segmentos diretamente ligados à comunicação com a militância da área de direitos humanos e movimentos sociais.

Numerosos eventos e diálogos setoriais foram realizados para viabilizar a Conferência. Seminários, videoconferências, audiências públicas, plenárias - dentro e fora do Congresso - prepararam o terreno para a Conferência. O resultado foram resoluções e propostas de políticas públicas para um novo marco jurídico capaz de regulamentar ao Art. 221 da Constituição, relacionado à área de Comunicação.

Mais de 400 entidades da sociedade civil, distribuídas em todas as regiões do Brasil, compuseram as Comissões Estaduais Pró-Conferência de Comunicação. Todos os governos estaduais participaram, em diversos graus de envolvimento, da realização do processo de Conferência.

A Conferência deu voz aos movimentos sociais e entidades de direitos humanos que se ressentem da invisibilidade e criminalização impostos pela comunicação comercial. A avaliação generalizada foi de que as corporações midiáticas usam concessões públicas para se apoderarem de forma unilateral da liberdade de expressão, em prejuízo da sociedade. O direito humano à comunicação é reduzido ao direito de escutar e assistir ao que é oferecido por esse oligopólio empresarial - em geral informação e entretenimento com forte viés ideológico e engajamento político conservadores, em claro confronto com princípios de direitos humanos previstos na Constituição e tratados internacionais.

- PNDH-3 é fruto de mobilização popular e gera reações conservadores:

A terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos foi lançada em Brasília no dia 17 de dezembro de 2009, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na presença de cerca de 500 pessoas que participaram em diferentes fases da construção do documento.

A cerimônia de apresentação do PNDH-3 - como ficou conhecido - culminava um processo que teve início, dois anos antes, na preparação da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. Foram realizados encontros nos municípios, por setores de atividades, conferências estaduais até chegar à etapa nacional desse diálogo que envolveu mais de 14 mil militantes da área e representantes de todos os governos estaduais e todos os poderes da República.

As resoluções da Conferência de Direitos Humanos se somaram às das outras conferências setoriais com maior afinidade com direitos humanos e foram trabalhadas com rigor técnico pelo grupo de trabalho constituído para elaborar o PNDH-3.

A CDHM participou ativamente do processo. Deputados integrantes da Comissão participaram de conferências municipais, estaduais e da etapa nacional. O colegiado promoveu debates preparatórios, participou do GT organizador e contribuiu para qualificar e ampliar o debate sobre a metodologia e as propostas.

Diante da desproporcional reação conservadora que se seguiu à divulgação do PNDH, a CDHM foi ágil na defesa do plano. Divulgou posicionamentos claros e realizou debates que permitiram a participação direta de todos os segmentos interessados, tanto os favoráveis quanto os que se manifestaram publicamente contra o PNDH-3.

- Debates abertos sobre o PNDH-3

Uma audiência pública da CDHM foi realizada no dia 18 de janeiro e outra no dia 4 de fevereiro de 2010, sendo a primeira com diversos expositores representando entidades que participaram da elaboração do Programa e o segundo com dirigentes de organizações que se manifestaram contra e a favor do PNDH.

A intenção foi estimular o contraditório e contribuir para um esclarecimento melhor das propostas, inclusive visando seu aperfeiçoamento, já que o Congresso Nacional deverá receber as proposições legislativas derivadas do Programa. Calcula-se que pelo menos 27 projetos poderão ser encaminhados pelo Executivo ou parte desses projetos serem apresentados por parlamentares.

Participaram diretamente deste rico processo de elaboração do PNDH-3 cerca de 14 mil cidadãos e cidadãs qualificados pela militância cotidiana e por indicação de todos os governos estaduais, bem como diversos vereadores, deputados estaduais e federais atuantes nas diversas temáticas dos direitos humanos.

Nos debates das conferências, foram abordados os diversos temas que compõem o conceito contemporâneo de direitos humanos, abrangendo as dimensões política, civil, econômica, social, cultural e ambiental.

O PNDH-3 preservou uma linha de continuidade progressiva em relação às duas primeiras versões, produzidas em 1996 e 2002. Não há rupturas, descontinuidades ou qualquer outro procedimento fora do que vem sendo construído pela sociedade e o Estado no decorrer desse período, em diferentes governos.

Depois da XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em Brasília, em dezembro de 2008, as resoluções aprovadas ficaram à disposição para consulta pública durante quase um ano. Além disso, foram analisadas e incorporadas propostas extraídas de dezenas de outras conferências temáticas.

Pode-se afirmar que as conferências setoriais, como a CNDH, tornaram-se referência de participação democrática. Foi desse processo democrático e participativo que surgiu o Programa que, a partir de agora, passa a ser submetido à apreciação do Congresso Nacional.

Alguns segmentos de interesses reconhecidamente conservadores reagiram de forma contundente e, em alguns casos, de forma apressada e até desinformada, diante de algumas propostas do Programa.

Entre os setores da sociedade que se expressaram contra o PNDH 3, destacaram-se segmentos das igrejas, das Forças Armadas, proprietários rurais e grandes corporações da mídia. Todos esses setores tiveram suas lideranças convidadas pela CDHM para debater o Programa. Com exceção das Forças Armadas, em razão do dever constitucional de subordinação ao comandante em chefe que, na democracia brasileira, é o Presidente da República. Nem todos os que criticaram por meio dos generosos espaços que a mídia concedeu aos ataques ao PNDH 3 atenderam ao convite.

- Primeiro debate sobre o PNDH-3 une parlamentares e entidades na defesa do programa

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, juntamente com o Movimento Nacional de Direitos Humanos, o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e a Plataforma DhESCA Brasil, realizaram, no dia 18 de janeiro de 2010, reunião seguida de entrevista coletiva a respeito da polêmica envolvendo o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

A reunião, que foi aberta à participação de todos, foi transmitida ao vivo pela TV Câmara, pela Internet (www.camara.gov.br/tv) e pelo Twitter da Comissão.

O objetivo do evento, segundo o deputado Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da CDHM, foi apresentar o ponto de vista da Comissão e das entidades que participaram do processo de elaboração do PNDH-3 acerca das críticas ao Programa, que incluem acusações de autoritarismo e até de tentativa de golpe contra a democracia.

“Fizemos essa reunião para apresentar o nosso ponto de vista acerca da polêmica envolvendo o PNDH-3. É importante que haja debate sobre as divergências pontuais, mas não podemos aceitar que acusem o Programa de peça autoritária, uma vez que ele é fruto de um processo riquíssimo que durou mais de dois anos, contou com a participação de milhares de pessoas e organizações em todo o Brasil, juntamente com o poder público”, defendeu o parlamentar.

- CDHM promove novo debate sobre o PNDH-3

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados realiza, no dia 4 de fevereiro de 2010, novo debate a respeito do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

Para este novo debate, foram convidados dirigentes de entidades que possuem críticas às propostas do PNDH-3 e ao processo que resultou no documento, publicado na forma do decreto n.º 7.037, de 22 de dezembro de 2009.

A Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) enviaram representantes, na condição de expositores, ao debate. Já a senadora Kátia Abreu (Dem-TO), presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), declinou do convite.

Além destas instituições, completaram a lista de expositores: Ophir Cavalcante Jr., presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Gilson Cardoso, coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos; Andrezza Caldas, do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos; Alberto Broch, presidente da CONTAG; José Geraldo de Souza Júnior, Reitor da Universidade de Brasília (UnB); Sílvia Camurça, da Articulação de Mulheres Brasileiras e o professor Fernando Paulino, da Faculdade de Comunicação da UnB, que foi integrante da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Comunicação (Confecom).

Segundo o deputado Luiz Couto, o objetivo da Comissão foi promover o debate sobre o PNDH para que os dissensos sejam superados e as propostas do PNDH-3 possam avançar com celeridade no Congresso Nacional. “Queremos que os opositores ao PNDH-3 participem desses debates, exponham suas posições e divergências em espaços onde haja direito ao contraditório, como é o caso das nossas atividades, das quais qualquer pessoa ou instituição pode participar”, enfatizou o presidente da CDHM.

- Nota oficial (07/01/2010):

Em Defesa da Justiça e da Verdade

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta o seu inteiro apoio ao 3º Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), sobretudo à proposta de criação de uma “Comissão Nacional da Verdade”, com o objetivo expresso de “promover esclarecimento público das violações de Direitos Humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores”.

Esta terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos, recentemente lançada pelo Governo Federal, é fruto do diálogo e do esforço conjunto de milhares de militantes, estudiosos, organizações da sociedade civil, agentes e instituições do Estado, em processo cujo ápice ocorreu na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008.

No tocante à Comissão Nacional da Verdade, tal proposta não traz nenhuma novidade no campo dos direitos humanos. Instituições semelhantes foram criadas em diversos países que passaram por regimes de exceção, a exemplo do vivenciado pela sociedade brasileira entre 1964 e 1985.

Para que a Nação possa amadurecer a sua democracia, é imperioso que os setores conservadores – tanto no seio da sociedade quanto no âmbito do Estado – superem a concepção simplista e retrógrada que encara as reivindicações relacionadas ao direito à memória e à verdade como posturas “revanchistas”.

A Justiça não pode prescindir da verdade histórica e da necessidade de apurar as responsabilidades por crimes e violações de direitos cometidas contra quem ousou enfrentar um regime autocrático e, portanto, ilegítimo.

Ressaltamos, ademais, que torturas e demais violações de direitos humanos cometidas durante o período ditatorial já eram considerados crimes imprescritíveis à época do regime, tendo em vista tanto os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário desde 1948, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, quanto os documentos do Direito Internacional, mesmo anteriores à Declaração, acolhidos pela legislação brasileira.

Nesse contexto, a Comissão Nacional da Verdade terá o papel fundamental de se debruçar sobre os registros daquele período e encaminhar às instituições do Poder Público os resultados de sua análise, cabendo ao Poder Judiciário tomar as medidas cabíveis, inclusive punitivas, para que a Justiça seja efetiva e plenamente garantida.

Ignorar ou esconder as feridas e cicatrizes do passado recente significa a negação ou um ato de conivência diante das injustiças e ilegalidades cometidas nos “Anos de Chumbo”, postura com a qual esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias não coaduna, sob qualquer hipótese.

Brasília(DF), 7 de janeiro de 2010.

Deputado Pedro Wilson
Presidente em exercício

- Nota oficial (14/01/2010):

PNDH-3 representa grande avanço democrático

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta o seu integral apoio ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), entendido como resultado de um processo amplo, horizontal, participativo e democrático que durou mais de dois anos e contou com a colaboração ativa de dezenas de milhares de militantes, pesquisadores, profissionais e representantes do poder público de todos os níveis e em todas as unidades da federação.

Ressaltamos que o momento mais rico deste processo ocorreu durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro de 2008, em Brasília(DF), com participação superior a duas mil pessoas.

Registramos o nosso estranhamento em relação às duras críticas – algumas rotulando o PNDH-3 de peça autoritária e de caráter “golpista” – feitas ao Programa, já que o mesmo foi elaborado de forma transparente e participativa, além de ter ficado durante quase um ano sob consulta pública aberta à sociedade e à imprensa e em análise por parte de todos os ministérios do governo federal, incluindo os ministérios da Defesa e das Forças Armadas.

A reação atrasada e desmedida por parte de setores conservadores e de inúmeros veículos de mídia – inclusive, muitas vezes, revelando patente desconhecimento acerca do significado jurídico do PNDH-3 e do decreto n.º 7.037 – atesta o descompromisso destes setores para com a discussão e a promoção cotidiana e efetiva dos direitos humanos.

O próprio “debate” feito em torno do tema, realizado, via de regra, com a intensa divulgação de opiniões contrárias ao PNDH-3 sem espaço para o contraditório e sem a garantia do direito à manifestação das posições dos atores sociais que construíram o documento, é representativo da incoerência destes setores que chamaram a atenção para o suspoto “golpe na democracia” em que consistiria o Programa.

A sociedade brasileira, entretanto, não esquece a sua história e sabe precisamente quem esteve perfilado nas trincheiras democráticas e quem, por outro lado, clamou, apoiou, legitimou e participou do golpe de Estado e do regime de exceção que vigorou entre 1964 e 1985.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias também registra o seu repúdio às tentativas de uso eleitoral e partidariação do PNDH-3 e lembra que o mesmo está inserido num processo que busca respeitar o princípio de progressividade na realização dos direitos humanos, daí que sua natureza se remete a questões de Estado e não se resume a ideais programáticos deste ou daquele governo ou partido. A prova maior disso é que boa parte das propostas do PNDH-3 está presente nas suas duas versões anteriores, elaboradas sob a coordenação de outro governo.

Ademais, no caminho se tornarem políticas públicas que incidam no cotidiano da sociedade, as propostas contidas no PNDH-3 ainda serão objeto de inúmeras e intensas discussões no Congresso Nacional e nos vários entes do poder público comprometidos com a sua concretização.

Por fim, reforçamos o caráter participativo do processo de construção do PNDH-3 e a sua natureza democrática, bem como ressaltamos que o Programa não significa um fim em si mesmo, mas um mecanismo que auxiliará a criação e a implementação de políticas públicas que garantam a promoção, o respeito, a proteção e o provimento dos direitos humanos para o conjunto da população brasileira, de modo que possamos superar a miséria e alcançar um grau de desenvolvimento econômico, social e cultural adequado a uma sociedade justa e igualitária.

Deputado Luiz Couto (Presidente) / Deputado Pedro Wilson (Vice-Presidente)

- CDHM participou de reunião pública em Ilhéus

Os deputados Luiz Couto (PT-PB), Veloso (PMDB-BA) e Ricardo Quirino (PR-DF) e a deputada Lucenira Pimentel (PR-AP), estiveram, nos dias 3 e 4 de julho de 2009, em eventos de promoção dos direitos humanos, em Ilhéus-BA. Uma reunião pública conjunta com representantes locais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) debateu temas atuais da área no país.

Encontros com autoridades locais e com representantes dos índios tupinambás e agricultores de áreas em litígio também criaram oportunidades de diálogos promotores dos direitos humanos.

O deputado Veloso afirmou que “o evento teve como objetivo sensibilizar a sociedade da região para a relevância dos direitos humanos como pilares do Estado Democrático de Direito, o desenvolvimento social, a qualidade de vida e a segurança pública da comunidade”.

Realizado no prédio da Justiça Federal, o evento contou com expressiva participação de autoridades públicas municipais e estaduais, lideranças políticas e comunitárias, operadores do direito, dirigentes e membros de entidades de classe e da comunidade universitária e educacional.

Foram abordados diferentes aspectos atuais dos direitos humanos e propostas para melhorar a efetivação desses direitos. Entre os temas objeto das intervenções dos representantes da Comissão, destacaram-se os principais problemas de direitos humanos no Brasil e propostas de equacionamento; a questão da violência contra a mulher: o desafio de implementação da Lei Maria da Penha; Estatuto do Idoso, direitos previdenciários, a I Conferência Nacional de Segurança Pública; a I Conferência Nacional de Comunicação e a elaboração do III Programa Nacional de Direitos Humanos.

“Foi uma oportunidade de contribuir para disseminar valores e informações sobre questões atuais, inclusive no sentido de estimular o envolvimento da sociedade de Ilhéus na construção de políticas públicas para segurança pública e comunicação, com destaque para os direitos humanos e a cidadania”, avaliou Luiz Couto.

O evento contou com a participação do presidente da OAB, seção – Ilhéus; Presidente da Câmara Municipal de Ilhéus/BA; coordenadora da Defensoria Pública da Bahia; delegada da Delegacia da Mulher; delegados da Polícia Federal; promotora de Justiça; juíza do Trabalho; vereadores, dentre outros.

3. VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS: CASOS EMBLEMÁTICOS

- Proteger a vida e dar condições de atuação aos defensores dos direitos humanos:

A proteção dos defensores e defensoras de direitos humanos é uma meta antiga no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM. Desde 2002 o tema é debatido em seminário, mas a Comissão sempre acolheu com respeito e diligência pedidos de proteção de defensores em risco. Mas foi só em 2003, durante o II Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos que se definiram propostas mais claras. Houve sugestões de projetos de lei e a elaboração de subsídios para se constituir um programa nacional a ser instituído no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH).

Um grupo de trabalho foi criado na SEDH, com o objetivo de propor medidas, ações e programas governamentais. A CDHM fez parte deste grupo ao qual ofereceu as conclusões e propostas do referido Fórum Legislativo.

Em 2004 uma portaria do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) foi criada uma Coordenação Nacional para um Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH vinculada a SEDH/PR, inicia-se, assim, ainda de forma débil, a implantação de um programa público para o país. Em 2007 o decreto presidencial nº 6044 definiu as bases da Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. A CDHM em todo este processo sempre acompanhou e colaborou com essa construção, além de encaminhar casos.

Neste ano de 2009, compondo a Coordenação do PPDDH, a Comissão encaminhou e acompanha de perto as medidas de proteção de casos como o do Cacique Aníbal, da cidade de Rio Tinto (PB), vítima de atentado; e o caso dos quilombolas de São Francisco do Paraguaçu–BA, ameaçados de morte. Em ambos os casos está por trás a luta por seus territórios. Foi encaminhado ainda o caso emblemático do próprio presidente atual da Comissão, o deputado Luiz Couto, que voltou a receber ameaças de morte oriundas de grupos de extermínio que ele denunciou à Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI de 2003 e por conta do assassinato do defensor Manoel Matos em janeiro de 2009.

Destaca-se ainda o apoio da CDHM à aprovação, em 8 de julho, do Projeto de Lei 4575/2009, apensado aos Projetos de Lei nºs 2.980/2004 e ao 3.616/2004. Trata-se de iniciativa relevante, porque vieram da sociedade civil e tem por objetivo adequar a ordem jurídica brasileira à Resolução 53/144 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1998, que trata dos defensores dos direitos humanos. O projeto de lei seguirá para as Comissões de Segurança, Tributação e Finanças e por fim a de Constituição e Justiça, Também nelas a CDHM acompanhará sua tramitação.

- Movimentos sociais e defensores de direitos humanos: criminalização e ameaças

Para iniciar uma contextualização do tema Movimentos Sociais, Defensores de Direitos Humanos: criminalização e ameaças, e ao mesmo tempo registrar as principais atuações da CDHM no referido tema, é preciso definir Movimentos Sociais e Defensores de Direitos Humanos.

Para isso, lançaremos mão de conceitos presentes em documentos da sociedade civil e de programas públicos dirigidos a estes setores. Movimentos Sociais são articulações, mobilizações de setores da sociedade que buscam aglutinarem-se em torno de uma

bandeira comum e com forte simbologia e apelo social, com vistas a transformar e ou alterar uma dada realidade que viola direitos. Já os defensores de Direitos Humanos são indivíduos, grupos e agentes públicos que fazem publicamente ativismo e trabalho concreto em prol de alguma dimensão dos Direitos Humanos.

Esses são dois públicos alvo de atendimento da Comissão e em 2009 o contexto político, aos quais, estiveram inseridos expressou grande preocupação, pois essa conjuntura revelou que a luta para proteger o inalienável direito a ter direitos e a agir politicamente pelo respeito, pela proteção, pela promoção e pelo provimento de direitos estão correndo risco a: assassinatos, ameaças de morte, criminalização e desmoralização pública.

Essa prática representa um ataque a um direito humano, o da participação política, o que situa as pessoas no mundo e as identificam enquanto lugar político. E precisamente é um desrespeito a normativa nacional, principalmente fere a Constituição.

Assim, quando ocorre assassinatos ou ameaças aos Defensores de Direitos Humanos é de fato a integridade corporal, um bem jurídico que está sendo desprotegido pelo Estado e este está resguardado no âmbito Constitucional no art. 5º, § 2º da Constituição que prevê: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

Em decorrência dessa normativa é possível resgatar o que define o Pacto de São José da Costa Rica, o qual estabelece em seu art. 5º, o direito à integridade pessoal, em que toda pessoa tem direito de que se respeite sua integridade física, psíquica e moral e ainda o art. 5º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos que complementa a Constituição no art. 5º, § 2º, onde assegura de modo explícito a irrestrita e efetiva proteção/garantia da integridade corporal

Por fim, há o código penal que protege/garante a integridade corporal no art. 129, de acordo com a gravidade da lesão, quem “ofende a integridade corporal ou a saúde de outrem.”

Em diagnósticos realizados pelo Poder Público, através da Coordenação Nacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos – instância essa que a CDHM colaborou para sua criação em 2004 e que a compõe até hoje – “revelaram que a situação de risco e ameaça em que vivem Defensores de Direitos Humanos, fragiliza sua própria atuação profissional, pois os obriga a não buscarem atividades profissionais que os exponha”. Alguns chegam a perder seus empregos por conta dessa militância em prol dos Direitos Humanos.

A realidade demonstrou ainda que os Defensores sofrem três tipos de ataque: difamação, criminalização e vitimização e por trás dessa ordem situacional estão as lutas que estes desenvolvem por direitos: contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, por defender território indígena e quilombola, defesa do meio ambiente, implementação da reforma agrária, defesa dos direitos de presos e dos adolescentes infratores, combate ao crime organizado, extermínio, as execuções sumárias e a violência policial, entre outras causas. E o mais grave, na maioria dos casos de ameaças e até os que chegaram a mortes não tem ocorrido a devida investigação e punição de quem vem agindo dessa forma arbitrária e atentatória a legislação vigente do país.

Sobre os Movimentos Sociais está na Constituição Brasileira de 88, incisos XV e XVI, art. 5º que é assegurado nos termos do Estado Democrático de Direito, a liberdade de locomoção em todo território nacional em tempos de paz e que todas pessoas podem se reunir pacificamente em locais públicos independente de autorização. Logo, a participação

popular, através de Movimentos Sociais e suas manifestações é um fato legítimo e inquestionável.

Contudo, a criminalização dos movimentos sociais e a perseguição de defensores de Direitos Humanos foi um dos fenômenos muito presentes em 2009 e está ligada ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, principalmente os mais atingidos e discordantes desse desenvolvimento se organizaram para protestar e resistir e a este respeito há pouquíssima atenção para os motivos que levam as pessoas a protestarem.

A grande imprensa tratou com descaso e encarou eventos e manifestações públicas populares com uma visão ideológica e desqualificou essa participação popular. Ou seja, para a grande mídia restou a população apenas a participação por meio do processo eleitoral.

Os movimentos sociais assim, por sua atuação por direitos estão sendo alvo de ataques por parte de setores do Estado e da grande mídia. Este processo se dá de diversas formas, através da distorção de fatos e ações realizadas pelas organizações populares e/ou por meio da criminalização de lideranças sociais, submetendo-as a processos judiciais. São vítimas: as Organizações Não Governamentais – ONGs, Movimentos voltados para a luta de trabalhadores sem terra, organizações de mulheres que lutam pela descriminalização do aborto, Movimentos Indígenas e quilombolas que lutam pelo reconhecimento de seus territórios e outros.

Nesse sentido, a mídia atuou de maneira parcial e essa conjuntura propiciou o aumento da violência e dos conflitos. Já o Poder Judiciário utilizando-se indevidamente de instrumentos legais reprimiu as lutas sociais, tornando criminosa toda atuação de Movimentos Sociais onde ameaça a valores da sociedade, como tranquilidade, paz e segurança. No Poder Legislativo o que se apresentou foram as investigações das organizações da sociedade civil por meio de Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs, buscando construir argumentos de que, quem luta por direitos vem passando por cima da Lei.

A criminalização enquanto fenômeno recente tenta destruir a outra pessoa, deslegitimar sujeitos políticos e suas lutas, a partir de mecanismos de coação, ameaça e medo.

A seguir alguns casos e atuações relevantes da CDHM em 2009 que buscaram intervir no contexto acima descrito e os principais resultados.

- Casos de defensores de direitos humanos

Dep. Luiz Couto e outros casos da PB: cacique Aníbal, Andrea Coutinho, Miltinho, Davi Capistrano (MST) e Osvaldo (MAB); índios Tupinambá (BA); índios Xukuru (PE); Irmã Geraldinha(MG).

Cabe destacar ainda outros casos que chegaram a esta Comissão e que foram encaminhados ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH/SEDH/PR. Encabeçam essa lista o caso do próprio Presidente da CDHM, Dep. Luiz Couto que ainda recebe ameaças por conta do seu trabalho de denúncia dos grupos de extermínio na PB e por isso vive sob escolta permanente. Também é revelador que na Paraíba semelhante ao Dep. Luiz Couto vários defensores e uma defensora de Direitos Humanos estejam ameaçados. Estão por trás questões graves que vão desde a violações aos direitos da criança e do adolescente a conflitos fundiários e em todos as investigações seguem lentas ou ainda sem investigação concreta, mesmo que se venha cobrando das autoridades locais respostas a este respeito.

Outro segmento bastante atingido pela criminalização e ameaças foram os indígenas e, aqui a Comissão recebeu demanda dos índios Xukuru - PE e Tupinambá - BA, os quais estão sofrendo intensos ataques públicos de desqualificação e respondendo a inúmeros processos judiciais, alguns inclusive já com sentenças condenatórias. Essas investidas tem haver com o reconhecimento e demarcação de seus territórios e as investigações em curso levam claramente a colocar os índios como criminosos.

No tocante a questão agrária um caso de ameaça, seguido de criminalização chegou a esta Comissão, é o caso da Irmã Geraldinha da cidade de Salto da Divisa em MG. A religiosa foi alvo de seguidos boletins de ocorrência acusando-a de formação de quadrilha, sequestro, entre outros crimes e por outro lado recebeu ameaças escritas e pelas rádios da cidade onde reside.

Sobre todos estes casos a CDHM fez via ofícios pressão para que se investigue as causas das ameaças aos Defensores de Direitos Humanos e ao mesmo tempo os encaminhou ao PPDDH/SEDH/PR. Outra iniciativa foram os pronunciamentos no plenário que resultaram em visibilidade e no estabelecimento de outras posições.

- Caso Manoel Mattos

Manoel Bezerra de Mattos Neto, Defensor de Direitos Humanos atuante, foi assassinado em Pitimbu, na Paraíba no dia 24 de janeiro de 2009. Na época não se identificou os assassinos porque os mesmos estavam encapuzados.

Desde 2003 Manoel denunciava a ação de grupos de extermínio na fronteira entre Pernambuco e Paraíba. Chegou a fazer um dossiê e o entregou ao Ministério Público de Pernambuco e a autoridades federais. Por essa razão recebeu diversas ameaças de morte, o que levou entidades da sociedade civil a levar o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - CIDH/OEA.

A CDHM vem acompanhando este caso desde a sua ocorrência e, tão logo o recebeu, solicitou ao Ministério Público Federal o deslocamento de competência, ou seja, a federalização. E o fez por entender a gravidade da situação e porque o caso já tinha sido denunciado na CIDH/OEA. A OEA inclusive solicitou ao Governo Brasileiro a adoção de medidas protetivas direcionada a Manoel Mattos, mas as autoridades locais foram incapazes de oferecer.

Em agosto de 2009 o Procurador-Geral da República aceitou o pedido de deslocamento de competência ao Superior Tribunal de Justiça, ficando designada relatora do caso a Ministra Laurita Vaz.

Um ano depois desse assassinato, poucos avanços se deram no campo das investigações e desmantelamento dos grupos de extermínio na fronteira entre PE e PB. Após a morte de Manoel vários outros assassinatos aconteceram em condições e circunstâncias similares. Alguns sequer viraram boletins de ocorrências. Um relatório da Promotoria de Itambé – PE aponta que entre os anos de 2006 a 2008 houveram pelo menos 200 óbitos sem as devidas investigações e somente 17 puderam se transformar em processos criminais, pois a grande maioria das vítimas não tem identificação.

Por sua vez, o processo na Justiça do Estado da Paraíba segue lentamente, com muitas pessoas a serem ouvidas em várias Comarcas – Recife, João Pessoa, Pedras de Fogo, Itambé. Tais investigações não revelam fragmentadas e não indicam a real causa de sua morte: ação de grupos de extermínio.

Há notícias que aqueles que cometem crimes a serviço dos grupos de extermínio, estão sendo privilegiados, sendo a defesa dos mesmos patrocinada por milícias com envolvimento de policiais que pedem propina para participarem do esquema. E o mais grave, testemunhas que foram ouvidas no processo de Manoel Mattos sofreram represálias – desde intimidações públicas à agressões físicas.

Essas reações confirmam a impossibilidade desse processo de Manoel Mattos e do fenômeno dos grupos de extermínio serem investigados de forma clara e séria.

Por isso, a expectativa da CDHM é que a federalização da competência, em razão de permitir maior independência na investigação e julgamento do caso, possa ser um caminho que facilite a apuração e repressão aos grupos de extermínio atuantes na divisa entre os Estados da Paraíba e de Pernambuco.

A Comissão monitora esse processo de forma conjunta com o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e com o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos - PPDDH/SEDH/PR.

- Vítima do crime organizado, defensor assassinado é homenageado

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em atendimento a deliberação do seu plenário, participou, em 20 de março de 2009, de ato público de inauguração do Centro de Direitos Humanos, no município de Itambé/PE, em memória do falecido defensor dos direitos humanos, o advogado Manoel Bezerra de Mattos.

Manoel Mattos foi assassinado a tiros, no dia 24 de janeiro, na praia de Pitimbu, no litoral da Paraíba. Com atuação destacada na luta pelos Direitos Humanos, Mattos foi testemunha na CPI que investigou a existência de grupos de extermínio no Nordeste, de 2003 a 2005. Nos últimos quatro anos, recebeu diversas ameaças e chegou a receber proteção policial por dois anos.

A delegação da CDHM contou com a presença dos deputados federais Luiz Couto - Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, Janete Rocha Pietá, Ricardo Quirino, Fernando Ferro, Cândido Vaccarezza, Nelson Pellegrino e Luiz Sérgio, todos envolvidos e sensibilizados com a causa.

Localizado na divisa estadual entre Pernambuco e a Paraíba, o Centro de Direitos Humanos Manoel Bezerra de Mattos visa dar continuidade ao trabalho anteriormente exercido pelo homenageado, no que concerne ao assessoramento jurídico e político à população, bem como ser considerado um marco da coesão de diferentes instituições no esforço de desarticular grupos de extermínio, tornar de conhecimento nacional a atuação de milícias no nordeste e intensificar a atuação de policiamento na região.

Após ato público, os membros da delegação da Câmara, em reunião com o Governador do Estado, Eduardo Campos, reforçaram o interesse no desvendamento da autoria do homicídio do advogado Manoel Mattos, ainda sob investigação, como também demonstraram preocupação com a segurança e policiamento da região.

Participaram do referido evento, além da Delegação de Parlamentares da Câmara dos Deputados, a viúva de Manoel Mattos, a Sra. Alcione Almeida e representantes de entidades de direitos humanos.

- Nota oficial (26/01/2009):

Execução de defensor de direitos humanos não pode ficar impune

Em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, manifestamos nosso pesar pela morte do defensor de direitos humanos Manoel Bezerra de Mattos Neto, assassinado em 24 de janeiro. Manoel vinha recebendo ameaças por denunciar o crime organizado na Zona da Mata pernambucana. Advogado, vice-presidente estadual do PT/PE e assessor do deputado Fernando Ferro (PT-PE), ele foi um dos principais colaboradores da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre os grupos de extermínio no Nordeste.

As características do homicídio indicam que se trata da eliminação de mais um dos que tiveram a coragem de combater o grupo de extermínio que age no sertão nordestino. Amigos e parentes da vítima afirmaram que 20 dias antes o advogado, ex-vereador de Itambé-PE, onde morava, recebera ameaças de um homem conhecido como soldado Flávio. O policial já havia sido preso por causa de denúncias de Manoel Mattos. Segundo noticiário local, o responsável pelos disparos que mataram o advogado foi um homem identificado como Zé Parafina.

É fundamental que a Polícia Federal participe das investigações, de modo a desarticular definitivamente o crime organizado - com participação de policiais, ex-policiais e outros agentes públicos - em Pernambuco e na Paraíba - que continua cometendo graves crimes mesmo depois da publicação do relatório da CPI.

A Câmara dos Deputados também está diante do compromisso político de atuar para que este crime não fique impune. Afinal, a execução de Manoel Mattos está relacionado às denúncias feitas por ele no âmbito da CPI.

Outra providência indispensável é a proteção policial para outras testemunhas dos crimes de pistolagem no Nordeste. Nesse sentido, solicitamos ao ministro Tarso Genro seja garantida tal proteção da Polícia Federal ao deputado Luiz Couto, ex-presidente desta Comissão, também ameaçado pelo mesmo grupo de extermínio.

Brasília(DF), 26 de janeiro de 2009.

- Nota oficial (30/06/2009)

Federalização das investigações acerca do assassinato de Manoel Mattos é imprescindível

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados registra a sua satisfação diante do pedido, por parte da Procuradoria Geral da República (PGR), ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), de federalização das investigações acerca do assassinato de Manoel Bezerra de Mattos Neto, morto por pistoleiros no dia 24 de janeiro deste ano, no estado da Paraíba, e da atuação de grupos de extermínio no Nordeste.

Manoel Mattos era advogado, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), militante do Movimento Nacional de Direitos Humanos de Pernambuco (MNDH) e vice-presidente do Partido dos Trabalhadores (PT) de Pernambuco. Teve sua atuação em defesa dos direitos humanos reconhecida em âmbito internacional graças às denúncias que fez contra grupos de extermínio atuantes na zona da mata pernambucana, no final da década de 1990.

As denúncias – acolhidas e analisadas pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que determinou ao Estado brasileiro, em 2002, a proteção à vida e à integridade física de Manoel Mattos – resultaram na criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na

Câmara dos Deputados para investigar a ação dos grupos de extermínio na região Nordeste. A CPI teve início em 2003 e concluiu seus trabalhos em 2005, tendo como um de seus propositores e relator o deputado Luiz Couto (PT-PB), atual presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

A iniciativa de federalizar o caso foi um pedido desta Comissão, endossada por vários parlamentares, juntamente com o Ministério da Justiça e inúmeras organizações da sociedade civil. Ela se justifica em razão de o mesmo se tratar, inequivocamente, de um crime que atentou contra a luta de defensores e defensoras de direitos humanos e, além disso, por ser fruto da ação de organizações criminosas atuantes em práticas de extermínio na região fronteira entre os estados de Pernambuco e Paraíba, especialmente nos municípios de Pedras de Fogo(PB), Itambé(PE) e Timbaúba(PE).

A existência de tais organizações criminosas, ademais, é fato notoriamente conhecido das autoridades brasileiras há vários anos, como afirma o Procurador Geral da República em seu despacho ao STJ, datado do dia 22 de junho corrente:

“Desde o ano de 2000, diversas as oportunidades em que o Estado Brasileiro teve notícias a respeito da existência e atuação de um grupo de extermínio, que seria composto por particulares e agentes estatais (policiais militares, policiais civis, agentes penitenciários), e que atuaria na divisa entre os Estados da Paraíba e Pernambuco”.

Destarte, esta Comissão, no seu papel de defender a dignidade e integridade física de defensores e defensoras e de promover os direitos humanos, pleiteia ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o acatamento, na forma mais célere possível, do pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), de modo a contribuir para que as investigações em curso possam alcançar o seu intento de garantir a realização eficaz da justiça e contribuir para o estabelecimento da paz social na região supracitada, além de coibir o recrudesimento dos atos de violência por parte das organizações criminosas, especialmente contra pessoas e instituições envolvidas no combate às mesmas.

Confiantes na acolhida deste pleito, afirmamos, ainda, a pronta disposição desta Comissão para colaborar no que for necessário para a consecução plena dos objetivos pertinentes a este caso e outros afins.

Brasília(DF), 30 de junho de 2009.

- Caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST/RS):

Em janeiro de 2009, durante as festividades dos 25 anos do MST, realizadas na Fazenda Anoni, a Brigada Militar do RS manteve um cerco na região, com postos de vigilância, com policiais fortemente armados em todas as vias de acesso ao local. Havia mais de 2 mil visitantes do Brasil e do mundo. No transcorrer do evento, helicópteros faziam vôos rasantes, diariamente, no local.

Em fevereiro de 2009 o Ministério Público Estadual e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul iniciaram o fechamento de todas as escolas itinerantes em acampamentos gaúchos e em abril de 2009 o Conselho Nacional do Ministério Público, em sessão do dia 06 de abril, não conheceu representação promovida pela Ouvidoria Agrária Nacional e afirmaram a legalidade da atuação do Ministério Público gaúcho nas questões envolvendo o MST. Já em agosto de 2009, no dia 13, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) veio a público denunciar a ação truculenta e de tortura da Brigada Militar na ação de reintegração de posse da Prefeitura de São Gabriel (RS). Pelo menos trinta pessoas, entre crianças e adultos ficaram feridos. E tudo culminou finalmente no assassinato de um integrante do MST - Elton Brum da Silva no dia 21 de agosto, durante cumprimento de ordem de reintegração

de posse. O Fato se revestiu de enorme gravidade, pois desde a tragédia de Eldorado dos Carajás em abril de 1996, ninguém havia sido morto pela polícia em operação semelhante.

A CDHM no mesmo momento buscou diálogo direto, via telefone, com Secretário de Segurança do RS cobrando explicações e exigindo imediata instauração de inquérito para apurar os responsáveis pelo fato, também enviou ofícios ao Ministério Público exigindo acompanhamento com isenção e celeridade das investigações. Além disso, os parlamentares se pronunciaram no plenário repudiando o comportamento da polícia gaúcha. Essas ações imediatas garantiram o estabelecimento dos procedimentos básicos para o início do inquérito.

- Caso Pará:

No Estado do Pará as populações tradicionais foram as mais afetadas pelo modelo de desenvolvimento aplicado, inclusive há “campanhas” sutis, que contam com a grande mídia e com o Estado, de que o modelo de desenvolvimento prioritário é aquele que garante uma balança comercial estável, ainda que seja a custo da degradação, extinção dos recursos naturais e o empobrecimento da sociedade.

A criminalização que se apresenta é na eficiência nos meios utilizados para tornar criminoso um/uma defensor/a de Direitos Humanos ou mesmo um Movimento Social como um todo. Por outro lado e complementando esse processo há a impunidade de entes violadores. Nos conflitos fundiários, de 1985 a 2008, ocorreram 1.467 assassinatos, entre trabalhadores, lideranças sindicais ou de movimentos e agentes de pastoral. Destes crimes, nenhum mandante se encontra preso. Um dos poucos mandantes que já foi preso no Pará, Vitalmiro Bastos de Moura, o “Bida”, condenado pelo assassinato de Irmã Dorothy, posteriormente libertado por decisão de novo julgamento e recente por conta de nova decisão judicial o mesmo voltou a prisão e haverá novo julgamento.

No Pará, há uma campanha que criminaliza os Defensores de Direitos Humanos e é manifestada por meio de manchetes de jornais e editoriais que declaram diretamente que estão contra as ações dos Defensores de Direitos Humanos, como exemplo, dentre as tantas dessas manchetes: “O MST arrasa terra e economia” publicada em 8 de Março de 2009, no jornal impresso O Liberal. Desse processo são muitas as lideranças que estão respondendo processos e outras ameaçadas que não será possível aqui nominar.

Um caso emblemático está relacionado a construção das obras hidrelétrica de Tucuruí que se deu na década de 80, ainda no regime militar. Era um período de duras repressões, muitas dessas famílias e movimentos sociais da época, não tiveram direito nem sequer de reclamar seus direitos. A Eletronorte reconhece a dívida com os atingidos pela barragem e isso impulsionou o MAB a lutar.

Então no dia 24 de abril de 2009 cerca de 400 vítimas da barragem ocuparam as obras das eclusas do rio Tocantins, junto à hidrelétrica de Tucuruí. Estes protestavam contra a violência no campo e reivindicavam o avanço das negociações com a Eletronorte. No dia 26 de abril, domingo, por volta de 6:00 horas, a polícia militar foi fazer averiguação no local, onde deu ordem de prisão por flagrante a 18 manifestantes. Estes foram acusados de 11 crimes que vão desde sequestro, formação de quadrilha a extorsão. Os 18 manifestantes jamais haviam sido presos e nunca responderam a nenhum processo.

Buscando apoiar a luta dos Movimentos Sociais do Pará a CDHM foi em diligência a Belém no dia 17 de agosto de 2009 e, na ocasião reuniu-se com autoridades do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e Federal, com a Assembléia Legislativa e por fim, com as entidades da sociedade civil onde foi possível conversar sobre algumas estratégias de ação,

entre estas dar visibilidade imediata quando de novas ameaças e ou ações de criminalização e ainda o fortalecimento do Programa Nacional e Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, um programa que visa criar ações de proteção e articulação do Poder Público Estadual e Federal na solução dos conflitos.

- CDHM promove diligência ao estado do Pará para verificar denúncias de criminalização e de tráfico e exploração de crianças e adolescente:

Os deputados Luiz Couto e Domingos Dutra participaram, no dia 17 de agosto, de diligência no Estado do Pará, com a finalidade de avaliar casos de criminalização de lideranças de movimentos sociais. A missão teve também o objetivo de verificar denúncias de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Participaram também da diligência o deputado estadual Arnaldo Jordy – presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; a Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA e o Dr. Fernando Matos – Coordenador do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Os integrantes da diligência receberam em mãos diversas denúncias de violações de direitos humanos ocorridas naquele estado. Dentre elas o relatório intitulado “*Criminalização e ameaça de defensores de direitos humanos no Pará - Relatório de alguns casos*”, produzido em conjunto pelo Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o MST e a Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos.

Também foram recebidos sete andamentos processuais, cinco referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes e dois a respeito da criminalização de movimentos sociais. Por sua vez, a Conferência Nacional dos Bispos entregou documento relatando o aumento da prática de crimes sexuais contra crianças e adolescentes no Pará, citando recebimento de mais de 25 mil denúncias, e requerendo providências para proteção dos denunciante e defensores de direitos humanos que têm sofrido ameaças em função dessas denúncias.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará e Relator da CPI da Pedofilia repassou aos parlamentares os dados parciais dessa CPI apurados até o momento, para conhecimento e providências.

A CDHM vem acompanhando e colaborando nas investigações de graves denúncias sobre tráfico e exploração de crianças e adolescentes no estado do Pará. Diante da gravidade destas denúncias a CDHM vem mobilizando os poderes públicos estaduais e federal a combater tais práticas e responsabilizar culpados.

Num reconhecimento do esforço comum da Defensoria Pública da União, da Procuradoria-Geral da República, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará e de grupo de vereadores dos Municípios de Portel e Breves (ambos na Ilha do Marajó) contra esses crimes, a Comissão de Direitos Humanos tornou-se um espaço de interlocução e apoio da luta destes órgãos no sentido de banir tais crimes, até porque se ficarem impunes o Brasil poderá ser responsabilizado pelos organismos internacionais de direitos humanos.

A presença da CDHM no Estado do Pará por meio de uma diligência foi de fundamental importância em termos de apoio jurídico e de sustentação política às entidades mencionadas. Sabe-se que os autores desses crimes costumam atentar contra a vida de ativistas e autoridades públicas que têm a coragem de denunciar suas práticas.

Durante a missão, foram feitas reuniões com entidades da sociedade civil e com as seguintes autoridades: no Ministério Público Federal, a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, a Dra. Ana Karízia Távora Teixeira; o Dr. Rômulo Nunes Presidente do Tribunal de Justiça do Pará; Dr. Geraldo Mendonça Rocha, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará.

- Programa de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos é tema de audiência pública na CDHM:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 7 de outubro, audiência pública para debater o Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência (Provita), da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República, em atendimento a requerimento de autoria dos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Pedro Wilson (PT-GO), respectivamente presidente e vice-presidente da Comissão, a partir de demandas de entidades da sociedade civil que monitoram e dão suporte ao programa.

O programa, que teve início a partir da ação do Gabinete de Assessoria às Organizações Populares (Gajop), organização não governamental de Pernambuco, existe desde 1996 e funciona hoje em dezessete estados: AC, AM, BA, CE, ES, GO, MA, MS, MG, PA, PE, PA, RJ, SC, DF, SP e RS, em parceria entre sociedade civil e poder público.

Para Pedro Wilson, o momento é propício para uma avaliação do projeto. “É tempo de fazer um balanço desse programa, com vistas a fortalecer e de fato transformá-lo numa política universalizante de direitos humanos”, disse o parlamentar em seu requerimento.

Na opinião de Luiz Couto, a audiência teve como finalidade debater propostas e recomendações para que o programa seja aperfeiçoado e ampliado. “Precisamos levar o Provita a funcionar todo o país e, simultaneamente, garantir todas as condições para que defensores de direitos humanos ameaçados e as testemunhas de casos de violência e de violações de direitos sejam efetivamente protegidas”, defende Couto.

Uma das proposições apresentadas na audiência foi a formação de um Grupo de Trabalho, composto pelos mesmos representantes das instituições que participaram como expositores, para discutir as questões que envolvem o Provita e ainda uma proposta de Projeto de Lei que integrasse os vários programas de Proteção e formalizasse o Sistema de Proteção. Neste sentido, o GT foi constituído e realizou duas reuniões onde opinou e colaborou numa proposta de Projeto de Lei de Criação do Sistema Único de Proteção e este projeto deve chegar à Câmara ainda em 2010.

Participaram, como expositores, os seguintes convidados:

- Alexandre Amaral Gavronski, Procurador da República do Rio Grande do Sul;
- Nilda Maria Turra Ferreira, Coordenadora-Geral do Programa de Proteção à Testemunha e Vítimas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH);
- Gilson Cardoso - Coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH);
- Carlos César D'Elia “Vermelho”, representante do Colégio de Presidentes dos Deliberativos do PROVITA;
- Jayme Benvenuto, Coordenador do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP);
- Luis Antonio Pedrosa, Representante das entidades gestoras dos PROVITAS nos estados.

4. QUESTÃO RACIAL

- **Diálogo articulado pela CDHM promove diversidade racial no mercado de trabalho:**

Desde 2006, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias participa de um processo de concertação, com a participação da Federação dos Bancos Brasileiros (Febraban), entidades do movimento negro, Procuradoria Federal do Trabalho, IPEA, CUT, Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT), entre outros parceiros.

O objetivo é chegar-se a um “Pacto da Diversidade” com o setor financeiro nacional, pelo qual o mesmo adote como critério para recrutamento, treinamento e promoção de pessoal a igualdade de oportunidades, de tal modo que os números de pessoas negras e com deficiência sejam proporcionais ao existente na População Economicamente Ativa (PEA), num prazo razoável.

No decorrer desse processo, acordou-se realizar um diagnóstico entre os bancários, por meio de um censo aplicado junto à metade dos 400 mil trabalhadores do setor. Durante o período, a Febraban comprometeu-se em orientar as instituições bancárias a ir implementando a estratégia da diversidade nas contratações e treinamentos.

A pesquisa demonstrou que os negros representam 19% dos bancários, sendo que 66,5% deles foram contratados nos últimos três anos – exatamente no período de negociações do Pacto da Diversidade. Esse resultado indica que a metodologia de concertação foi bem-sucedida, podendo vir a ser aplicada com igual êxito em outros setores da economia, conforme sugeriram vários expositores em reunião do Pacto da Diversidade realizada no dia 02/07/2009.

Outro indicador positivo diz respeito à evolução do percentual de trabalhadores negros em relação à cota proporcional a eles na População Economicamente Ativa (PEA), que nesses três anos pulou de 33% a 64%, de acordo, com a pesquisa realizada pelo CEERT.

Os números, no entanto, ainda estão longe do ideal. Os percentual de negros no setor bancário ainda é inferior ao do restante do mercado, que é de 31,9%. A Febraban não quis definir metas e prazos, mas garantiu que as ações terão continuidade..

Ficou evidenciado também que a média de escolaridade mais baixa entre os negros resulta em maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho no setor financeiro.

O segmento mais prejudicado é o da mulher negra. Somente 8,18% das vagas são ocupadas em relação ao percentual delas na PEA.

No caso das pessoas com deficiência, a lei determina que os bancos reservem 5% das vagas para o segmento, mas segundo a Febraban apenas 3% dessas vagas foram preenchidas. Uma parceria com a prefeitura de São Paulo, no entanto, está em curso para capacitar profissionais para as cerca de 4 mil vagas ainda disponíveis.

“Essa ação pioneira tem um caráter educativo, que pode se estender a outros setores da iniciativa privada e do Estado. No segmento dos supermercados, por exemplo, há um volume grande de funcionários e muitas ações do Ministério Público do Trabalho exigindo a diversidade”, destacou o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto.

“Enquanto houver uma prevalência de pessoas negras entre os desempregados, e se observar que há uma cultura de não contratar negros ou deficientes em determinado

segmento econômico, esta Comissão pode e deve contribuir para superar a discriminação, por meio de um diálogo construtivo como foi o que resultou no Programa de Valorização da Diversidade no Setor Bancário”, garantiu o presidente da CDHM.

- Audiência pública debate retomada do diálogo:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 27 de maio, audiência pública para debater a diversidade no mercado de trabalho bancário, em particular no tocante à presença e à situação de negros, mulheres e deficientes.

A audiência teve como objetivo principal a retomada das ações do Grupo de Trabalho criado em 2006 para analisar a presença e a situação destes segmentos no mercado bancário, em processo denominado de “Pacto da Diversidade”.

A atividade ocorreu como resultado de requerimento apresentado pelo Deputado Luiz Alberto (PT-BA), também subscrito pelo Deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, e pela Deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP).

Para exporem suas reflexões sobre o tema na audiência pública participaram entidades e instituições envolvidas na efetivação do Pacto, incluindo organizações atuantes na defesa dos direitos de afrodescendentes, foram convidados Valéria de Oliveira, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) da Presidência da República; Humberto Adami Santos Junior, presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental (IARA); Frei David, diretor-executivo da Educafro - Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes; Deise Aparecida Recoaro, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf);

Para a deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), a audiência contribuiu para retomar o trabalho de promover a diversidade no setor. “A ausência de diversidade no mercado de trabalho existe não apenas nos bancos, objeto de debate desta audiência. Também está presente em outros setores da indústria e do comércio. Precisamos garantir o direito ao trabalho a todas as pessoas, independente da sua cor, do seu gênero ou se possuem deficiência”, declarou a parlamentar.

- Saúde da população negra foi debatida em audiência pública na Câmara:

A CDHM realizou, no dia 11 de novembro, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, audiência pública para debater o Dia Nacional de Mobilização Pró-Saúde da População Negra.

A iniciativa da audiência foi da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), a partir de proposta da Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra, motivada pelo objetivo de garantir que as dotações orçamentárias destinadas à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e seu respectivo plano sejam efetivamente aplicadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

“Algumas metas fundamentais para a promoção da saúde da população negra não foram cumpridas. Entre elas, a capacitação de gestores e profissionais de saúde. Estava prevista a capacitação de 16 mil médicos da área de atenção básica até 2009, o que não ocorreu”, ressaltou a expositora, médica Jurema Werneck, presidente da Ong Criola e integrante da Rede.

A Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra reúne 30 entidades da sociedade civil dedicadas a acompanhar a implementação da Política Nacional de Saúde

Integral da População Negra. Os integrantes da Rede também desenvolvem atividades de promoção da saúde e combate ao racismo institucional em unidades de saúde, universidades, terreiros e penitenciárias.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN foi aprovada em 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde e publicada em portaria do Ministério da Saúde neste ano de 2009. Os gestores estaduais e municipais de saúde já assinaram pactos para cumprir a política e criar os Comitês Técnicos de Política da Saúde da População Negra, formados por representantes dos governos e da sociedade civil.

No entanto, em muitas cidades os comitês seguem inativos e medidas urgentes, previstas no Plano Operacional da política, ainda não foram tomadas. Entre elas, a inclusão e o devido preenchimento do quesito cor e raça nos prontuários médicos, essencial para o acompanhamento dos indicadores de saúde da população negra. Também são reivindicações do movimento social o treinamento dos profissionais de saúde para o combate ao racismo institucional e a devida atenção para as doenças e morbidades que mais acometem mulheres e homens negros.

O evento contou com a participação dos seguintes expositores:

- Martvs Antonio Alves das Chagas, Subsecretário de Ações Afirmativas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.
- Jacinta de Fátima Senna, Coordenadora do Departamento de Gestão Participativa e Controle Social do Ministério da Saúde;
- Jurema Werneck, Presidente da Ong Criola.

- Dados sobre saúde da população negra:

De acordo com dados no Ministério da Saúde, publicados no Atlas Saúde Brasil (2008): A hipertensão arterial específica da gestação (eclâmpsia e pré-eclâmpsia) e o aborto são as causas mais frequentes de morte materna em todo o país, sobretudo entre as mulheres negras.

* O risco de morte por tuberculose foi 63% maior entre pretos e pardos (negros), quando comparados aos brancos.

* Para as crianças pretas e pardas (negras) com menos de 1 ano de idade, o risco de morte por doenças infecciosas foi 43% maior que o apresentado para as crianças brancas.

* Independente da região do país, o risco de um homem negro de 15 a 49 anos ser vítima de homicídio é 2,18 vezes superior àquele apresentado por um homem branco na mesma faixa etária.

* Mais de metade das mulheres grávidas referiram ter feito 7 ou mais consultas de pré-natal, contudo mães indígenas, negras e adolescentes apresentam um menor percentual de consultas de pré-natal quando comparadas às mães brancas ou àquelas com 20 anos ou mais de idade.

- Fontes sobre saúde da população negra:

- Sociedade Civil: Redes Nacionais de Controle Social e Saúde da População Negra, Religiões Afro-Brasileiras e Saúde, Lai Lai Apejo: População Negra e Aids e de Promoção e Controle Social da Saúde das Lésbicas Negras (Sapatá).

- Governo: Ministério da Saúde, Secretarias de Saúde, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), secretarias e coordenadorias de igualdade racial estaduais e municipais.

- Conselhos: Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

- Organismos internacionais: Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

- Cotas raciais nas universidades foram debatidas em audiência da CDHM:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados, realizou, no dia 18 de novembro, audiência pública para debater as propostas de implantação de sistemas de cotas raciais para alunos afrodescendentes nas universidades públicas brasileiras.

A atividade foi proposta pelo Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros do Distrito Federal, juntamente com a Ouvidoria Parlamentar e outras entidades envolvidas com a discussão sobre o tema. O evento marcou a passagem do Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro.

“É imprescindível debater exaustivamente esse tema, para que a sociedade brasileira possa ter plena noção da dívida social que a nação possui com os descendentes de escravos, que ganharam a liberdade formal, mas foram jogados à própria sorte no contexto de uma sociedade extremamente desigual e discriminatória”, defende Couto.

Participaram, como expositores, os seguintes convidados:

- Sra. Jacira da Silva – Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU;
- Sra. Déborah Santos – Coordenadora do Centro de Convivência Negra da Universidade de Brasília;
- Sr. Mário Theodoro – Diretor da Diretoria de Estudos, Cooperação Técnica e Políticas Internacionais do IPEA;
- Sr. Nelson Inocêncio – Conselheiro do Conselho de Defesa dos Direitos dos Negros da Secretaria de Justiça dos Direitos Humanos e Cidadania do DF;

- Audiência antecipa debates de Conferência da ONU contra o racismo:

A CDHM, em parceria com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, realizou no dia 02 de abril audiência pública para debater a atuação brasileira no processo de revisão da Conferência Mundial contra o Racismo - Durban II.

O evento contou com a participação do ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, e de representantes do governo e da sociedade civil que

iriam participar da conferência da ONU, realizada em Genebra, dias depois - de 20 a 24 de abril de 2009.

“A Comissão de Direitos Humanos e a Frente Parlamentar pela Igualdade Racial assumiram o compromisso de contribuir para que a delegação brasileira tenha papel ativo na luta pela eliminação da discriminação racial”, explicou a deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP), uma das proponentes do evento. O deputado Carlos Santana (PT-RJ), coordenador da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, e o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, também foram autores dos requerimentos.

O deputado Luiz Alberto (PT-BA) ressaltou que “o Brasil tem atuação relevante nas discussões sobre essa temática no cenário internacional, principalmente porque, no campo interno, dispõe de uma agenda proativa, com políticas públicas referenciais sobre igualdade racial.”

Participaram, como expositores, o ministro Edson Santos, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; a ministra Glaucia Silveira Gauch, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; Iradj Roberto Eghrari, secretário de Ações com a Sociedade e o Governo da Comunidade Bahá’i do Brasil; Lúcia Xavier, diretora da ONG Criola; Edna Roland, relatora da Conferência Mundial contra o Racismo (Durban 2001) e representante do Grupo de Especialistas Eminentes Independentes, para o acompanhamento da implementação de Durban.

- CDHM atua em defesa de políticas de promoção da igualdade racial questionadas nos tribunais:

Setores contrariados com programas de promoção da igualdade racial como as cotas para estudantes negros, indígenas e pobres nas universidades têm ingressado com ações em tribunais demandando a supressão de tais políticas públicas instituídas pelo governo federal e alguns governos estaduais.

A CDHM se manifestou perante os ministros e desembargadores desses tribunais, acrescentando o suporte político e técnico de uma organização de direitos humanos do Parlamento brasileiro na defesa de tais instrumentos. Eis uma dessas manifestações.

- Carta aberta (28/05/2009):

Aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, ouvido o plenário em Audiência Pública deste colegiado, realizada ontem (28/5), sobre igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, manifesto nosso protesto contra a suspensão, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, da Lei Estadual 5.346, que prevê o sistema de cotas para o ingresso de estudantes em universidades estaduais, em liminar concedida ao deputado estadual Flávio Bolsonaro.

Entendemos que a referida Lei, ao reservar vagas a negros, indígenas, alunos da rede pública de ensino, pessoas portadoras de deficiência e outros, contribuía para o resgate de uma dívida histórica com segmentos excluídos de direitos e criava um instrumento para reduzir a desigualdade social e racial no Brasil.

Desta forma, a suspensão da Lei representa uma regressão face à conquista dos movimentos sociais que tanto lutaram para ver expressa naquela norma esta ação afirmativa, que promove a equidade e a igualdade de oportunidades, que tornou-se referência citada no Brasil e no exterior como passo efetivo no enfrentamento das históricas desigualdades que tanto comprometem a imagem do nosso País, limitam nossa capacidade de desenvolvimento humano e estão na origem de problemas sociais graves, dentre os quais a criminalidade e a violência a ela associada.

Dados do IPEA de 2002 já demonstravam, com uma série histórica iniciada em 1929, que ações sociais universalizantes não são suficientes para alterar as desigualdades raciais: “apesar da melhoria nos níveis médios de escolaridade de brancos e negros ao longo dos anos, o padrão de discriminação, isto é, a diferença de escolaridade dos brancos em relação aos negros, mantém-se estável entre as gerações” – anota o IPEA.

É falacioso o argumento de que a destinação de cotas prejudique o mérito. Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), pesquisa recente apontou que, após o primeiro ano de estudos, 48,9% dos alunos cotistas foram aprovados em todas as disciplinas, enquanto apenas 47% dos alunos não cotistas obtiveram tal desempenho. Já na Universidade de Brasília (UnB), na escala de nota adotada na instituição, que vai de zero a cinco, nas turmas concludentes em 2008, os alunos não cotistas tiveram média geral de 2,3, enquanto os cotistas obtiveram 3,9.

Ao julgar a constitucionalidade do Prouni, o Ministro Carlos Ayres Britto, do Supremo Tribunal Federal, já apontava que a cota racial “é uma técnica de compensação jurídica, uma forma de quebrar a hegemonia e colocar a sociedade nos eixos em condição de horizontalidade”. Para o Ministro, “a diferenciação colocada pela Lei 11.906 não ofende a Constituição. Muito pelo contrário, faz valer o princípio da igualdade que ela prevê”. “Não se pode rebaixar os favorecidos. O que se pode é elevar os desfavorecidos”, concluiu o Ministro.

Quando se pesa a legitimidade, por um lado, da decisão da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, que por ampla maioria criou a Lei, e, de outro lado, a reação de um Deputado derrotado nessa decisão legislativa, que recorreu ao Judiciário, resta evidente onde está a vontade dos que foram constituídos para legislar pelo povo.

A decisão liminar colide com a esperança da sociedade brasileira e de observadores internacionais de direitos humanos, a partir da Lei das Cotas nas Universidades. A ser mantida pelo Pleno, estaria sendo golpeado de morte um fator de afirmação nacional, ignorado o espírito da Constituição de 1988 no sentido de um modelo de desenvolvimento inclusivo, de aproximação do Estado brasileiro dos termos com os quais se comprometeu ao assinar diversos tratados internacionais que propugnam por ações capazes de superar a desigualdade racial.

Por essas razões, fazemos um apelo a todos os Senhores Desembargadores, no sentido de que, em nome dos Direitos Humanos, sejam reconsideradas as razões da liminar e seja restabelecida a Lei Estadual 5.346.

(Votada de forma definitiva em 2009, a ação foi rejeitada pelo TJ/RJ e mantida, portanto, a Lei Estadual 5.346)

5. DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

É competência institucional da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) atuar nos assuntos referentes a minorias, em especial aos povos indígenas, suas comunidades e terras tradicionais, conforme o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no seu Art. 32, item VIII, alínea “e”. É com base nessa competência que se recebe, acompanha e monitoram situações importantes que envolvem os indígenas no país.

Neste sentido, é preciso pontuar ainda que de forma breve, o contexto geral relacionado aos povos indígenas em 2009 e o papel do Parlamento nesse tema. O Congresso Nacional abriga posicionamentos os mais diversos sobre as questões de interesse dos índios. Os conflitos são reais e, por vezes, há tensão nas disputas sobre tais questões. Há entre segmentos ligados à produção rural uma percepção de que o estilo de vida dos povos indígenas atrapalha o desenvolvimento econômico. Há até quem defenda mesmo que os índios se diluam entre os brancos e abram mão de sua condição étnica e patrimônio cultural.

É frequente a apresentação de projetos de decretos legislativos suspendendo procedimentos de iniciativa exclusiva do poder Executivo no sentido do reconhecimento, demarcação e garantia de posse de áreas indígenas. Igualmente frequentes são apresentadas emendas ao Art. 231 da Constituição visando reduzir direitos dos povos indígenas. Outros projetos de lei propõem a exploração de terras indígenas por terceiros. As matérias dessa natureza que passaram pela CDHM foram rejeitadas pelo colegiado, que entendeu que elas representam retrocesso nos direitos dos povos indígenas conquistados e previstos na Constituição e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

A disputa pelos recursos dos indígenas tem ocorrido em outras arenas, mas com igual acompanhamento da CDHM. Pressões de toda ordem, inclusive com variados graus de violência, tentam impedir procedimentos de demarcação e elaboração de laudos antropológicos de áreas indígenas com intrusão de fazendeiros. Ações de comunicação igualmente agressivas contra povos indígenas e quilombolas na mídia também tem sido feitas no intuito de influenciar a opinião pública contra esses segmentos vulneráveis da população. O resultado dessas investidas contrárias aos direitos indígenas é o aumento da violência.

Falta também melhor assistência aos povos indígenas. E aqui, merece destaque a situação em que vive a população indígena do Estado do Mato Grosso do Sul, em abandono. Comprimida em áreas reduzidas e à mercê da raiva e da intolerância social, essa população vive em permanente risco. Dados parciais do Conselho Indigenista Missionário – CIMI dá conta de que em 2009, até o mês de outubro, ocorreram 27 assassinatos de pessoas indígenas nesse Estado, num total de 54 assassinatos de indígenas em todo o território nacional. Ou seja, mais de 50% dessas ocorrências criminosas se concentram no Mato Grosso do Sul.

- Mato Grosso do Sul:

A situação de risco e insegurança por que passam os povos indígenas no Mato Grosso do Sul, estão intimamente ligadas a falta de medidas para viabilizar as demarcações de seus territórios.

Este foi o principal problema apresentado na audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizada no dia 19 de novembro de 2009. Participaram representantes do Ministério Público Federal, Polícia Federal, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, gabinete do Presidente da República, além de diversos parlamentares, lideranças indígenas do Mato Grosso do Sul, entidades indigenistas e organizações do movimento social.

O fato mais grave relatado, além da permanente hostilidade aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul foi o desaparecimento de dois professores da comunidade indígena Guarani-Kaiowá do município de Paranhos, Genivaldo Vera e Rolindo Vera. A informação trazida à audiência é de que os professores foram sequestrados no dia 31 de outubro de 2009.

Foi denunciado ainda que as agressões, manifestações de racismo e intimidação contra os indígenas no Mato Grosso do Sul partem de autoridades públicas, integrantes de forças de segurança, mídia e poder econômico do Estado e que seguranças armados por fazendeiros intimidam servidores da Fundação Nacional do Índio - FUNAI e lideranças indígenas. Há inclusive evidências de ações de mapeamento dessas lideranças e estratégia de aniquilamento das mesmas.

Durante a audiência a CDHM se comprometeu e reforçou junto ao Ministério da Justiça a segurança dos integrantes dos grupos de trabalho GTs técnicos que atuam na análise técnica do reconhecimento, demarcação do território indígena. Com este reforço político da Comissão e de várias pressões de organismos internacionais de Direitos Humanos, entidades da sociedade civil foi possível os referidos GTs retornaram ao trabalho em dezembro de 2009 com a proteção da Força Nacional de Segurança.

Outra ação também definida nesta mesma atividade e encaminhada pela Comissão foi quanto a segurança ao 15º Encontro de Professores e Lideranças Indígenas do Mato Grosso do Sul que se realizou de 25 a 28 de novembro de 2009 na aldeia de Pirajuí, município de Paranhos-MS. O encontro aconteceu e pode contar com aporte de segurança e os quase com 500 participantes, se deslocaram sem nenhuma ocorrência de violência.

- Carta Aberta (04/06/2009):

Pelo direito de defender direitos - contra a criminalização do povo indígena Xukuru

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta sua solidariedade ao povo indígena Xukuru e preocupação em relação à sentença condenatória contra suas lideranças políticas.

O povo Xukuru é formado por cerca de dez mil pessoas incluindo crianças, homens, mulheres e anciãos que vivem em sua terra tradicional, na serra do Ororubá, município de Pesqueira, agreste de Pernambuco.

Há décadas os Xukurus lutam para garantir o respeito aos seus direitos constitucionais, sobretudo a demarcação e homologação do seu território.

A luta permanente deste povo por sua terra lhe rendeu uma mancha de sangue, com diversas lideranças assassinadas. Entre elas, o cacique Chicão Xukuru, vitimado a 20 de maio de 1998.

Dois anos depois, Marcos Luidson de Araújo, filho de Chicão, foi escolhido pelos Encantados – conselho de anciãos – do povo como novo cacique. As ameaças de morte passaram a vir em logo seguida.

As investigações não foram a contento e esta omissão do Estado levou as organizações de direitos humanos a denunciarem o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA).

A Comissão acolheu a denúncia e, entre outras coisas, determinou ao Estado brasileiro a proteção à vida do cacique Marcos e de sua mãe, Zenilda – o que nunca foi cumprido.

Mesmo sob a determinação da CIDH/OEA de proteção, a 7 de fevereiro de 2003 o cacique Marcos sofreu uma tentativa de homicídio dentro da terra Xukuru.

No episódio, os autores do atentado mataram dois jovens, Josenilson José dos Santos (Nilsinho) e José Ademilson Barbosa da Silva (Milson). Os jovens morreram ao tentar impedir o assassinato do cacique.

Esse fato gerou um sentimento de grande revolta e a comunidade indígena, indignada com a violência, resolveu expulsar do seu território todos os que apoiavam os criminosos: fazendeiros e alguns indígenas aliados pelos invasores para tentar dividir o território indígena.

A Polícia Federal (PF) investigou o caso, porém, estranhamente, concluiu que não houve atentado contra o cacique e que Marcos provocou os incidentes que o vitimaram.

Já o Ministério Público Federal concordou parcialmente com a PF e, com o inquérito policial, denunciou apenas uma pessoa, José Lourival Frazão (Louro Frazão), pelo duplo homicídio, deixando de denunciar outras pessoas, por entender que elas agiram em defesa do acusado.

Após o fato acima referido, um outro inquérito apurou os incidentes que resultaram na expulsão das famílias dos criminosos e dos seus seguidores. A PF indiciou trinta e cinco índios Xukuru, dentre eles o cacique Marcos, acusado de ter comandado os atos que ocorreram após o atentado.

O Ministério Público Federal aceitou a investigação policial e denunciou trinta e cinco índios Xukuru pela prática de diversos crimes.

No mês passado – maio de 2009 – saiu o resultado do processo. O cacique Marcos e mais trinta índios denunciados foram condenados pela 16ª Vara da Justiça Federal em Caruaru (PE), a penas que variam de um a dez anos de reclusão, além de indenizações que somam mais de cem mil reais.

Na sentença que condenou o cacique Marcos, o juiz de 1º grau desconsiderou que o cacique foi vítima, e não réu, naquele episódio. E o magistrado também deixou de ouvir testemunhas capitais.

Estas condenações se inserem no contexto de criminalização do povo Xukuru. Atualmente, pelo menos quarenta e três indígenas Xukuru estão sendo processados. Dois estão presos, trinta e um foram condenados e os outros dez aguardam julgamento.

Os interesses de elites políticas e econômicas da região estão por trás dessa tentativa de desestruturar o povo Xukuru.

Esse processo de criminalização foi denunciado novamente à CIDH/OEA, em março de 2009.

O parlamento brasileiro e, em especial, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, diante dos fatos acima narrados, não pode ficar em silêncio. Dentre as suas prerrogativas institucionais consta que uma de suas tarefas é se deter a assuntos referentes a minorias étnicas, especialmente os índios e suas comunidades em defesa das terras tradicionais, conforme determina o artigo 32, inciso VIII, alínea E do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Além disso, a CDHM abraça essa luta para proteger o inalienável direito a ter direitos e a agir politicamente pelo respeito, pela proteção, pela promoção e pelo provimento destes direitos.

O direito humano à participação política é, precisamente, o que situa as pessoas no mundo e identifica o seu lugar político. Ademais, este direito é o que confere legitimidade à ação e à organização dos sujeitos sociais política e economicamente minoritários e desfavorecidos na sociedade, caso dos povos indígenas.

Os indígenas, suas comunidades e grupos são sujeitos políticos e, nesta linha, a pressão social por seus direitos é algo legítimo e está situado dentro dos marcos do Estado Democrático de Direito.

Pelos relatos, se percebe que o direito de defesa dos indígenas foi cerceado e que as investigações precisariam ter sido mais aprofundadas, pois tratam-se de questões e conflitos complexos.

Por isso, mesmo diante das condenações, enquanto houver recursos é preciso recorrer para que a justiça, ao final, prevaleça.

Neste sentido, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desta casa apela para a sensibilidade do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no sentido de que o mesmo reveja estas sentenças condenatórias, no intuito de restabelecer a paz e os direitos constitucionais do povo indígena Xukuru.

A causa indígena não pode ser encarada como algo simples e não será criminalizando os povos indígenas que os conflitos existentes serão solucionados, mas com acompanhamento sistemático e implementação de ações preventivas de violência, bem como de proteção e garantia dos direitos fundamentais deste segmento social.

- Polícia Federal acusada de torturar índios Tupinambá na Bahia:

A CDHM recebeu, no dia 1º de junho de 2009, via Conselho Indigenista Missionário – CIMI e indígenas da comunidade Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia, relato de conflito envolvendo essa comunidade indígena e não índios, que acirrou-se depois da publicação do relatório de identificação de território indígena da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, divulgado no dia 20 de abril no Diário Oficial da União. O documento formalizou a identificação das terras Tupinambá nos municípios de Buerarema, Una e Ilhéus (BA), no total de 47.376 has.

No dia 2 de junho, lideranças Tupinambá denunciaram a prisão de quatro homens e uma mulher da comunidade pela Polícia Federal de Ilhéus BA e que teriam sido torturados – choques nos órgãos genitais, entre outras violências - para confessarem o assassinato de um homem cujo corpo foi encontrado pelos indígenas numa represa da fazenda Santa Rosa, instalada dentro do território da comunidade indígena.

Em Ilhéus, os depoimentos e até mesmo os exames de corpo delito foram feitos de forma a incriminar os índios, segundo eles porque delegados daquela unidade da PF têm histórica hostilidade contra os Tupinambá. Por isso, eles vieram a Brasília e deram sua versão à direção da FUNAI e à Comissão Nacional de Política Indígena - CNPI/MJ, bem como ao Ministério Público Federal.

Com o apoio desses órgãos e da CDHM, os cinco indígenas foram examinados, no dia 06 de junho, por peritos do Instituto Médico Legal de Brasília e ouvidos pela procuradora da

República Luciana Loureiro que, em seguida, encaminhou a documentação para o Ministério Público Federal em Ilhéus - BA adotar as providências legais.

O laudo dos exames do IML-DF comprova que os indígenas sofreram lesões graves por choques elétricos nas regiões lombar e genital.

A CDHM solicitou uma audiência ao ministro da Justiça, Tarso Genro para colocá-lo ciente dos atos ilegais cometidos pela Polícia Federal. Realizada no dia 24 de junho de 2009, a audiência teve a participação do deputado Pedro Wilson (PT-GO), 1º vice-presidente da CDHM, senadoras Serys Slhessarenko, Marina Silva e Fátima Cleide. Também estavam presentes representantes do CIMI e do CNPI.

A delegação protestou contra as práticas de tortura por parte da Polícia Federal contra movimentos sociais e povos indígenas e manifestou preocupação com a insegurança e tensão na região Sul da Bahia. Foi demonstrado ao ministro que aprofunda-se a repressão aos indígenas e que o clima de animosidade é estimulado por fazendeiros, políticos e a mídia local. Relatou também sobre os *habeas corpus* impetrados pela FUNAI para a soltura do indígena Jurandir de Jesus, solto na véspera da audiência.

O presidente da Funai, Márcio Meira, informou que uma delegação formada por integrantes da subcomissão de cidadania do CNPI, do programa de proteção de defensores de direitos humanos, da 6ª Câmara do MPF.

O ministro da Justiça declarou que determinaria investigação especial sobre os fatos. Facultou o destacamento de uma pessoa para acompanhar os trabalhos de investigação do delegado especial a ser designado. Declarou também que o Ministério da Justiça trabalhará para a remoção dos policiais envolvidos, a fim de tranquilizar a comunidade, ou a aplicação de alguma medida que surta esse efeito. Acatou a sugestão de checar qual tratamento está sendo dado pela Superintendência da Polícia Federal-BA ao caso.

Em visita a Ilhéus no dia 3 de julho, os deputados Luiz Couto, Veloso, Lucenira Pimentel e Ricardo Quirino conversaram sobre os fatos com um representante da comunidade Tupinambá e receberam um relatório contendo a versão do conflito sobre a posse da terra na visão dos fazendeiros e outros não-indígenas.

- CDHM quer melhorar abrigo e atendimento a indígenas em Brasília:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados realiza, realizou, no dia 1º de julho, audiência pública para discutir questões relativas ao abrigo e atendimento a indígenas que precisam sair de suas aldeias para vir a Brasília resolver problemas diversos.

A Comissão recebe com frequência denúncias acerca da precariedade deste tipo de serviço, o que acarretou ocorrências gravíssimas, como a morte de uma adolescente, em 2008, numa instituição de atendimento indígena terceirizada existente no Distrito Federal. A própria morte de Galdino de Souza, liderança pataxó hã-hã-hãe, que viera a Brasília convidado a participar de reuniões, foi assassinado por jovens que atearam fogo ao seu corpo enquanto ele dormia num ponto de ônibus, já que a pensão onde estava hospedado fechara a porta e não tinha porteiro.

Relatório apresentado pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal detalha esse tipo de situação e motivou a realização da audiência pública. O documento registra que a Casa de Convivência Indígena de Sobradinho encontra-se desativada há mais de dois anos.

Além disso, a Funai extinguiu os convênios que mantinha com pensões em Brasília. Sem outros espaços, os índios ocupam o edifício sede da Funai, inclusive a garagem do prédio. Ali dormem sobre papelões, sem cobertas, não recebem alimentação adequada, não possuem atendimento médico e não dispõem sequer de um espaço digno para banho e higiene pessoal. Os riscos de atropelamento das crianças que circulam pela garagem são permanentes.

Participaram da audiência, como expositores, Irânia Marques, coordenadora-geral de Proteção e Promoção Social da Fundação Nacional do Índio; a deputada distrital Erika Kokay (PT), vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Saulo Feitosa, representante do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas - FDDI.

- CDHM exhibe documentário sobre Mário Juruna, único deputado federal índio da história do Brasil:

A CDHM promoveu uma sessão especial para exibição aberta ao público do documentário “Juruna – O Espírito da Floresta”, do diretor Armando Lacerda, no dia 16 de julho. O requerimento para a exibição filme foi de autoria do deputado Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A obra, com duração de 86 minutos, é uma homenagem ao ex-deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ), primeiro e único parlamentar federal índio da história do Brasil. Após a exibição do filme, foi realizado um debate com a presença do diretor e de parte do elenco do filme.

“Juruna, o Espírito da Floresta” revela a riqueza das relações dos índios Xavante com a sociedade brasileira. “É de fundamental importância produzir e levar ao grande público, através do cinema, a história de Mário Juruna, não exatamente pela valorização de um personagem de destaque na história política do Brasil, mas pela necessidade de dar conhecimento sobre as diferenças que ainda estigmatizam os povos indígenas do chamado Povo Brasileiro”, diz o diretor e produtor Armando Lacerda.

O filme conta a trajetória do cacique eleito pelo Rio de Janeiro, em novembro de 1982, época de mobilização contra o regime militar. O filme resgata, para as novas e futuras gerações, a história de Juruna, a partir de sua biografia, apresentada pelo filho primogênito – Diogo Amhó –, que busca os parentes e por meio deles recupera a memória do pai e a trama de sua história no complexo mundo dos povos indígenas.

- Nota oficial (09/06/2009):

Protesto contra massacre de índios no Peru

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil, considerando a universalidade dos direitos humanos, a solidariedade entre os povos indígenas da Amazônia e dos povos irmãos da América Latina, as atribuições constitucionais desta Comissão como defensora dos direitos humanos e das minorias; bem como os tratados internacionais de direitos humanos dos quais são signatários Peru e Brasil, manifesta sua indignação diante do ataque de forças de segurança contra indígenas que se manifestavam em defesa de seus territórios, em Baguá, região amazônica do Peru.

As notícias que chegam a este órgão do Parlamento brasileiro informam que há cerca de trinta mortos, atingidos por tiros disparados por policiais em helicópteros, caracterizando-se um massacre, que pode vir a ser qualificado como ato de genocídio por instituições internacionais.

Esta Comissão, com um histórico de defesa da vida e dos direitos humanos dos povos indígenas brasileiros, faz neste momento um apelo ao Governo da República do Peru, no sentido de que cesse a repressão armada contra esses cidadãos e abra negociações para que as demandas sejam tratadas no âmbito do Estado de Direito, com respeito à vida e buscando a harmonia entre os projetos econômicos, os direitos dos povos originários e a preservação do meio ambiente.

Brasília(DF), 09 de junho de 2009

6. QUESTÕES INTERNACIONAIS

- Dirigentes sindicais do Haiti solicitam apoio da CDHM para a retirada das tropas da Minustah

Brasília (DF) – A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados recebeu, no dia 6 de agosto, a visita de dois dirigentes sindicais do Haiti.

Raphael Dukens, da Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público (CTSP), e Louis Fignolé Saint-Cyr, da Central Autônoma dos Trabalhadores do Haiti (CATH), acompanhados por Markus Sokol, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), foram recebidos pelos deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da Comissão, e Fernando Ferro (PT-PE).

Na reunião, que durou cerca de duas horas, os dirigentes sindicais solicitaram a uma comitiva de parlamentares brasileiros na Comissão de Investigação Internacional realizado na capital Porto-Príncipe entre 16 e 20 de setembro de 2009. O evento foi preparado pela sociedade civil haitiana e contou com o apoio de inúmeras personalidades internacionais, como o escritor uruguaio Eduardo Galeano.

Além do convite à participação brasileira na atividade, os haitianos reivindicaram aos deputados o reforço do apelo junto ao governo brasileiro para a retirada gradual das tropas brasileiras da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (Minustah, no francês) e o apoio para ações de desenvolvimento econômico e social do país. “Seria muito mais importante que o Brasil ajudasse o nosso país a construir escolas e hospitais do que atuar com tropas militares”, afirmou Saint-Cyr.

A alegada situação de insegurança pública generalizada, que justificaria a manutenção do que muitos consideram uma ocupação militar, não condiz com a realidade, segundo os sindicalistas haitianos. “A violência aumenta apenas a cada vez que se aproxima o período de renovação de permanência das tropas, no mês de outubro, mas a normalidade vigora nos demais períodos. Se houvesse insegurança, seria praticamente impossível circular num país com oitenta por cento da população desempregada e vivendo na miséria. E os índices de violência, como o número de assassinatos, são até menores do que em algumas regiões do Brasil e dos países vizinhos”, declarou Dukens, acrescentando que o general brasileiro Santos Cruz já declarou que o problema haitiano não é de segurança, mas de desenvolvimento social.

Dukens e Saint-Cyr também criticaram duramente os Estados Unidos e a França e lamentaram que o Brasil esteja chefiando a Minustah. “Os EUA e a França nunca perdoaram o Haiti por ter sido a primeira república negra independente das Américas e até hoje querem que paguemos o preço por esta ousadia. Para nós, é constrangedor que o Brasil esteja no comando das tropas, já que existe uma amizade histórica entre os nossos países”, disse o representante da CTSP.

Os deputados Couto, Wilson e Ferro se comprometeram a apresentar requerimentos à CDHM para a realização de audiência pública sobre a situação do Haiti – particularmente acerca da atuação do Brasil na Minustah – e sugestão à Mesa Diretora da Câmara de participação de parlamentares brasileiros na Comissão Internacional de Investigação, inclusive com membros da CDHM.

Os dirigentes haitianos estavam percorrendo vários países para relatar a situação do seu país e angariar apoios políticos para o evento. No Brasil, eles também participam de

atividades do 10º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, que ocorreu de 3 a 7 de agosto, em São Paulo (SP).

- CDHM recebe Relator da ONU para o Direito à Alimentação:

Em reunião ocorrida no dia 15 de outubro, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias e a Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional receberam o Relator Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito Humano à Alimentação, Olivier De Schutter.

No encontro, que teve pouco mais de uma hora de duração, o Relator e os deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da mesma comissão, e Nazareno Fonteles (PT-PI), coordenador da Frente Parlamentar, debateram a reforma agrária no Brasil, programas sociais relacionados ao direito à alimentação, matérias em tramitação no Congresso sobre o tema, preservação do meio ambiente, acesso à água, acordos internacionais de comércio, entre outros.

O Relator, que assumiu o posto em maio de 2008, substituindo o suíço Jean Ziegler, que ocupou a função entre 2000 e 2008, mostrou preocupação com as dificuldades para o avanço da reforma agrária. “Entendo que a reforma agrária é uma ação importantíssima para a promoção do direito humano à alimentação. E estou preocupado com uma lei de 2001 que impede que terras ocupadas fiquem impedidas de serem destinadas à reforma agrária, além das ações do agronegócio, que não se importam com a sustentabilidade do meio ambiente”, declarou o relator durante a reunião.

Olivier afirmou que o Brasil é referência quando se busca inspiração na luta pela alimentação e nutrição, um país que deixou de importar alimentos nos anos 1970 para se tornar hoje um grande fornecedor mundial. A experiência brasileira, inclusive a do CONSEA, tem sido adotada em outros países, como a Guatemala e El Salvador, para garantir segurança alimentar para sua população.

Dos temas repassados pelo relator anterior, Olivier citou a preocupação com uma lei inadequada, aprovada no ano 2000, e outra necessária, que desde o começo dos anos 1990 aguarda decisão do Congresso Nacional. A lei inadequada é a que proíbe desapropriação para reforma agrária em terras ocupadas pelo MST e outros movimentos. A votação necessária é a da emenda à Constituição que prevê desapropriação em terras onde se verifique trabalho escravo e produção de drogas.

O deputado Pedro Wilson explicou ao relator da ONU que, embora tenham ocorrido avanços significativos nessa área, a correlação de forças desfavorável ao governo Lula no Congresso Nacional tem impedido outras conquistas, inclusive a da votação da referida emenda.

Pedro Wilson defendeu a conservação dos biomas cerrado, caatinga e amazônia da depredação, bem como a valorização de suas sementes crioulas e tradições produtivas ligadas à agricultura familiar.

Luiz Couto comentou os indicadores do censo agropecuário recentemente divulgado pelo IBGE, que demonstrou que a agricultura familiar em pequena escala é mais produtiva que as grandes propriedades, sendo ainda responsável por 75% dos empregos no setor.

Couto defendeu o fortalecimento de três diretrizes para a segurança alimentar no país: programas de transferência de renda como o bolsa família; o estímulo à reforma agrária e à

agricultura familiar; e a substituição do modelo que implica no uso intensivo de agrotóxicos pela produção de produtos orgânicos reduzindo danos às terras.

O presidente da CDHM defendeu como parte do direito humano à alimentação o acesso à água; condenou o desmatamento e outras práticas que têm levado à desertificação e degradação de algumas áreas; além do aproveitamento integral dos alimentos.

Já o deputado Nazareno Fonteles propôs a vinculação de programas sociais ligados à alimentação no orçamento da União. O presidente da Frente Parlamentar pelo Direitos à Alimentação condenou a cobrança de royalties pela empresa Monsanto e outras que controlam o agronegócio, afirmando que pequenos e médios produtores rurais estão unidos contra a exploração feita pelas empresas de biotecnologia que controlam a produção de sementes associadas ao uso de herbicidas.

Fonteles criticou o papel da mídia, porque ela desequilibra a situação em desfavor do direito humano à alimentação e da agricultura familiar, beneficiando a grande indústria de alimentos sem efetiva sustentabilidade nem responsabilidade sócio-ambiental.

O relator da ONU mostrou-se interessado nas propostas apresentadas pelos deputados brasileiros. Ele disse estar comprometido com os aspectos sociais e ambientais da produção de alimentos, que para ele, "não pode ser calculada só pelo número de toneladas produzidas". Também concordou com a crítica ao papel da mídia, que se refere aos alimentos de forma restrita aos padrões de mercado, deixando de computar no valor dos produtos seu custo sócio-ambiental.

Olivier afirmou que, embora reconheça a utilidade do comércio internacional para concretizar o direito humano à alimentação, há excessos que promovem desigualdade social e, por isso, devem ser combatidos. "É preciso perguntar: quem ganha e quem perde com as novas tecnologias e com o comércio dos produtos agrícolas, quais são as prioridades sociais da cadeia produtiva, quais são as questões de saúde e econômicas envolvidas?"

O relator comprometeu-se em incluir no relatório que apresentará em breve à Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, propostas debatidas com os deputados. E apresentou duas sugestões à Comissão de Direitos Humanos e Minorias: o monitoramento dos impactos dos acordos e do comércio internacional relativos ao direito humano à alimentação; e a realização de uma auditoria dos impactos da agricultura familiar, de modo a dimensionar os benefícios desses setor para o país.

O deputado Luiz Couto agradeceu as sugestões apresentadas pelo relator da ONU e disse que apresentaria aos demais membros da Comissão e ao Comitê de Direitos Humanos e Política Externa para análise sobre a contribuição que esses fóruns poderão dar na implementação do monitoramento e da auditoria propostos.

- CDHM participa do 3º Encontro Europeu de Brasileiros no Exterior:

Os deputados Luiz Couto (PT-PB), Geraldo Thadeu (PPS-MG) e Cleber Verde (PRB-MA) representaram a CDHM no 3º Encontro Europeu de Brasileiras e Brasileiros no Exterior, realizado em Barcelona, Espanha, de 26 a 28 de junho. O objetivo do evento foi propiciar aos brasileiros que vivem na Europa diálogo com representantes do Estado brasileiro, visando construir políticas públicas que atendam às necessidades desses nacionais, além de fomentar a cooperação entre esses brasileiros.

A Comissão já participara do processo de organização da rede de brasileiros vivendo na Europa, tendo contribuído nas articulações que resultaram na criação de espaços de atuação conjunta. Em 2002 e 2007, a CDHM esteve presente no 1º e 2º Encontros de Brasileiros e Brasileiras na Europa. Desta forma, o colegiado parlamentar já é uma referência na defesa dos direitos dos nossos emigrantes.

Em Barcelona, os deputados tomaram conhecimento das ações recentes realizadas pelos grupos de brasileiros no Velho Continente. “Procuramos passar a mensagem de que nossa população emigrada continua brasileira e merecedora da atenção e do suporte do poder público brasileiro”, informou o presidente da CDHM, para quem hoje “é fundamental atuarmos na questão dos direitos humanos e cidadania universal”.

Duas estratégias de atuação dominaram os debates. A primeira foi sobre a melhoria da qualidade de vida e da plena cidadania das brasileiras e brasileiros em contextos de migração, assegurando o respeito aos direitos humanos, por meio dos processos de coletividade desenvolvidos em redes de sociabilidade.

A segunda diz respeito ao desenvolvimento organizacional da Rede de Brasileiras e Brasileiros no Exterior, como instrumento e veículo de articulação e interlocução para promover e garantir os direitos de cidadania dos compatriotas no exterior e em seu regresso ao país de origem.

No encontro foi apresentado trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional das Migrações do Governo Brasileiro. Houve participação de autoridades e de trabalhadores vivendo no Brasil, Holanda, Bélgica, Inglaterra, França, Portugal, Itália, Alemanha e Áustria. O evento contou com as parcerias do Conselho Nacional de Imigração; do Instituto Migrações e Direitos Humanos; do Consulado Geral do Brasil em Barcelona; do Governo da Comunidade Autônoma da Catalunha e das Organizações Participantes da Rede.

- Seminário avalia agenda internacional do Brasil para direitos humanos:

A agenda do Brasil nos sistemas internacionais de direitos humanos foi tema de seminário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizado em parceria com o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, no dia 25 de março de 2009.

Participaram, como expositores, representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

A apresentação e o debate da agenda brasileira de direitos humanos em âmbito internacional tem sido uma forma de monitoramento, pela CDHM e a sociedade civil, sobre os impactos da política externa do país nos direitos humanos. A Constituição Federal estabelece, em seu Art. 4º, que os direitos humanos devem ter prevalência nas relações exteriores do Brasil.

“Conhecer e opinar sobre as principais linhas de atuação do país nos sistemas de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e do Mercosul é parte da missão deste colegiado”, defende o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT-PB).

Parceiro da Comissão, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa é formado por dezenas de organizações da sociedade civil e tem sido um espaço qualificado de acompanhamento da política externa no que concerne aos direitos humanos no Brasil.

As exposições dos representantes do Ministério das Relações Exteriores e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos foram antecedidas por breves explicações sobre a estrutura e funcionamento dos sistemas Mercosul, Interamericano e Internacional.

Participaram como expositores Camila Lisa Asano, da ONG Conectas Direitos Humanos, que abordou o Sistema de Direitos Humanos da ONU; Luiz Emmanuel, representante do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP, que falou sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos; Alexandre Ciconello, representante do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - Inesc, que analisou a presença do tema Direitos Humanos no Mercosul.

Os expositores da mesa Agenda do Brasil nos sistemas internacionais de direitos humanos foram a Conselheira Márcia Adorno Ramos, representante do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Itamaraty; Cristina Cambiaghi - Representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Mary Aune, secretária executiva do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa.

- Nota oficial (06/01/2009):

Pelo imediato cessar-fogo na Faixa de Gaza e o início de negociações diplomáticas

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, vimos expressar nossa mais enérgica condenação à ofensiva que o Estado de Israel realiza contra a população palestina da faixa de Gaza. Os ataques desproporcionais face aos foguetes atirados contra Israel atingem não apenas militantes insurgentes do Hamas. Causam enorme número de vítimas entre civis, inclusive crianças; destrói escolas, estruturas de fornecimento de água, eletricidade e de transportes, além de sítios religiosos e patrimônios culturais; provocam desabastecimento e impõem a fome. Desta forma, Israel agride a consciência internacional pública e ofende a Organização das Nações Unidas.

Num mundo regido por padrões humanitários, apenas as ações diplomáticas podem equacionar os conflitos, e não há porque tratar a questão da Palestina de outra forma. Propagar que o problema é intratável serve apenas para justificar os ataques de uma das forças militares mais poderosas do mundo contra a resistência palestina sem condições reais de confronto. Essa absoluta desigualdade de força militar, o emprego por Israel de armas de grande poder destrutivo, o cerco cruel à população civil, o impedimento de cobertura da imprensa, constituem afronta ao direito internacional, à Convenção de Genebra e aos princípios fundamentais dos direitos humanos.

Ao protestar contra os ataques genocidas contra o povo palestino na faixa de Gaza, conclamamos o Congresso Nacional brasileiro, o governo e a sociedade civil brasileiras a tomar iniciativas no sentido de contribuir para a imediata suspensão da incursão no território palestino por Israel e o início de negociações que ponham fim ao conflito. Nesse sentido, defendemos a proposta do governo brasileiro de realização de uma conferência internacional a ser realizada pela ONU com o objetivo de estabelecer a paz.

Brasília(DF), 06 de janeiro de 2009

- Nota oficial (30/06/2010):

Golpe militar em Honduras é atentado à democracia e aos direitos humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados do Brasil manifesta o seu repúdio ao golpe de Estado ora em curso na República de Honduras.

Tal situação, configurada com a prisão arbitrária do Chefe de Estado e de Governo, atenta contra a democracia e contra os direitos humanos não apenas do povo hondurenho, mas de toda a comunidade internacional.

Defendemos a legitimidade e a legalidade do governo do presidente Manuel Zelaya e entendemos que eventuais divergências políticas em relação a ele devem ser solucionadas de forma pacífica e dentro dos marcos constitucionais vigentes.

Reconhecemos, ademais, a soberania de Honduras e acreditamos que a normalidade democrática será restaurada no mais curto espaço de tempo, com o retorno de Manuel Zelaya ao posto para o qual foi eleito pela população hondurenha.

Outrossim, permaneceremos atentos aos fatos e ativos na manifestação de solidariedade ao povo hondurenho e em defesa dos direitos humanos.

Brasília(DF), 30 de junho de 2009.

- Carta aberta (03/02/2010):

Às autoridades constituídas da República Islâmica do Irã Pela liberdade dos cidadãos bahá'í presos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados tem defendido a convivência e a tolerância religiosas como patrimônio de toda a Humanidade e pressupostos para a plena vigência dos direitos humanos, os quais devem presidir as relações internacionais do Brasil, conforme determina nossa Constituição Federal, em seu Artigo 4º.

É com base nesses fundamentos que expressamos nossa preocupação com a notícia divulgada pela Agência Estudantil de Notícias Iraniana (ISNA), sobre acusações que pesam contra sete membros da liderança bahá'í, conhecidos como "Amigos do Irã" - grupo responsável por atividades comunitárias no país - presos em Teerã desde o segundo trimestre de 2008.

A notícia cita o promotor adjunto de Teerã, Hassan Haddad, que teria dito que "o caso será encaminhado à corte revolucionária", e que esses bahá'ís são acusados de "espionar para Israel, insultar santidades religiosas e fazer propaganda contra a República Islâmica".

A Comunidade Internacional Bahá'í nega categoricamente tais acusações contra essas pessoas – uma das quais encontra-se presa desde março e os seis demais desde maio de 2008.

As práticas e princípios humanistas e pacíficos pelos quais os bahá'ís são conhecidos no Brasil levaram esta comunidade a gozar do respeito e da credibilidade entre os defensores dos direitos humanos neste país. Assim, não há motivos para que suas alegações sejam desconhecidas ou indignas de crédito.

Essa comunidade lembra que todas as instituições bahá'ís eleitas ou designadas foram banidas pelo governo iraniano há cerca de 30 anos, logo após a Revolução Islâmica. Na ausência de um conselho administrativo nacional (Assembléia Espiritual Nacional), o grupo

de “Amigos do Irã” foi conformado com o pleno conhecimento do governo e desde então tem servido como órgão coordenador dos 300.000 bahá'ís naquele país. Os vários governos que assumiram o poder no Irã desde então sempre souberam das atividades deste grupo, com o qual de fato vinham tratando nos últimos anos de forma rotineira, mesmo que informalmente.

Afirmar agora que eles formam um grupo “ilegal” não nos parece correto.

A acusação de que estes cinco homens e duas mulheres estariam “espionando” é negada com veemência pela comunidade bahá'í, que alega tratar-se de mero pretexto para perseguir os bahá'ís.

Desde o início dos anos de 1930, os antagonistas da Fé Bahá'í no Irã insistem que esta nova religião seja uma seita política criada pelos governos imperialistas que buscam enfraquecer o Islã. Os bahá'ís têm sido sucessivamente acusados de serem instrumentos do imperialismo russo, do colonialismo britânico, do expansionismo americano e, mais recentemente, do sionismo.

A comunidade bahá'í ressalta que o centro administrativo internacional da Fé Bahá'í é baseado hoje dentro das fronteiras modernas de Israel meramente como resultado do banimento dos fundadores da Fé pelos impérios persa e otomano em meados do século 19. Em 1860 – e portanto 80 anos antes da fundação do estado de Israel, Bahá'u'lláh foi exilado para cumprir prisão perpétua na cidade de Acre (Akká).

A comunidade bahá'í questiona: se de fato esses bahá'ís estão sendo acusados de espionagem para Israel, por que então centenas de outros foram executados por se recusarem a renegar sua fé e abraçar o Islã? Por que motivo milhares foram privados de seus empregos, pensões, empresas, oportunidades educacionais? Por que razão foram confiscados e demolidos seus lugares sagrados, templos e cemitérios? Todas essas questões demonstram uma tentativa orquestrada para destruir uma comunidade religiosa, conclui-se.

O governo iraniano levou mais de 8 meses para apresentar contra esses indivíduos acusações de terem cometido qualquer crime, período este durante o qual nenhuma evidência contra eles foi levantada. Em momento algum durante seu cárcere eles puderam ter acesso à sua advogada, Sra. Shirin Ebadi. Ela vem sofrendo perturbações, ameaças e intimidações desde que assumiu o caso, e até o momento ainda não obteve acesso aos arquivos correspondentes. Agora que estes bahá'ís foram acusados, é preciso exigir que o governo permita que a Sra. Ebadi tenha acesso a esses documentos, como também aos próprios prisioneiros.

A condenação dos “Amigos do Irã” constitui apenas mais um passo na campanha sistemática de 30 anos orquestrada pelo governos para eliminar a comunidade bahá'í como uma entidade viável no Irã, o berço da Fé Bahá'í – uma campanha sobre a qual evidências documentais estão disponíveis e foram trazidas à luz pelas agências das Nações Unidas.

É um princípio fundamental da Fé Bahá'í que seus seguidores se abstenham estritamente do envolvimento em qualquer tipo de atividade político-partidária, seja local, nacional ou internacional. Os bahá'ís vêem o governo como um sistema para a manutenção do bem-estar e do progresso ordenado da sociedade humana. Rejeitam a violência e são cidadãos construtivos, amantes da paz, sem nenhum interesse em assumir o poder.

Os defensores de direitos humanos confessores da fé bahá'í no Brasil afirmam ainda que, neste momento, cerca de trinta outros bahá'ís encontram-se presos no Irã. Cerca de 80 outros, tendo sido obrigados a apresentar escrituras de propriedades e licenças de trabalho

como garantia para fiança, foram falsamente acusados da mesma maneira, e estão aguardando julgamento.

Tendo em vista essa situação de risco e de perseguição contra as pessoas mencionadas, em razão de professarem uma fé religiosa minoritária, nos dirigimos às autoridades constituídas do Irã, por meio de sua Embaixada no Brasil, e tendo como testemunhas o Ministério das Relações Exteriores, organismos internacionais e entidades da sociedade civil I - a quem divulgamos a presente nota - para pleitear, respeitosamente, pela vida, a segurança e a liberdade dos cidadãos bahá'í no Irã.

Brasília (DF), 03 de fevereiro de 2010.

- Parlamentares britânicos são recebidos pela CDHM:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados recebeu em plenário, no dia 3 de fevereiro, uma delegação parlamentar da Grã-Bretanha, integrada por quatro deputados e dois lordes (membros da Câmara Alta).

Os integrantes do mais antigo parlamento do mundo quiseram conhecer, na visita oficial que fizeram ao Brasil, os trabalhos desenvolvidos pela Comissão e os debates sobre direitos humanos promovidos no âmbito do Congresso Nacional brasileiro.

Além de Brasília, a agenda da delegação no Brasil, composta por representantes de quatro partidos, incluiu atividades em São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao recepcionar a delegação, o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM lembrou que “a Grã-Bretanha possui uma longa tradição em legislação e políticas de promoção de direitos humanos e a visita da comitiva é oportuna, devido à intensa discussão acerca do PNDH-3. Temas que são considerados polêmicos e propostas que têm sido acusadas de autoritárias por setores conservadores do Brasil se referem a direitos consagrados há séculos na Inglaterra e nos demais países do Reino Unido. Vamos tratar destes assuntos com os nossos visitantes”, afirma Couto.

Na oportunidade, Couto pediu que o Parlamento britânico contribua, na sua jurisdição, para o inteiro esclarecimento das circunstâncias da morte do imigrante brasileiro Jean Charles de Menezes, executado por policiais no metrô de Londres em julho de 2005.

Conheça os nomes dos integrantes da delegação parlamentar :

- Deputado Mark Hendrick (Partido Trabalhista) – chefe da delegação;
- Deputado Malcolm Wicks (Partido Trabalhista);
- Deputada Christine Russell (Partido Trabalhista);
- Deputado David Amess (Partido Conservador);
- Lorde Christopher Rennard (Partido Liberal Democrata);
- Lorde John Kilclooney (Partido Unionista do Ulster);
- Andrea Skyring, assessora.

- Carta aberta defende refúgio concedido pelo Brasil a perseguidos políticos torturados no Paraguai:

Em defesa do refúgio político a três ativistas do partido Pátria Libre, do Paraguai, sequestrados e torturados por agentes do estado no Paraguai, em 2002, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto, divulgou em janeiro de 2010 carta aberta ao presidente do país vizinho, Fernando Lugo, transcrita a seguir:

*Ao Excelentíssimo Senhor
Fernando Lugo Mendez
Presidente da República do Paraguai*

Prezado Senhor Presidente,

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil se dirige respeitosamente a Vossa Excelência para expressar sua surpresa diante da divulgação na mídia paraguaia de anúncios contra refugiados políticos paraguaios residentes no Brasil.

Os cidadãos paraguaios Juan Arrom, Anuncio Martí e Víctor Colman são beneficiários desde 2003 do status de Refugiados no Brasil em razão das graves violações de direitos humanos cometidas contra eles no Paraguai em governo anterior. Tais fatos motivaram julgamento político no parlamento paraguaio e o atual processo contra o Estado do Paraguai na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA.

Infelizmente tais violações de direitos humanos, segundo as informações que possuímos, não foram devidamente apuradas na justiça paraguaia, o que levou a CIDH-OEA a recepcionar denúncia e iniciar procedimento sobre o caso.

Os referidos cidadãos paraguaios tiveram seus processos de refúgio concedidos pelo CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados) do Brasil - colegiado altamente respeitado e legitimado por uma atuação respeitada internacionalmente. Participam do CONARE, que é dirigido pelos Ministros da Justiça e o das Relações Exteriores, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Cáritas Internacional, entre outras organizações dignas de crédito e prestígio.

A sociedade civil brasileira, representada pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, em reiteradas ocasiões emitiu resoluções, solicitando das autoridades paraguaias, em particular de V. Ex^a, mudanças quanto à reparação dos danos aos cidadãos paraguaios hoje vivendo como refugiados no Brasil.

Tal expectativa deveu-se à eleição de V. Ex^a, dono de admirável trajetória identificada com a democracia e o compromisso com valores e direitos humanos. A eleição de V.Ex^a, desde nossa perspectiva, representaria, afinal, grandes avanços quanto aos direitos humanos e as liberdades públicas e individuais no Paraguai.

Porém, causou surpresa e decepção entre defensores dos Direitos Humanos do Brasil a confusa propaganda do seu governo contra os refugiados. A campanha oferece inusitada recompensa para encontrar os mesmos, sendo que eles têm residência conhecida e proteção internacional, por decisão soberana do Estado Brasileiro em corresponsabilidade com organismos internacionais; além de constituir uma re-vitimização de cidadãos já gravemente afetados pelo seqüestro político e torturas sofridas no ano de 2002.

Como membros de entidade pública que tem acompanhado este caso emblemático de direitos humanos, esperamos atitude prudente e sensata neste caso dos refugiados e que possam ser retificadas as posturas que não condizem com um processo de mudanças democráticas, comprometido com os valores universais da liberdade, da democracia e o respeito aos Direitos Humanos.

Brasília(DF), Brasil, 5 de fevereiro de 2010.

Deputado Luiz Couto / Presidente da CDHM

- Secretário da ONU debate com deputados programa sobre HIV/AIDS:

O Secretário-Geral Adjunto da ONU e Diretor Executivo do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), Dr. Michel Sidibé, participou de audiência pública da CDHM no dia 26 de março, para dialogar sobre a agenda de prioridades do UNAIDS e renovar a parceria do programa com os parlamentares brasileiros.

O evento foi realizado em conjunto com a Frente Parlamentar em HIV/Aids e a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. Desde 1999 a CDHM participa da articulação entre parlamentares, instituições públicas de saúde e da sociedade civil, visando promover os direitos das pessoas vivendo com HIV/Aids e o combate a essa epidemia.

A Frente Parlamentar em HIV/Aids e a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT também vêm atuando na promoção desses direitos, contribuindo para que o Brasil se projete como um dos países com mais resultados positivos nessa área importante da saúde pública.

O deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, avaliou o encontro como “uma oportunidade para nos atualizar sobre os debates, as políticas públicas e a realidade do setor, além do saudável intercâmbio”.

Os expositores da audiência pública foram os deputados Luiz Couto e Paulo Teixeira, coordenador da Frente Parlamentar em HIV/Aids; deputada Cida Diogo, da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT; dr. Michel Sidibé, diretor executivo do UNAIDS; dra. Mariângela Simão, diretora do Programa Nacional de DST e Aids; dr. Pedro Chequer, coordenador do UNAIDS no Brasil; e Toni Reis, presidente da ABGLT.

Brasília(DF), 13 de janeiro de 2010.

- Nota de pesar pela tragédia no Haiti:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados lamenta profundamente o trágico abalo sísmico ocorrido no Haiti.

Solidarizarmo-nos com o povo e os governantes deste país, ao mesmo tempo em que também lamentamos que o Brasil tenha perdido na tragédia uma de suas mais expressivas militantes de direitos humanos, Dra. Zilda Arns, criadora da Pastoral da Criança e irmã do bispo Dom Paulo Evaristo Arns, bem como vários militares que estavam em serviço naquele país.

O Brasil, assim como o povo irmão do Haiti, encontra-se enlutado pelo ocorrido e sente profundamente a perda dessa lutadora das causas sociais da nossa gente, em especial das crianças brasileiras e de todo o mundo.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias registra o seu pesar pelo ocorrido e solidariza-se com as famílias das vítimas, em especial com Dom Paulo Evaristo Arns, neste momento de dor.

Brasília(DF), 12 de janeiro de 2010

- Subcomissão e Grupo de Trabalho focam migrações e refúgio internacional:

A CDHM instalou, no dia 1º de setembro de 2009, a Subcomissão para Questões Internacionais e o Grupo de Trabalho (GT) sobre Migrações e Refúgio. "A abertura desses fóruns evidenciou a importância atual desses temas para os direitos humanos", afirmou na ocasião o presidente do colegiado, deputado Luiz Couto.

O GT foi constituído como rede informal de entidades e pessoas atuantes na área, com foco em atividades operacionais que contribuam para viabilizar avanços nos direitos humanos das cidadãs e cidadãos migrantes, tanto brasileiros no exterior, quanto imigrantes vivendo no Brasil, bem como acompanhar e fortalecer as questões relacionadas a refúgio e à atenção aos refugiados, particularmente no âmbito das políticas públicas.

Foram analisados os principais processos em curso nesse âmbito, como situações envolvendo os brasileiros vivendo no exterior, mobilizações e organização de suas entidades, os esforços e dificuldades do Ministério das Relações Exteriores diante das novas demandas advindas da presente dinâmica migratória.

Ressaltou-se a importância de fortalecer o processo de ratificação da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e membros de suas Famílias (ONU 1990), já em vigor desde 2003, mas ainda não ratificada pelo Brasil.

Foi analisado o Projeto de Lei de Migrações (PL 5655/2009), seu longo processo de elaboração, a consulta pública e a tramitação hoje na Câmara dos Deputados.

- Ações realizadas pela Subcomissão e o GT sobre migrações e refúgio:

A primeira gestão realizada pelo GT foi uma audiência, no dia 29 de setembro, com a ministra Gláucia Gauch, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores, na qual foi solicitado posicionamento sobre o processo de ratificação da Convenção. Deputados e membros do GT da sociedade civil reivindicaram que o Brasil ratifique logo a Convenção.

Num segundo momento, será contatado também o assessor internacional da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia.

Outra decisão já implementada pelo GT em 2009 foi a produção de *spots* de rádio divulgando a vigência do Período de Regularização Migratória (decorrente da Lei 11.961/09, Lei da Anistia). Criados pela Rádio Câmara, os anúncios estimulam os imigrantes indocumentados a regularizar sua situação. O material foi distribuído a emissoras de rádio localizadas em cidades onde há maior concentração de imigrantes.

Também foi iniciada a organização na CDHM de um acervo de documentos e publicações para consultas sobre os temas do GT.

7. COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO

- Saldo da 1ª Conferência Nacional de Comunicação é extremamente positivo:

Quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, durante o o Fórum Social Mundial, no dia 28 de janeiro de 2009, a convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), a luta pela democratização desse setor no Brasil passava a um novo patamar.

Com a realização da primeira edição da Confecom, a sociedade brasileira passou a dispor de um espaço para avaliar, debater e propor políticas públicas para as diversas áreas da comunicação: imprensa, meios eletrônicos, audiovisual, Internet, entre outras.

Entre etapas preparatórias municipais, regionais, estaduais e livres, mais de dez mil pessoas participaram da mobilização em prol da Confecom.

A etapa nacional, realizada em Brasília(DF), em dezembro de 2009, contou com cerca de duas mil pessoas, entre delegados eleitos nos estados, indicados pelo poder público, convidados e observadores.

Desde o primeiro momento, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) desempenhou um papel de articuladora junto a redes e entidades da sociedade civil, além de mediar o diálogo com o governo, num trabalho que começou ainda em 2005, com o I Encontro Nacional de Direitos Humanos, que então teve como tema central o direito à comunicação.

- Atividades preparatórias:

As conferências nacionais tem sido instrumento bem-sucedido de participação que a democracia brasileira criou. Desde 2003, foram realizadas mais de sessenta conferências setoriais. Trata-se de um espaço plural cujas resoluções transformam-se, para a sociedade civil, em referenciais de atuação conjunta. Para o poder público formam um acervo de propostas legitimadas pela participação popular, transcendendo os governos que as patrocinam.

Ao longo de 2009, a CDHM promoveu inúmeras atividades preparatórias à Conferência de Comunicação, como seminários, videoconferências, audiências públicas, plenárias e reuniões de organização. Nelas foi possível estimular a criação de comissões estaduais, definir e divulgar conceitos de uso comum, objetivos e compromissos. A CDHM agregou sua experiência na realização de onze conferências de direitos humanos, compartilhando informações sobre metodologia, dinâmica, divulgação, logística e articulação política típicas das conferências nacionais.

Além disso, a Confecom também foi debatida no XI Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos, realizado em abril, com a participação de deputados federais, estaduais e vereadores de várias regiões do Brasil, além de representantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul), como a senadora paraguaia Mirtha Palacios Melgarejo, presidente da Comissão de Direitos Humanos do Parlasul.

- Confecom tem perspectiva de comunicação como direito de todos:

O deputado Pedro Wilson explicou que foi com esta perspectiva que foi construída a 1ª Conferência Nacional de Comunicação, cujo título é bastante explícito com relação aos seus objetivos oficiais: “Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital”.

"A CDHM tem trabalhado desde 2005 junto a movimentos sociais e o Fórum pela Democratização da Comunicação para que esta Conferência fosse realizada. Inclusive participamos desde a criação, em 2007, da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação. Hoje mais de 400 entidades estão engajadas nas comissões estaduais, sete estados já convocaram a conferência estadual e outra tantas aguardam a publicação do regimento.

Portanto, o boicote contra a conferência por parte de seis entidades empresariais ao sair da comissão organizadora não retira da Conferência nem importância nem legitimidade. Até porque há empresas filiadas a essas entidades que, individualmente, reconhecem a importância de se produzir subsídios ao Congresso Nacional e ao governo de políticas públicas e atualização do anacrônico e incompleto marco regulatório. Talvez o mais anacrônico e o mais incompleto marco regulatório de todos os setores de atividades neste país.

O empenho de todos os que têm o objetivo de contribuir para realizar o direito humano à comunicação e democratizar os meios de comunicação não deve ser abalado pela decisão tomada ontem pela Comissão Organizadora, que estabeleceu a composição de delegados e delegadas na proporção de 20% para o poder público, 40% para o empresariado e 40% para a sociedade civil, além de definir o quórum qualificado de 60% para aprovação de “temas sensíveis”.

Essas proporções extremamente generosas para as entidades da mídia comercial são muito diferentes de outras conferências setoriais, com composições majoritariamente popular.

Foi também com a perspectiva da comunicação como direito humano que nasceu a campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, criada pela CDHM e entidades da sociedade civil, em 2002, para acolher e dar encaminhamento às denúncias da população relacionadas a violação de direitos humanos cometidas por meio da televisão. A campanha hoje está consolidada como um instrumento importante de valorização dos direitos humanos na TV.

- Seminário Violações de DH e o controle social da mídia no FSM-2009:

Realizado no dia 30 de janeiro, das 12h30 às 14h30, na Faculdade de Ciências Florestais da Universidade Federal Rural do Pará (UFRPA), durante o Fórum Social Mundial, o evento contou com participação de representantes de movimentos sociais, que relatam as violações de direitos humanos praticadas pela mídia contra seus respectivos setores. Foram apresentadas experiências de defesa do direito à comunicação.

Os tipos de violação mais relatados foram a estigmatização e difamação de segmentos da sociedade por meio de concessão pública de comunicação. Movimentos sociais, negros, mulheres, indígenas e trabalhadores sem-terra são os mais atingidos por meios de comunicação que representam grupos de interesses econômicos e ideológicos conservadores.

A Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, conduzida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em parceria com organizações da sociedade civil foi apresentada e debatida.

- CDHM promove outros eventos sobre comunicação no Fórum Social Mundial:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) participou do Fórum Social Mundial 2009, na cidade de Belém do Pará, de 27 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009. O colegiado foi um dos realizadores da plenária da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação e do Seminário sobre Violações de Direitos Humanos na Mídia. Ambos os eventos foram organizados em parceria com organizações da sociedade civil.

A plenária da Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação foi realizada na noite de 29 de janeiro, no auditório da Faculdade de Comunicação da UFPA, com presença de mais de 200 participantes, entre representantes de organizações de direitos humanos e de profissionais de comunicação.

Representando os organizadores do evento, a deputada Luíza Erundina (PSB-SP) e o servidor Márcio Araújo, pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara. Pela sociedade civil, o jornalista José Sóter representou o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e a jornalista Carolina Ribeiro o Intervozes.

A plenária debateu os temas propostos para a I Conferência Nacional de Comunicação e discorreu sobre as articulações para estender a mobilização a todas as unidades da Federação.

No próprio Fórum Social Mundial, a convocação da conferência foi anunciada pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, horas antes da plenária realizada pela CDHM e as entidades.

- Audiência pública debate Confecom e novo ranking da baixaria na TV:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 26 de agosto, audiência pública com a finalidade debater os procedimentos preparatórios da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e lançar os dados estatísticos mais recentes da campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania.

O Deputado Pedro Wilson, Vice-Presidente da CDHM, reafirmou a compreensão de que a comunicação não é apenas um direito humano. Também é um instrumento fundamental para que outros direitos sejam efetivamente realizados.

Um documento das Organização das Nações Unidas datado de 1946, antes portanto da própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, afirma:

“a importância transversal da comunicação para o desenvolvimento da humanidade, enquanto um direito humano fundamental - no sentido de básico - por ser pedra de toque de todas as liberdades às quais estão consagradas as Nações Unidas, fator essencial de qualquer esforço sério para fomentar a paz e o progresso no mundo”.

Além da Declaração Universal e da Convenção Americana dos Direitos Humanos, ambas ratificadas pelo Brasil, entre outros tratados internacionais, consagram o direito humano à comunicação.

A Unesco, ao lançar em 1980 o documento intitulado *Um mundo e muitas vozes*, definiu a comunicação como um direito que abre portas para os outros direitos humanos. O coordenador da equipe que produziu o documento foi o irlandês Sean MacBride, Prêmio Nobel da Paz. E daquela Comissão também participaram Gabriel Garcia Marquez e Juan Somavia, Diretor-Geral da Organização Internacional do trabalho (OIT).

Portanto, a abordagem da comunicação como direito humano não deve ser vista como novidade, recomendou o 1º vice-presidente da CDHM.

- Campanha “Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania”:

A Campanha “*Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania*” nasceu em novembro de 2002, resultado de deliberações da VII Conferência Nacional de Direitos Humanos, maior evento anual do setor no país. O espírito de decisão foi criar um instrumento que promovesse o respeito aos princípios éticos e os direitos humanos na televisão brasileira. Participaram da Conferência cerca de 1.500 pessoas, a grande maioria lideranças e militantes em direitos humanos. Muitos lutaram contra a censura no regime militar, e agora estão engajados na campanha para resgatar o significado contemporâneo da liberdade de expressão e de formação de uma opinião pública crítica baseada nos valores humanitários.

Há sete anos a campanha luta para a melhoria da programação televisiva e a conscientização dos cidadãos de que a TV é uma concessão pública, onde todos podem contribuir para a produção de conteúdos educativos, culturais e que respeitem os direitos dos cidadãos. A campanha é encabeçada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e já recebeu mais de 30 mil denúncias de telespectadores insatisfeitos com a programação televisiva.

Até agora a Campanha priorizou a promoção da conscientização da sociedade brasileira sobre as violações e desrespeito aos direitos humanos e demais direitos consagrados na Constituição Federal que são infringidos pelas concessionárias públicas de televisão brasileiras. Este é um objetivo que acompanhará permanentemente a Campanha.

- Rotinas de trabalho:

- Site Ética na TV:

- O site é acompanhado diariamente, pois recebemos denúncias de diversos programas de televisão. Essas denúncias passam por uma triagem e se forem fundamentadas são encaminhadas ao Ministério Público Federal para as providências cabíveis.
- Atualização do site. Todos os dias fazemos o clipping de notícias e alimentamos o site com notícias diárias sobre as questões voltadas para a Comunicação, Publicidade, Classificação Indicativa e a Conferência Nacional de Comunicação, dentre outros.

- Ranking da Baixaria na TV:

- Além dessa atualização diária, elaboramos de quatro em quatro meses o Ranking da Baixaria na TV e os pareceres das denúncias recebidas, essas informações são inseridas no site. Programas que fizeram parte do Ranking da Baixaria em 2009:
 - 1- Jogo Aberto – Rede Bandeirantes;
 - 2- Pânico na TV – Rede TV;
 - 3- Super Pop – Rede TV;
 - 4- Na Mira – TV Aratu / SBT;
 - 5- Se Liga Bocão – TV Itapoan / Record
- Além da divulgação, os pareceres são encaminhados ao Ministério Público, ao Departamento de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça, às Emissoras cujos programas entram no ranking e às empresas patrocinadoras.
- Todos estes órgãos adotam providências no âmbito de suas competências.

- Dia Nacional Contra a Baixaria na TV:

- Todos os anos, sempre no terceiro domingo do mês de outubro a campanha promove o Dia Nacional Contra a Baixaria na TV. A data é marcada por uma série de eventos realizados em vários estados. Também exibimos neste dia o programa Ver TV Especial que traz discussões sobre a Televisão Brasileira e os rumos da Comunicação no país. Em 2009 o tema do Dia Nacional trouxe um questionamento importante: Há qualidade na TV brasileira? A coordenação da campanha convidou alguns especialistas em comunicação que elegeram os cinco melhores programas da TV aberta. A partir daí elaboramos uma enquete para votação no site ética na TV e na rodoviária do Plano Piloto. Ao todo foram 726 votos que elegeram o CQC da Rede Bandeirantes, como um dos melhores programas que estão em exibição na TV.

- Celebração de Convênio com a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos:

- Neste ano a campanha firmou outras parcerias importantes, o Conselho de Assistência Social, a Fenajuf, o Sindicato dos Fiscais da Receita Federal e a Fittert engajaram-se na luta e tornaram-se parceiros. No dia 26 de maio de 2009 mais uma conquista: a campanha assinou contrato de cooperação com a Procuradoria Federal dos Direitos dos Cidadãos (PFDC), objetivando à disponibilização imediata das informações recebidas pela campanha ao Ministério Público Federal para que em parceria sejam tomadas as medidas cabíveis no que tange o desrespeito aos Direitos Humanos na programação televisiva

- Acompanhamento de Proposições Legislativas:

- A PL 5921/2001 de autoria do Deputado Luiz Carlos Hauly dispõe sobre a proibição da propaganda de produtos voltados para o público infantil. A campanha participa efetivamente dos desdobramentos deste projeto, que atualmente encontra-se na Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI)
- A campanha também acompanha e participa dos debates sobre o Projeto de Lei que dispõe sobre a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas. Neste O PL 2940/1997 encontra-se na mesa diretora aguardando manifestação sobre os recursos apresentados pelos parlamentares.

8. FÓRUM PARLAMENTAR NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

- Parlamentares debatem diretrizes de políticas para direitos humanos, segurança e comunicação:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou o XI Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos, no dia 15 de abril de 2009, tendo como objetivo articular a atuação de deputados federais, estaduais e vereadores em três conferências nacionais de interesse para os direitos humanos, além de debater propostas ao Programa Nacional de Direitos Humanos.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação tem como tema a informação como direito na era da convergência digital, com etapa nacional marcada para 1º a 3 de dezembro. A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública será em 25 de agosto, enquanto a 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi realizada de 25 a 28 de junho último.

A terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), a ser lançada em 30 de julho, apresentará as diretrizes para o setor. Seu conteúdo foi extraído principalmente das resoluções aprovadas na 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida em dezembro passado.

“Essas conferências e a elaboração do PNDH são processos participativos que vão construir as orientações para o Estado brasileiro na área de direitos humanos para a próxima década”, justificou o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto, para provocar a reflexão dos parlamentares das esferas federal, estadual e municipal sobre a contribuição que podem dar na mobilização e construção de propostas nos seus estados.

O Fórum Parlamentar Nacional de Direitos Humanos tem sido espaço pluralista de reflexão, troca de experiências e produção de subsídios para políticas públicas. A edição anterior foi em 2007.

A 11ª edição definiu ações coordenadas para a atuação dos legislativos no estabelecimento de novas políticas públicas para os direitos humanos. A Comissão da Câmara e os expositores convidados deram informações sobre as conferências e a discussão do PNDH. Em seguida, foram debatidas propostas de conteúdo, metodologias e estratégias de mobilização.

Participaram do evento vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores que integram comissões legislativas de direitos humanos, e das áreas de comunicação, participação legislativa e cidadania.

O Parlamento do Mercosul (Parlasul) foi representado por uma delegação de quatro parlamentares, incluindo a presidente da sua Comissão de Direitos Humanos, a senadora paraguaia Mirtha Palacios Melgarejo.

Também participaram o ministro responsável pela promoção da 2ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Sr. Edson Santos, e representantes de entidades da sociedade civil.

9. DIREITOS SOCIAIS SÃO DIREITOS HUMANOS

- O avanço dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA's):

No tocante aos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA's), o contexto de 2009 revelou alguns avanços em programas sociais implantados pelo Governo Federal. Inclusive, o Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais da Organização das Nações Unidas (DESC/ONU) apontou em suas recomendações em 2009 quais programas sociais apontaram para o cumprimento progressivo dos Direitos Humanos, são eles: do Plano Nacional de Qualificação para coordenar políticas públicas de emprego para grupos vulneráveis, incluindo povos indígenas, afro-descendentes e mulheres; o Programa Nacional de Merenda Escolar instituído para prover refeições gratuitas a 37 milhões de crianças em escolas públicas; o licenciamento compulsório de medicamentos anti-retrovirais para HIV/AIDS, a fim de torná-los acessíveis e propiciar a expansão de tratamento para todos os pacientes; o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cuja tarefa principal é urbanizar favelas, construir casas e melhorar as condições de moradia de grupos de baixa-renda.

É fato ainda que segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA o índice de pobreza veio decrescendo desde 2003 que era de 39,4% e em 2008 passou para 25,3%. O mesmo também aconteceu com a situação de extrema pobreza que em 2003 era de 17,4% e em 2008 desceu para 8,8%. No entanto, o país segue sendo líder em desigualdade social e nas violações aos Direitos Humanos.

Por isso, há diversas preocupações, por exemplo com a significativa diferença entre negros e brancos, no que diz respeito aos níveis de pobreza onde 20% da população branca encontra-se abaixo da linha da pobreza, enquanto mais que o dobro 41,7% da população negra vive em situação vulnerável.

Sobre o analfabetismo apesar de ter havido uma queda nas taxas, segue com níveis desfavoráveis aos negros e negras. Em 93 a taxa de analfabetismo para homens brancos era de 9,2% e as mulheres brancas 10,8%, enquanto para os negros e negras era de 24,9%. Quinze anos depois esses percentuais ficaram em 6,3% para população branca e 13,7% pessoas negras.

Outra desigualdade é no acesso ao emprego. Entre homens, mulheres, brancos e negros há características bem distintas de entrada e permanência no mercado de trabalho e isso se revela na taxa de desemprego calculada em 2007, homens brancos o percentual é de 5,3% e mulheres brancas de 9,2%, homens negros de 6,4% e mulheres negras é de 12,2%. Há também uma realidade que apresenta preocupação e, segundo dados do relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2009 permanece alto número de trabalhadores em situação análoga a escravidão, 5.911 em 2008, 5.027 em 2009 e é de se ressaltar que ele está presente em 18 estados da federação, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Em 2009, o número de menores em situações de trabalho escravo cresceu de 83 para 106.

Além disso, o Comitê DESC/ONU expressou em 2009 que é lento o processo de reforma agrária, mesmo com a garantia Constitucional da função social da terra. É mais lento ainda a adoção de legislação para facilitar a demarcação de terras pertencentes aos povos indígenas, bem como a efetivação da **Declaração das Nações Unidas** sobre os Direitos dos **Povos Indígenas** e a ratificação da Convenção nº. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; há uma maioria de trabalhadoras domésticas não aptas para receber os benefícios da previdência social; e que é alta a proporção da população excluída de qualquer forma de cobertura social.

Para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM esse contexto de desigualdade social é uma violação aos Direitos Humanos e uma das estratégias para enfrentar esse estado de coisas é lutar pela criação e efetivo funcionamento de políticas públicas que avancem na dignidade da pessoa humana e que os grandes projetos de desenvolvimento precisam levar em conta o cumprimento dos Direitos Humanos. Nessa linha a Comissão fez debates exaustivos, acompanhou Projetos de Lei que regulamentam políticas sociais, acolheu e verificou denúncias de violações aos DhESCA's e intermediou o diálogo entre a sociedade civil organizada e o Poder Executivo quando da apresentação de problemas graves envolvendo o não cumprimento dessa dimensão de Direitos.

A CDHM apesar das situações adversas que enfrentou diante aos demais interesses presentes no Poder Legislativo, não se furtou as discussões tensas e complexas que envolvem os DhESCA's e isso levou projetos a se movimentarem, programas sociais, como o de cotas raciais nos espaços de trabalho e em universidades, a serem fortalecidos e ainda a ocupar os meios de comunicação com posições que colaboraram na ampliação e divulgação dos próprios DhESCA's.

- Reforma Agrária:

O contexto da situação fundiária em 2009 apresentou um crescente acirramento de posições opostas que se manifestaram por meio de três fenômenos: ações truculentas exercidas pelas chamadas milícias privadas, processo de criminalização que vai desde a intimidação à investigações judiciais de má-fé e a ideologização política seguida da desqualificação pública que vem se dando principalmente no âmbito do Poder Legislativo, mas também está presente nos Poderes Executivo e Judiciário.

Pode-se então afirmar que em relação ao primeiro fenômeno a violência aumentou e os números do relatório da Comissão Pastoral da Terra de 2009 mostram que as regiões mais afetadas são a Sudeste e a Centro Oeste onde cresce mais rapidamente o agronegócio. O número total de conflitos na região sudeste - por terra, água, trabalhistas – teve um aumento de 31%, passou de 126, envolvendo 104.071 pessoas, em 2008, para 165 em 2009, envolvendo 112.796 pessoas. Só os conflitos por terra tiveram um crescimento de 81%, 80 em 2008, 145 em 2009. Também é revelador dessa realidade o número de ocupações que foi de 56 em 2008 para 95 em 2009 e ainda quanto a acampamentos que triplicou, de 2 em 2008 para 6 em 2009. Quanto a assassinatos foi zero em 2008 a 2 em 2009.

Esse quadro advém de uma atuação sistemática do latifúndio que sempre agiu de forma violenta e que na atualidade busca recrudescer como estratégia para frear os poucos ganhos ou resistências dos trabalhadores sem terra.

Buscando debater e elaborar propostas e refrear esse processo de violência a CDHM realizou em 12 de agosto de 2009 um seminário com o tema Milícias e Segurança Privada e teve por finalidade debater a formação e atuação de milícias rurais e urbanas, especialmente de empresas de segurança privada armada, clandestinas, muitas delas a serviço do crime organizado, bem como acolheu denúncias de casos. Essa atividade contou com a colaboração das entidades de Direitos Humanos, Justiça Global, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Terra dos Direitos, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, entre outras.

Cabe ressaltar que para além das denúncias o seminário conseguiu formular várias proposições, como: fiscalizar o cumprimento da Lei nº 7.102/83 — que define que o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, o responsável pela segurança privada, em especial fiscalizar a criação e o funcionamento de cursos e o armamento das

empresas de segurança; investigar empresas de segurança sobre as quais haja algum tipo de denúncia de envolvimento ilegal com violações aos direitos humanos; investigar a origem de armamentos e munições usadas por milícias; garantir proteção aos defensores de direitos humanos, ameaçados na sua ação quando denunciam milícias; estabelecer um debate em um grupo de trabalho sobre a Lei nº 7.102/83, que trata da segurança privada, envolvendo o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, o Ministério Público, a Comissão de Direitos Humanos e entidades de direitos humanos, para rever e atualizar esse marco legal e apoio para que se aprove o Projeto de Lei 370/2007 proposto pelo Dep. Luiz Couto como desdobramento da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI dos grupos de extermínio do nordeste.

Entre as muitas proposições acima, algumas deram passos para sua concretude, é o caso do PL 370/2007 que está pronto para ser aprovado pelo plenário da Câmara dos Deputados, da fiscalização das empresas de segurança que resultou no fechamento da NF SEGURANÇA (empresa do Paraná denunciada por formação de milícias) e o fortalecimento e ampliação do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH/SEDH/PR.

- Audiência pública debate balanço e perspectivas da Reforma Agrária:

Como atividade da agenda do Grito da Terra 2009, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 27 de maio, audiência pública para debater a “Reforma Agrária: balanço e perspectivas”.

A audiência foi fruto de requerimento dos deputados Pedro Wilson (PT-GO), Luiz Couto (PT-PB), Domingos Dutra (PT-MA), Assis do Couto (PT-PR), Paulo Teixeira (PT-SP), Anselmo de Jesus (PT-RO), Eudes Xavier (PT-CE) e Beto Faro (PT-PA).

Participaram, como expositores, Alberto Broch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); Willian Clementino da Silva, Secretário de Política Agrária da Contag; Carmen Helena Ferreira Foro, Vice-Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Quintino Severo, Secretário-Geral da CUT.

A audiência teve como objetivo sensibilizar o Executivo em relação às demandas da reforma agrária. “É preciso refletir sobre o uso social da terra, inclusive das terras devolutas do Estado, sobre o combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil, sobre o direito humano à terra, bem como sobre a necessidade de se garantir a assistência técnica e os mecanismos de produção necessários à produção de alimentos. Com a visão social do nosso governo, esperamos que o presidente Lula possa acolher a pauta de reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras da Contag”, declarou o Deputado Pedro Wilson.

Durante a audiência pública foi feita uma homenagem póstuma ao deputado federal Adão Pretto (PT-RS), que dedicou sua vida à luta em defesa da reforma agrária e faleceu em fevereiro passado. “Adão Pretto e reforma agrária se confundem. Neste primeiro Grito da Terra onde não contaremos com a sua presença física, faremos merecida homenagem a este grande lutador social e porta-voz da reforma agrária”, declarou o deputado Pedro Wilson.

O Grito da Terra é uma mobilização promovida anualmente pela Contag desde 1995, com o apoio das federações estaduais e sindicatos de trabalhadores rurais, e possui um caráter reivindicatório. A manifestação pode ser considerada uma espécie de data-base dos agricultores familiares, dos trabalhadores sem-terra e dos assalariados rurais brasileiros.

O primeiro Grito da Terra Brasil foi organizado em 1995 e teve como saldo imediato a criação de uma linha de crédito no valor de R\$ 1,5 milhão para a agricultura familiar. Desde

então as federações também promovem os Gritos da Terra nos estados, onde é negociada com os governos estaduais a pauta de reivindicações dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

- Caso emblemático: reforma agrária às avessas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias acompanha, desde 2005, um episódio emblemático de injustiça, um caso de reforma agrária às avessas, em que um camponês é expulso da terra onde nasceu, vivia e produzia e sobre a qual possuía documentos comprobatórios de propriedade, e essa mesma área é cedida pelo poder público a uma grande fazendeira e deputada federal, que passa a manter a terra improdutiva.

De tão dramático, o caso parecia inverossímil, mas ao verificar a documentação e ouvir a história do agricultor Juarez Vieira Reis, a CDHM deparou-se com uma "grilagem pública", conforme classificou o Ministério Público Federal de Tocantins. A beneficiária do caso foi a presidente da Confederação Nacional de Agricultura, a senadora Kátia Abreu (Dem-TO).

Tudo começou em 2003, quando o Sr. Juarez, juntamente com a esposa Maria da Conceição e seus dez filhos foram expulsos, foi expulso da terra onde nasceu em 1948. As terras pertenciam aos pais dele e um processo de usucapião para regular a situação havia sido ajuizada em 2001.

O então governador Siqueira Campos mandou desapropriar uma área de 105 mil hectares no município de Campos Lindos, processo feito às pressas pelo juiz Edimar de Paula, que recolheu a quantia irrisória de R\$ 10 por hectare a ser pago a 27 lavradores.

Essas terras foram cedidas a integrantes de uma lista preparada pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins, à época presidida por Kátia Abreu. A senadora ficou com 1.200 hectares e um irmão dela, Luiz Alfredo Abreu, com outra área do mesmo tamanho. Segundo o procurador federal Alvaro Manzano declarou à revista Carta Capital, "a desapropriação foi feita para agradar aos amigos do rei". Lotes da área desapropriada foram cedidos a políticos de outros estados e outras pessoas poderosas. Com o despejo forçado do Sr. Juarez Reis, sua terra tornou-se improdutiva.

Em 06 de junho de 2005, a CDHM encaminhou o caso ao conhecimento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, com pedido de esclarecimento dos fatos, apuração de responsabilidades e reparação dos danos ao denunciante. O procedimento administrativo 1.00.000.006153/2005-28 foi remetido em 2006 ao procurador-chefe da República no Estado.

Em 19 de junho de 2009, a CDHM encaminha o caso ao presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes, solicitando manifestação do CNJ sobre as circunstâncias em que o juiz proferiu decisão com celeridade incomum em prejuízo do lavrador Juarez e em benefício da então presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Tocantins e deputada federal, a hoje senadora Kátia Abreu. Aguarda-se relatório sobre o caso do corregedor do CNJ, ministro Gilson Dipp.

- Grandes projetos e os Direitos Humanos:

Num tempo em que, em países como o Brasil, a palavra de ordem é "crescimento" e "direitos humanos" expressão marginalizada ou esquecida, é muito difícil avaliar os grandes projetos e o cumprimento com os Direitos Humanos. Por outro lado, ao se falar de grandes projetos há preocupações apenas com o direito ao meio ambiente, ao desenvolvimento

sustentável e não se toca com clareza nas pessoas e em suas vidas afetadas por empreendimentos econômicos.

A CDHM considerando “o desenvolvimento, tal como internacionalmente é reconhecido, é um processo econômico, social, cultural e político, que objetiva o bem-estar de todas as pessoas com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes,” vem recebendo denúncias de violações aos Direitos Humanos onde tem por causa grandes projetos econômicos. No geral as populações locais não são contrárias aos empreendimentos, mas tem se estabelecido muitas controvérsias, aquela população menos afetada pelos impactos das obras dos grandes projetos a princípio colocam-se favoráveis, já os mais atingidos ficam frontalmente contrários.

É perceptível no conjunto dessas denúncias de violações que envolvem os grandes projetos que, uma série de danos as pessoas tem se dado ao redor de obras e investimentos econômicos, são exemplos a exploração sexual de crianças adolescentes em áreas de plantio da cana de açúcar, bem como a presença de trabalho escravo, ou ainda o aumento da violência, em especial homicídios dolosos, crime organizado, entre outros.

Nessa perspectiva a Comissão de Direitos Humanos recebeu ainda no primeiro semestre de 2009 demanda sobre o empreendimento Companhia Siderúrgica do Atlântico – CSA no distrito industrial de Santa Cruz na Baía de Sepetiba – RJ onde a sociedade civil organizava denunciou violação de direitos humanos envolvendo populações tradicionais locais (pescadores) – perseguidos por lutar pela pesca artesanal e seus direitos; os impactos ambientais – baía de Sepetiba danificada e o desaparecimento dos peixes e ação de seguranças ligados à milícias que ameaçam lideranças sociais que lutam por seus direitos. Por isso, em maio de 2009 foi realizada uma audiência pública e, nela ficou definida uma diligência – visita local as instalações da CSA – no segundo semestre, a qual se efetivou no dia 14 de dezembro de 2009.

A avaliação dessa ação da Comissão é que se estabeleceu diálogo com os representantes do empreendimento CSA e com órgãos do governo do RJ e da União. Além disso, foi possível negociar que o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos se instale no Estado do RJ como forma de atender as lideranças ameaçadas e garantir as suas lutas locais.

- Relatores Nacionais de Direitos Humanos foram empossados em audiência pública da CDHM:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública, no dia 23 de setembro, para divulgar o Relatório Analítico das Relatorias Nacionais em DhESCA (2007-2009) e empossar os novos titulares do projeto, com mandato até 2011.

A Plataforma DhESCA Brasil – rede de promoção dos direitos humanos – coordena o projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

Os relatores são especialistas em direitos humanos que monitoram a implementação de direitos no país, nos moldes dos Relatores Especiais da ONU. A posse contou com a presença de parlamentares, agências da Organização das Nações Unidas (ONU), movimentos sociais, organizações e militantes de direitos humanos.

A posse marcou o início do trabalho da quarta geração de relatores no Brasil. O novo grupo foi formado por Denise Carreira (Educação), Marijane Lisboa e Guilherme Zagallo (Meio

Ambiente), Sérgio Sauer (Terra, Território e Alimentação), Maria José Oliveira Araújo (Saúde – Direitos Sexuais e Reprodutivos) e Orlando dos Santos Junior (Cidades). Cada relator(a) atuará a partir de direitos específicos, com a tarefa de receber, analisar e investigar diversas denúncias de violações de direitos ocorridas no país, emitindo recomendações para que as mesmas sejam solucionadas.

Para o relator de Terra, Território e Alimentação, por exemplo, os próximos dois anos apresentam diversos desafios, entre eles a política de regularização fundiária na Amazônia. “Vamos acompanhar a execução do programa Terra Legal, porque ele terá impactos sobre territórios indígenas e quilombolas. Apesar de ser uma reivindicação histórica das populações amazônicas, essa regularização poderá resultar em aumento na concentração fundiária, ou mesmo favorecer o avanço do desmatamento e do agronegócio na região”, afirmou Sérgio Sauer.

As violações de direitos na Amazônia também serão tema da Relatoria de Meio Ambiente, que já esteve nas audiências públicas sobre a usina de Belo Monte, no Pará, para acompanhar a discussão sobre o projeto. “O Estudo de Impacto Ambiental da obra segue um padrão nacional, recheado de omissões, dados enganosos e pela falta de transparência e consulta as populações atingidas”, relatou Guilherme Zagallo, após acompanhar as audiências em Belém e Altamira. A relatoria de Meio Ambiente será coordenada por dois relatores: Guilherme Zagallo e Marijane Lisboa, que foi a relatora do tema entre 2007 a 2009.

As políticas urbanas brasileiras formarão o horizonte do trabalho do relator Orlando Junior, da Relatoria do Direito Humano à Cidade. O plano de trabalho envolve a análise de temas como habitação, regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana.

O trabalho conjunto entre as relatorias deverá marcar este próximo mandato, assim como o olhar para as questões de gênero e raça. Uma das contribuições para as relações de gênero será dada pela Relatora de Saúde, Maria José de Oliveira, que trabalhará o tema neste mandato. Mazé, como é conhecida, foi uma das precursoras no Brasil neste debate e coordenou a Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde entre 2003 a 2007.

Durante a posse, os relatores do mandato anterior estiveram presentes e acompanharam o lançamento da publicação “Desafio dos Direitos Humanos no Brasil e a experiência das Relatorias Nacionais em Dhesca”. O livro reúne a experiência de atuação dos relatores no mandato 2007-2009, e proporciona uma análise crítica sobre a situação dos direitos humanos no país. A Relatoria de Educação, por exemplo, relatou a situação da educação no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro(RJ) e a educação no sistema carcerário brasileiro. “O que vimos ao longo da missão é que educação no sistema prisional sofre de uma precariedade absoluta em unidades cada vez mais superlotadas. A educação ainda é encarada como privilégio”, afirmou a relatora Denise Carreira, reconduzida ao cargo para mais este mandato.

- Lançado relatório sobre situação da moradia no Brasil:

O Relatório Nacional sobre para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana foi lançado em audiência pública, no dia 29 de abril, evento realizado pela CDHM em parceria com a Frente Parlamentar pela Reforma Urbana e a Relatoria Nacional do Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, projeto da Plataforma DhESCA Brasil. O documento foi debatido e encaminhadas propostas para a efetivação do direito humano à moradia adequada no Brasil.

A relatora para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, Lúcia Moraes, destacou, na apresentação, os resultados da Relatoria entre 2007 a 2009. Neste período, foram realizadas visitas ou missões para investigação de violações ao direito à moradia em sete cidades: São José dos Campos (SP), Manaus (AM), Macapá (AP), Belém (PA), Goiânia (GO), Rio Grande (RS), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ). Representantes dessas missões relataram os casos.

A Relatora Especial da ONU para o Direito Humano à Moradia, a brasileira Raquel Rolnik, relacionou os desafios da construção de moradias, urbanização e saneamento como instrumentos fundamentais para melhorar a qualidade de vida.

Segundo o Deputado Paulo Teixeira, um dos autores do requerimento do evento, este “foi muito oportuno porque, de um lado, vemos um esforço muito grande por parte do governo Lula para promover a construção de residências para a população. Do outro lado, no entanto, ainda observamos uma falta de consciência de alguns prefeitos e governadores que permitem as violações ao direito humano à moradia.”

Participaram, como expositores, a relatora Lúcia Moraes; a Relatora Especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Direito à Moradia, a brasileira Raquel Rolnik, e representantes das seguintes organizações e movimentos: União Nacional de Moradia Popular (UNMP), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), Central de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM), Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA Brasil).

Pelo Ministério das Cidades participaram o diretor do Departamento de Planejamento Urbano da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Celso Santos Carvalho; e o representante do Departamento de Planejamento urbano e Conflitos Fundiários, Ethel Proença Braga.

Vale registrar que esta audiência pública foi a primeira sessão realizada no parlamento brasileiro transmitida através do Twitter – ferramenta da Internet colaborativa –, fato saudado pelos deputados presentes.

- CDHM debate em seminários desastres socioambientais e situações de emergência:

Com o objetivo de debater estratégias e meios para garantir os direitos humanos de pessoas e comunidades atingidas - cada vez mais frequentemente - por desastres causados por fenômenos naturais, como enchentes, secas e outros, a CDHM realizou, no dia 28 de outubro, em parceria com a Cáritas Brasileira, o seminário “Emergências socioambientais e direitos humanos”.

A atividade foi uma proposta da Cáritas Brasileira – rede social da Igreja Católica que atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário.

Através de requerimento apresentado pelos deputados Luiz Couto (PT-PB) e Pedro Wilson (PT-GO), respectivamente presidente e vice-presidente da CDHM, o tema foi debatido na perspectiva de qualificar a intervenção do poder público diante de situações emergenciais causadas por catástrofes ambientais envolvendo a natureza.

“É fundamental que o Estado tenha condições plenas de prevenir, evitar e minimizar os impactos dos desastres socioambientais, que ocorrem de forma recorrente e, muitas vezes,

pegam de surpresa os governantes e gestores públicos”, avaliou Pedro Wilson, com a experiência de ter sido prefeito de Goiânia(GO) e ter enfrentado conjunturas deste tipo.

Além de promover o debate sobre o tema, o seminário marcou a instalação da Subcomissão Especial da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para Situações de Emergências Causadas por Catástrofes.

A Subcomissão, formada por parlamentares, terá um Grupo de Trabalho, formado por entidades da sociedade civil e representantes do poder público, incluindo a equipe técnica da CDHM, para apoiar as suas atividades e analisar formas de agir diante de emergências socioambientais.

Participaram do referido seminário, como expositores, os seguintes convidados:

- Sr. João Marcos Assis da Silva – Assessor da Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Sra. Anadete Gonçalves – Vice-Presidente da Cáritas Brasileira;
- Padre Nelito Nonato Dornellas - Assessor do Mitrão de Superação da Miséria e da Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.
- Sr. Genebaldo Freire - Professor da Universidade Católica de Brasília;
- Irmã Delci Franzen - Coordenadora Nacional das Pastorais Sociais da CNBB;
- Sra. Maria Inês Resende Cunha - Assessora da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.

- CDHM analisa denúncias sobre violações de direitos em projeto siderúrgico:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, a partir de requerimento de autoria dos deputados Chico Alencar (PSol-RJ) e Luiz Couto (PT-PB) realizou audiência pública, no dia 21 de maio, para debater denúncias de violações de direitos na Baía de Sepetiba, no estado do Rio de Janeiro.

Segundo pescadores e organizações ambientais da região, localizada a cerca de 80 Km a oeste do centro do Rio de Janeiro, em Santa Cruz, as atividades da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) têm poluído a baía e causado prejuízos aos ecossistemas e às atividades econômicas locais. Além disso, os denunciantes acusam a empresa – uma parceria entre o grupo alemão ThyssenKrupp Steel e a Companhia Vale do Rio Doce – de utilizar milícias para neutralizar a ação de opositores ao projeto de implantação do empreendimento, iniciado em setembro de 2006, e de terem cometido irregularidades trabalhistas.

Representes da empresa negaram as denúncias e afirmaram que estariam negociando projetos sociais com segmentos da população atingida. O representante do Estado do Rio de Janeiro afirmou que o empreendimento é de grande interesse, pois iria gerar 30 mil empregos.

Participaram, como expositores, Sandra Maria Quintela Lopes, economista pós-graduada em Política de Desenvolvimento e Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul/PACS; Luis Carlos da Silva Oliveira, representante da Associação de Pescadores Artesanais Canto dos Rios da Baía de Sepetiba/RJ; Rodrigo Tostes, vice-presidente da empresa Companhia Siderúrgica do Atlântico/CSA; Jorge Fernandes da Cunha Filho, superintendente de Projetos Estruturantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Estado do Rio de Janeiro e João Dias, coordenador geral de Pesca Artesanal da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do governo federal.

- Direito Humano à Alimentação Adequada:

PEC do direito humano à alimentação foi aprovada com o apoio da CDHM

A Câmara dos Deputados aprovou, no dia 03/02/2010, em segundo turno, a PEC 47/03, do Senado, que inclui o direito à alimentação como um dos direitos sociais previstos no artigo 6º da Constituição. A proposta foi promulgação em sessão do Congresso no dia seguinte.

A aprovação da PEC agrega o direito humano à alimentação aos demais direitos sociais previstos na Constituição Federal: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência social.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias acompanhou o processo de tramitação da PEC e apoiou a campanha “Alimentação: direito de todos”, realizada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por entidades da sociedade civil, destinada a acelerar a aprovação da proposta.

Em conjunto com o CONSEA, a CDHM realizou, no dia 13 de agosto de 2009, audiência pública para debater a PEC-47. Participaram desta audiência, como expositores, o deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), autor da PEC 64/2007 – que acrescenta na Constituição Federal a alimentação e a comunicação como direitos sociais, apensada à PEC 47/2003 – e coordenador da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar e Nutricional; Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional/SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Renato Maluf, Presidente do CONSEA e a Valéria Burity, da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH).

Cerca de dois meses antes, o tema já havia sido abordado em outra audiência pública da CDHM, no dia 24 de junho, ocasião na qual foi exibido o documentário “Garapa”, do diretor José Padilha. O vídeo aborda o cotidiano de três famílias que vivem em situação de grave insegurança alimentar e nutricional. Após a exibição do filme houve um debate com a presença do diretor José Padilha, do presidente do CONSEA, Renato Maluf, e do sociólogo Francisco Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas (Ibase), que colaborou como consultor para a produção da obra.

- CDHM pede informações sobre morte de militante sem-terra no RS:

A CDHM enviou ofício no dia 21 de agosto ao General Edson de Oliveira Goularte, secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando informações sobre as circunstâncias da morte do trabalhador Elton Brum da Silva, durante ação de reintegração de posse realizada pela Brigada Militar no município de São Gabriel.

Elton Brum, 44 anos, participava desde 12 de agosto, junto a setecentos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, de ocupação na fazenda Southall, em São Gabriel, localizada a 320Km da capital Porto Alegre.

No ofício, o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão, também solicita informações acerca de denúncias de torturas e lesões corporais praticadas por policiais contra integrantes do MST que ocupavam a fazenda Southall.

O parlamentar lamentou a morte do militante do MST e expressou a expectativa de que as investigações apontem os responsáveis por tal ato. “Além da morte de um trabalhador que lutava por seus direitos, fato por si só triste e gravíssimo, a democracia brasileira é ferida a cada episódio semelhante a este. Esperamos que sejam apuradas as responsabilidades e

tomadas as providências necessárias para que tais atos não voltem a ocorrer”, afirma Couto.

- Direito Humano ao Trabalho:

Trabalhadores da Mineração

- Impactos sociais e ambientais da mineração são debatidos em audiência pública

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 2 de dezembro, audiência pública que debateu as condições de saúde e segurança no trabalho dos trabalhadores da mineração.

O requerimento da audiência foi de iniciativa do deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM. Segundo ele, “trata-se de um setor que contribui muito para a riqueza do país, mas os trabalhadores sofrem com os baixos salários e, muitas vezes, as condições de proteção para sua saúde e segurança são precárias”.

De fato, relatos de profissionais experientes e com credibilidade, além de vídeos e documentos escritos atestam condições de trabalho inaceitáveis, longe das normas mínimas de proteção de saúde e segurança para os trabalhadores. Há garimpos ilegais com diversas irregularidades, inclusive utilização de trabalho infantil.

Mas não só os trabalhadores sofrem com essas condições deploráveis. Também no que diz respeito aos impactos ambientais, a situação é preocupante. “Muitos empreendimentos de mineração não compensam para a sociedade se calcularmos os danos sociais e ambientais que deixam para trás”, avaliou o deputado Luiz Couto.

É elevado o número de mortes por doenças ocupacionais e acidentes de trabalho. Dos 653.090 acidentes e doenças do trabalho registrados pelo INSS em 2007, dentre os trabalhadores assegurados pela Previdência Social, sabe-se que parte significativa é gerada no setor de mineração.

Os trabalhadores da mineração precisam enfrentar uma luta diária para a extração, pois grande número deles não tem salário fixo e ganha pelo que consegue extrair. São constantes o assédio moral por parte dos empresários e gerentes.

As condições degradantes são mais rotineiras entre os trabalhadores desse setor do que na média nacional. Mas como não há visibilidade sobre a situação, até porque os locais de trabalho são distantes das grandes cidades, essas violações de direitos humanos são pouco conhecidas e combatidas.

Como conclusão do evento, o deputado Luiz Couto propôs a realização, em 2010, de um processo de mobilização para se realizar a 1ª Conferência Nacional de Mineração, Direitos Humanos e Meio Ambiente. “A exemplo do que já pudemos contribuir na área de comunicação, a idéia é criar uma comissão pró-conferência e, a partir dela, realizar atos preparatórios e negociar com o governo e entidades empresariais a agenda da conferência nacional”, informou o presidente da CDHM.

Ressalte-se que a Constituição também define outros mecanismos que indicam a efetivação da prevalência dos Direitos Humanos, como por exemplo:

- ninguém deve ser submetido a tratamento humilhante (CF art. 5, inciso III);
- trabalho e a assistência aos desamparados é um direito social (art. 6);

- que a ordem econômica deve ser fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e que tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social (CF art. 170);
- e, ainda, que toda atividade econômica não poderá prescindir da defesa do meio ambiente, devendo buscar diminuir as desigualdades sociais e a concretização do pleno emprego (CF art. 170, incisos VI e VIII);

Participaram, como expositores, do referido evento os convidados:

- Sr. Dorivaldo Batista Júnior – Instituto Nacional de Desenvolvimento das Comunidades na Pequena Mineração da Bahia;
- Sr. João Trevizan Neto – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Setor Mineral de São Paulo;
- Sr. Lourival Araújo de Andrade – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais;
- Sra. Maria José Gazzi Salum – Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração do Ministério das Minas e Energia;
- Sr. Walter Lins Arcoverde – Diretor de Fiscalização Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia;
- Sra. Renata Vasconcelos Neto – Representante da Coordenação Geral da Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde;
- Sra. Maria do Carmo Rodrigues de Medeiros – Geóloga da Superintendência de Adm. do Meio Ambiente-SUDEMA/PB.

Requerimento

Em reunião ordinária realizada após essa audiência pública, a CDHM aprovou requerimento para iniciar o processo pró-conferência nacional de mineração e direitos humanos.

"No requerimento das ações pró-conferência, assinalamos que o mercado da mineração é importante para o desenvolvimento econômico do país, mas precisa ser disciplinado e receber fiscalização permanente, para cumprir a legislação existente e respeitar os direitos humanos assegurados na nossa Carta Magna, principalmente no art. 4º, inciso II", informou o deputado Luiz Couto, signatário do requerimento.

- Nota Oficial (16/06/2009):

Direitos dos carvoeiros libertados em Jaborandi (BA) devem ser respeitados e protegidos

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, a partir de reportagem do jornalista Lúcio Lambranco, do portal Congresso em Foco, tomou conhecimento da operação realizada pelo Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo em Jaborandi, região oeste da Bahia.

Considerando as informações divulgadas pelo repórter e o histórico de compromisso, seriedade e competência do trabalho desenvolvido pelo Grupo Móvel, esta Comissão avalia como gravíssimas as violações de direitos humanos constatadas na operação e manifesta sua preocupação em relação à situação dos cento e setenta e quatro trabalhadores encontrados em condição análoga à escravidão na Fazenda Jaborandi II, no município de mesmo nome.

Pelo que foi apurado pelo Grupo Móvel e divulgado na reportagem, inúmeros direitos humanos dos trabalhadores foram violados, dentre os quais figuram o direito à liberdade, o

direito ao trabalho digno, o direito à moradia adequada, o direito à alimentação, dentre outros.

Ademais, os jornalistas Lúcio Lambranco e Leonardo Sakamoto – este, através de seu blog na Internet – informam que houve um homicídio entre os trabalhadores que aguardam, conforme determinação judicial, o recebimento da indenização devida pela empresa Rotavi, responsável pela situação verificada pelo Grupo Móvel. Embora não seja possível, neste momento, afirmar a relação direta entre o homicídio e a utilização de regime de trabalho análogo à escravidão, não se pode negar que o ambiente social no qual os trabalhadores se encontram contribui como aspecto potencial para a corrosão das relações sociais e o agravamento das tensões existentes no local onde os mesmos convivem.

Esta Comissão, no seu papel de defesa da vida e de promoção dos direitos humanos, sobretudo de segmentos e grupos sociais vulneráveis política, cultural e economicamente, afirma sua disposição para colaborar com a superação do caso em questão e, para isso, acionará as autoridades responsáveis para que cumpram com efetivamente as suas atribuições.

Brasília(DF), 16 de junho de 2009.

- Comissão discute suspeita de fraude em decreto sobre previdência:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou audiência pública, no dia 09 de junho, para discutir denúncia de fraude no Decreto 81.240, de 1978, que normatizou os direitos de beneficiários de planos de previdência fechada em caso de saída antecipada ou fim do contrato de trabalho. A denúncia foi feita pela Associação Brasileira de Previdência (Abraprev).

Os representantes da Abraprev, o presidente Fernando Veloso Toscano de Oliveira e José Carlos de Almeida, afirmaram que teria ocorrido retificação na página 9004 do Diário Oficial da União de 16 de junho de 1978, sem comprovação de origem. A mudança incluída no texto, segundo a Abraprev, teria prejudicado mais de 40 mil ex-funcionários do Banco do Brasil.

O referido decreto estabelece, como princípio dos planos de benefícios, a possibilidade de saída voluntária e antecipada, com direito a restituição de, no mínimo, 50% das contribuições já pagas e, para o caso de fim do contrato de trabalho, possibilita o resgate da reserva matemática - montante reservado como garantia do benefício futuro.

As alterações introduzidas no parágrafo 2º do artigo 31 do decreto, segundo a entidade, acabam com o direito dos participantes de planos de previdência privada de saída voluntária e antecipada.

Já os representantes da Imprensa Nacional, o diretor-geral Fernando Tolentino de Sousa Vieira e o coordenador-geral de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional, Jorge Luiz Alencar Guerra, descreveram a forma pela qual os órgãos encaminham os conteúdos do Diário Oficial. Eles descartaram a possibilidade de que algo da forma como é denunciado ocorrer no dias atuais e disseram não ter encontrado nenhum registro ou suspeita de fraude na época alegada pela Abraprev.

- CDHM debate a PEC dos cartórios:

Por iniciativa do deputado Cleber Verde, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 06 de outubro, audiência pública para debater a Proposta de Emenda Constitucional 471/2005, conhecida como “PEC dos Cartórios”.

De autoria do deputado João Campos (PSDB-GO), a PEC 471/2005 torna titulares os substitutos ou responsáveis por cartórios de notas ou de registro.

De acordo com o substitutivo do deputado João Matos (PMDB-SC), aprovado pela Comissão Especial de Serviços Notariais, a titularidade será concedida àqueles que assumiram os cartórios até 20 de novembro de 1994 e que estejam à frente do serviço há pelo menos cinco anos ininterruptos anteriores à promulgação da futura emenda.

Entretanto, o tema provoca divergências no setor e entre os deputados. Os líderes partidários negociam um texto alternativo para a PEC, que deve ser votada na Câmara dos Deputados.

Participaram, como expositores, os seguintes convidados:

- Ministro Gilson Dipp, Corregedor Nacional de Justiça;
- Sepúlveda Pertence, Ex-ministro do STF;
- Roger de Lima Lorenzoni, Diretor do Departamento de Política Judiciária do Ministério da Justiça;
- Ricardo Cunha Chimenti, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça;
- Dr. Augusto Aras, representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);
- Humberto Monteiro da Costa, Presidente da Associação Nacional em Defesa dos Concursos para Cartório (ANDECC);
- Israel Guerra, representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg);
- Robson Alvarenga, Presidente da Associação de Titulares de Cartórios (ATC).

- Situação dos demitidos da Vale durante governo Collor é tema de audiência pública:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 15 de julho, audiência pública para debater a situação dos funcionários demitidos da Companhia Vale do Rio Doce no início da década de 1990, durante a reforma administrativa do governo Collor. Foi discutida na ocasião a aplicação da Lei 8.878/94, que determinou a reintegração de servidores demitidos irregularmente naquele período.

O evento foi fruto de requerimento dos deputados Pompeo de Mattos (PDT-RS) e Luiz Couto (PT-PB). Couto afirma que a Lei 8.878/94 não está sendo cumprida, principalmente por causa de entraves burocráticos no governo. “O Ministério do Planejamento tem se mostrado moroso na reintegração dos anistiados”, afirma o parlamentar.

Segundo Pompeo de Mattos, a demora no cumprimento da Lei e consequente reintegração dos demitidos da Vale causa incerteza e sofrimento para os ex-funcionários. “Esperamos que a partir da audiência possamos imprimir mais rapidez no exame dos processos por parte do Ministério do Planejamento, que parece resistir em cumprir as determinações da Advocacia Geral da União e da Comissão Especial de Anistia”, disse o deputado.

Atualmente, funciona na Câmara uma comissão especial que acompanha a aplicação das leis que concedem anistia a servidores demitidos. O relator dessa comissão é o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que também participou da reunião.

Participaram, como expositores, João Batista Cavaglieri, presidente do Sindicato dos Ferroviários/SINDFER e coordenador-geral da Rede Sindical Vale; Idel Profeta Ribeiro, presidente da Comissão Especial Interministerial; Neleide Ábila, representante da Advocacia-Geral da União; César Britto, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Adélio Justino Lucas, procurador Regional do Trabalho da 10ª Região; e Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral/DNPM.

10. SEGURANÇA PÚBLICA

Em termos positivos podem ser avaliados os fatos relacionados às políticas de segurança pública no decorrer de 2009, marcado pela criação de novos paradigmas a orientar a atuação das polícias. É unânime entre os especialistas contemporâneos que os meios de contenção e repressão com foco exclusivo nos armamentos está superado. Os resultados desse tipo de atuação têm sido um índice inaceitável de letalidade, sem redução dos índices de atividade criminosa que são apresentados como justificção.

O emprego mais intensivo de tecnologias não-letais e maior foco na inteligência e articulação entre as políticas de são compreendidos como indispensáveis. O segundo paradigma a completar essa equação é o da participação popular no debate e nas ações de combate à criminalidade. Sem envolvimento direto dos cidadãos e cidadãs, serão sempre limitados os alcances de políticas para o setor.

- 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG):

O marco histórico da consolidação dessa mudança de mentalidade foi a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – CONSEG. Ao proporcionar inédita e ampla participação da sociedade e profissionais nas discussões, a Conseg produziu um elenco de recomendações inovadoras que, a partir de agora, espera-se que sejam incorporadas progressivamente nas instituições policiais.

A Conferência apontou a necessidade de reformas estruturais, e este é o maior desafio: abandonar a velha herança autoritária e implementar as novas idéias e princípios.

Neste sentido vale registrar algumas questões apontadas no documento final da Conferência que devem ser consideradas pelo Poder Legislativo. O quadro extraído do documento final da Conseg mostra que alguns pontos já estão sendo abordados em proposições legislativas, enquanto outros ainda precisam da elaboração de anteprojatos.

Acompanhar os desdobramentos desse debate e da construção do novo marco legal no Congresso Nacional é uma das tarefas da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, tendo em vista a centralidade da segurança pública para a área.

Eventos preparatórios da Conferência Nacional de Segurança Pública

- Conferência livre foca controle da atividade policial

A CDHM contribuiu para o processo que resultou na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. No dia 13 de julho, em parceria com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (MJ) e o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia uma Conferência Livre sobre Controle da Atividade Policial.

O evento integrou a programação prévia da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg). O objetivo das Conferências Livres que antecipam os debates da Conseg é ampliar ao máximo as oportunidades de discussão da sociedade sobre temas de Segurança Pública.

A mesa de abertura contou com a participação de Benedito Mariano, que foi o primeiro ouvidor de polícia do País, em São Paulo; Julita Lemgruber, primeira ouvidora de polícia do Rio de Janeiro e diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade

Cândido Mendes, além de Celso Leardini, do Núcleo de Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal (MP-DFT) e do sociólogo e pesquisador Bruno Comparato. A mediadora foi Cibele Kuss, representante do Ministério da Justiça.

“O encontro sistematizou acúmulo de conhecimento e debates sobre o controle da atividade policial e teve função preparatória da Conseg”, afirmou Isabel Seixas de Figueiredo, coordenadora do Programa de Apoio às Ouvidorias de Polícia da SEDH. Na avaliação dela, o controle da atividade policial é uma das medidas importantes para melhorar a compreensão e adequação da força policial para o respeito aos direitos humanos”.

Foram defendidas propostas como a autonomia e independência dos IMLs e institutos de criminalística; uma nova lei sobre abuso de autoridade, com foco em sanções administrativas eficazes; corregedorias de polícia com autonomia e independência, sem subordinação aos comandantes de polícia, com carreira diferenciada e imovibilidade; ouvidorias de polícia com funções distintas das corregedorias, com participação majoritária da sociedade civil; transparência e prestação de contas dos organismos policiais com obrigatoriedade de publicação de dados sobre atendimento, objetos apreendidos, letalidade da ação policial etc.

O deputado Luiz Couto, presidente da CDHM, defendeu na ocasião a tese de que “o controle da atividade policial é inerente ao direito humano à segurança pública”. O parlamentar chamou a atenção para a necessidade de se rever as chamadas P 2 – departamentos de inteligência das PMs que com frequência cometem desvios, como chantagens, inclusive nos processos de promoção. Couto também alertou para “a criação de mecanismos eficazes de combate à tortura, pois hoje a punição é inviabilizada por mecanismos administrativos nas polícias”.

- Audiência conjunta debate papel dos parlamentares em Conferência

Audiência pública realizada no dia 05 de maio, em conjunto pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias e a de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a partir de iniciativa da deputada Iriny Lopes (PT-ES) e do deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), avaliou a pauta e objetivos da I Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), cuja etapa nacional ocorrerá de 27 e 30 de agosto de 2009.

Além de parlamentares, participaram da audiência representantes do Ministério da Justiça e da Comissão Organizadora Nacional da Conferência.

Segundo Regina Miki, coordenadora-geral da Conseg, a conferência foi pensada com vários os mecanismos que dessem grande capilaridade ao processo. Como resultado deverão sair diretrizes para nortear a elaboração de políticas públicas para o setor, em suas várias dimensões. “Nós temos uma tarefa fundamental enquanto gestores, trabalhadores e sociedade civil para elaborarmos essa política. Temos de buscar um equilíbrio entre prevenção e repressão. Precisamos das duas coisas, elas não são antagônicas e precisam caminhar juntas”, aponta Regina.

Ricardo Quirino (PR-DF) enfatizou a importância da participação popular. “É fundamental que a sociedade participe desse processo. É importantíssimo que ela seja ouvida, pois é ela quem sofre com a violência no cotidiano”, destacou Quirino.

Já o deputado Pedro Wilson (PT-GO), 1º vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, reforça o papel que deve caber ao poder público na área. “O Estado não pode ser substituído na função de garantir a segurança pública”, declarou o parlamentar goiano, que fez críticas à grande terceirização dos serviços de segurança.

Para o deputado Biscaia, a audiência serviu para estimular o envolvimento de mais parlamentares com todas as etapas do processo. Além disso, Biscaia se mostrou otimista quanto aos resultados da conferência. “Tenho certeza que no final de agosto realizaremos uma conferência que marcará uma nova fase para a segurança pública em nosso país”, afirmou.

- CDHM debate ação de milícias em audiência pública:

A CDHM realizou, no dia 12 de agosto, o seminário Milícias e segurança privada, que teve como finalidade debater a formação e atuação de milícias rurais e urbanas e segurança privada.

Fenômeno que cresce e se espalha pelo país, a milícia não é uma manifestação recente, mas no decorrer da história tem adquirido feições específicas. O evento tratou, em especial, das milícias, rurais e urbanas, que se organizam no espaço em que o Estado está ausente, predominantemente em áreas pobres, periféricas e em regiões onde atuam movimentos sociais.

A CDHM tem se deparado com diferentes tipos dessa modalidades de crime organizado. Em 2007, por ocasião de um Seminário Nacional sobre Segurança Pública e Direitos Humanos, a CDHM passou a investigar o problema de forma mais sistemática, tendo realizado diligências investigativas e audiências públicas.

Por trás das milícias, não é difícil distinguir interesses de grupos empenhados no controle de territórios para explorar atividades econômicas ilegais e para desarticular movimentos organizados da sociedade civil que lutam por direitos. As milícias têm contribuído para acirrar a violência tanto no campo como nas cidades.

Nas periferias das metrópoles, as milícias procuram legitimar-se com um discurso de proteção dos moradores, de instauração da ordem. Não raro possuem candidatos a cargos públicos para os quais obtêm votos por meio de ameaças claras ou veladas.

Há denúncias da ação de milícias em diversos estados e indicações de que haja articulação entre diferente grupos.

Outro problema também recorrente é a ação de empresas de segurança privada que atuam para além dos padrões e limites legais. Nas cidades, nota-se a presença da segurança privada nos bancos, comércio, condomínios, transportes de valores, casas noturnas e até mesmo em ambientes públicos.

No meio rural, milícias privadas atuam contra trabalhadores rurais sem-terra, em nome da defesa da propriedade.

Tanto no campo como na cidade, atividades de segurança privada são exercidas, em muitos casos, por agentes de segurança pública em folga, em notório descumprimento da legislação vigente. Há empresas que mantêm efetivo clandestino maior do que o registrado e regularizado. O armamento e a munição usados por esse exército particular se encontra, com frequência, em desacordo com a norma legal, sem registro nos órgãos de controle e é de procedência duvidosa, não raro produto de contrabando e tráfico de armas.

A CDHM, no âmbito das suas competências e prerrogativas, tem cobrado investigações, inclusive lembrando às autoridades de segurança e justiça que as milícias se enquadram na categoria de crimes de ação penal pública incondicionada, ou seja, independentemente das vítimas denunciarem, é possível legalmente instaurar os procedimentos de investigação.

Participaram, como expositores, do referido evento:

- Sra. Rosa de Fátima de Souza Corrêa – Coordenadora Nacional de Cooperação e Parcerias do Movimento Nacional de Direitos Humanos do Pará;
- Sr. Rafael Mendonça Dias – Pesquisador da Justiça Global;
- Dra. Gilda Pereira Carvalho – Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão-PFDC;
- Sr. Guilherme Maddarena – Delegado da Polícia Federal.
- Sr. Celso Ribeiro Barbosa – Coordenação Estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/PR;
- Sra. Luciana Pivato – Terra de Direitos-PE;
- Coronel Edson Costa Araújo - Representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

- Comissões acionam Ministério Público diante de violência policial em manifestações contra a corrupção no DF:

A procuradora Federal dos Direitos do Cidadão, Dra. Gilda Carvalho, recebeu do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto, e da presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, deputada Érica Kokai, representação contra excesso de violência cometido pela Polícia Militar do Distrito Federal contra manifestação popular.

A manifestação, realizada no dia 9 de dezembro de 2009, foi em protesto contra a corrupção no governo do Distrito Federal, que resultou na prisão do ex-governador José Roberto Arruda. Quando vieram a público os vídeos da Operação Caixa de Pandora gravados por um ex-secretário do governo, um ato de protesto contra a corrupção e pela punição dos culpados foi realizado por estudantes e movimentos sociais.

A Polícia Militar agiu com excessos que lembraram a repressão na época da ditadura. As imagens da operação não deixam dúvidas sobre os excessos praticados pelas forças policiais. Desde o equipamento utilizado (cavalaria, balas de borracha etc) até a atitude do comandante, que agia com truculência contra os cidadãos manifestantes. Houve exposição desnecessária a riscos de morte, grande número de golpes desferidos contra manifestantes, arremetida dos cavalos contra manifestantes. O resultado foi um grande número de feridos.

A manifestação transcorreu no Dia Internacional de Combate à Corrupção e na véspera do Dia Internacional dos Direitos Humanos, e expressou a indignação da população brasileira naquele momento.

A representação das CDHs da Câmara dos Deputados e do legislativo do Distrito Federal evocou os direitos humanos civis e políticos, consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição Federal e na legislação em vigor, bem como o clamor popular e as demandas recebidas de entidades civis e cidadãos para que os órgãos parlamentares solicitassem ao Ministério Público Federal apuração das responsabilidades.

Na entrega da representação à Procuradoria-Geral da República, a procuradora Gilda Pereira de Carvalho identificou nos excessos problemas com o treinamento das polícias. “É preciso mudar os procedimentos, a partir de uma reflexão sobre os indicadores da segurança pública, para que não tenhamos mais que conviver com cenas como essas. Não é admissível tratar uma manifestação cívica como se estivesse contendo delinquentes perigosos”, afirmou.

Na opinião do deputado Pedro Wilson, a situação é preocupante inclusive porque os protestos contra o governador devem prosseguir. “Se na primeira manifestação a polícia

reprime de forma desmedida, o que poderá acontecer nos próximos dias, já que haverá novos protestos?" O vice-presidente da CDHM explicou que cabia às comissões "atuar para garantir os direitos da população de manifestar sua indignação e cobrar solução dos problemas em questão".

O comandante da operação, tenente-coronel Silva Filho, foi criticado por agir com "visível truculência contra os cidadãos ali presentes".

A deputada Érika Kokay assistiu às imagens da ação da Polícia Militar e criticou o chefe do Executivo: "Não estamos mais em uma ditadura militar. É inadmissível, em um Estado democrático de Direito, que o governador Arruda use um batalhão de choque para calar o povo do DF".

Dias após a primeira representação, as Comissões da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal voltaram a representar perante a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão diante de novas agressões a manifestantes na porta do legislativo distrital. Estudantes que protestavam contra deputados distritais envolvidos em corrupção foram agredidos por policiais militares, inclusive pelo comandante da operação da PM.

- CDHM realizou diligência em João Pessoa:

Em cumprimento ao requerimento 105/2009, a Comissão realizou, em parceria com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (SEDH), diligência em João Pessoa/PB com objetivo de verificar denúncias sobre violência institucional, incluindo arbitrariedades policiais, execuções sumárias, crime organizado, grupos de extermínio, ou seja, crimes praticados por agentes públicos ou que o Poder Público permite que aconteça ou que acoberta.

A missão possibilitou um espaço de escuta e acolhimento de denúncias. Numa audiência pública, foram relatados 21 casos que tem em comum a barbárie, omissão ou acobertamento pelo poder público local. Entre os autores das violações, um grande número de policiais civis e militares.

Foi dada voz à população, às vítimas e setores organizados da sociedade civil. O resultado foi um relatório sobre a violência institucional na Paraíba, contendo relato dos casos e avaliação do panorama geral, além de um conjunto de propostas de políticas de segurança pública com cidadania e respeito aos direitos humanos. Entre as propostas, sugestões de ações para Estado em conjunto com organizações da sociedade civil.

Além dos 21 depoimentos ouvidos no dia 30 de outubro de 2009 no Clube de Diretores Lojistas – CDL, o relatório sobre violência institucional na Paraíba contém um levantamento dos casos já acompanhados pela CDHM desde 2006 relacionados a violência institucional e violência comum.

O relatório foi lançado no dia 11 de dezembro de 2009 na sede seccional da OAB em João Pessoa durante a semana da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento foi encaminhado aos principais órgãos responsáveis por investigar e zelar pelos Direitos Humanos no Estado e em nível nacional.

Entre outros, receberam o relatório o Ministério Público da Paraíba, Ouvidoria de Polícia da PB, Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão na PB, Secretaria de Segurança Pública da PB, Defensoria Pública da PB, Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Para o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana o relatório deverá subsidiar o processo de federalização do

caso Manoel Mattos, morto por grupos de extermínio na fronteira ente Pernambuco e Paraíba.

- Reação da Secretaria de Segurança Pública:

Logo após a diligências e audiência pública da CDHM em João Pessoa, a Secretaria de Segurança Pública do Estado, por meio de entrevista coletiva em janeiro de 2010, anunciou que vinha fazendo investigação reservada, reconheceu a existência de grupos de extermínio na Paraíba, com fortes tentáculos dentro da Polícia Militar. Também o Ministério Público Estadual reconheceu a problemática, mas avaliou pela imprensa que se trata da forma com que o Governo vem conduzindo as investigações e que não há como avançar nos processos para chegar aos reais responsáveis.

Em 2010 será necessário dar continuidade a todo esse processo e estabelecer monitoramento permanente para evitar a impunidade e a desarticulação do crime organizado com envolvimento de agentes públicos.

Nota oficial (09/06/2009):

Repressão violenta sobre manifestação na USP

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, diante das notícias e imagens divulgadas sobre a repressão da Polícia Militar do Estado de São Paulo a manifestantes em greve e mobilizados no campus da Universidade de São Paulo (USP), na tarde desta terça-feira (9), expressa o seu veemente repúdio ao uso de violência física contra cidadãos e cidadãs durante ato de exercício do seu legítimo direito de associação e manifestação pública.

As informações que chegam a esta Comissão dão conta que a Polícia Militar efetuou disparos com munição de baixa letalidade – balas de borracha – contra os manifestantes, bem como utilizou bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral, além de ter avançado ostensivamente na direção da multidão, causando pânico e forçando a dispersão, o que configura uma flagrante violação ao direito de manifestação.

Esta Comissão, na sua incumbência de defender os direitos fundamentais contra abusos de agentes do Estado ou por parte de terceiros, solicita que a Polícia Militar e a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo não deixem de observar os preceitos constitucionais e não se furtem – aliás, como recomenda-se em situações de possível conflito – a esgotar todas as formas de diálogo e negociação possíveis antes de executarem quaisquer ações que possam implicar o uso de força e, deste modo, colocar em risco a integridade física e a vida de cidadãos e cidadãs.

Ademais, informamos que esta Comissão instaurou processo para acompanhar os desdobramentos deste incidente, de modo a ouvir todas as partes envolvidas e assegurar que as responsabilidades por excessos cometidos sejam apuradas e efetivamente respondidas na forma da lei.

Brasília(DF), 09 de junho de 2009

- Violência no Entorno do Distrito Federal foi tema de audiência pública na CDHM:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 16 de setembro, audiência pública para debater a violência na região do Entorno do Distrito Federal.

A partir de requerimentos de iniciativa dos deputados Pedro Wilson (PT-GO) e Geraldo Thadeu (PPS-DF), o tema foi objeto da análise de vários convidados, tanto do estado de Goiás quanto do Distrito Federal.

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF) compreende dezoito municípios de Goiás e três de Minas Gerais, abrigando uma população superior a um milhão de habitantes.

Apesar do Distrito Federal possuir a mais alta renda familiar do Brasil, quando se inclui o Entorno a região é a de maior desigualdade na distribuição de renda no país. Segundo reportagem da Agência Brasil, o Coeficiente de Gini (índice usado para medir a desigualdade) aumentou de 0,587 para 0,612 entre 1995 e 2006 no DF e no Entorno. O país, na média, teve redução de 0,601 para 0,564 no mesmo período. Quanto mais alto o indicador, maior é a desigualdade na distribuição.

Os altos índices de violência em algumas cidades intrigaram os parlamentares da CDHM. Em Formosa(GO), onde há suspeitas sobre o funcionamento de um grupo de extermínio, apenas nos quatro primeiros meses deste ano ocorreram vinte assassinatos.

Entre 2007 e 2008, a Força Nacional de Segurança Pública, contingente especial das Forças Armadas, atuou durante cerca de dez meses na região do Entorno.

Em 2008, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara que investigou o sistema carcerário brasileiro visitou municípios do Entorno e constatou a gravidade dos problemas de segurança pública na região.

Em maio deste ano, policiais civis de Goiás fizeram greve na qual cobraram reposição salarial e melhoria da estrutura dos serviços de segurança e justiça. De acordo Gildásio Rodrigues, diretor administrativo do Sindicato dos Policiais Civis de Goiás (Sinpol-GO), em declaração a reportagem da Agência Brasil, o Entorno, com mais de um milhão de habitantes, possui apenas trezentos agentes da Polícia Civil e várias delegacias, como a 1ª DP de Valparaíso(GO), estão em situação completamente irregular.

Participaram da referida audiência pública, os seguintes expositores:

- Deputado Mauro Rubem - Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de Goiás
- Silveira Alves de Moura - Presidente do Sinpol-GO
- Cel. Adauto Gama de Oliveira Filho – Subsecretário de operações de Segurança Pública do DF;
- Carmem Lúcia Santana de Freitas – Promotora de Justiça Militar do Ministério Público de Goiás;
- Cel. Luiz Antonio Ferreira - Diretor da Força Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça
- Ernesto Guimarães Roller - Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás
- Valmir Lemos de Oliveira, Secretário de Segurança Pública do DF.

- Comissão de Direitos Humanos e Minorias presta solidariedade a famílias de adolescentes desaparecidos em Luziânia(GO):

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara, deputado Pedro Wilson (PT-GO), visitou o Centro Integrado de Operações de Segurança (CIOPS), no dia 26 de janeiro de 2010, para buscar esclarecimentos sobre o desaparecimento de cinco adolescentes no município de Luziânia (GO), cidade que fica a 66 KM de Brasília.

Desde 30 de dezembro de 2009 até a data referida (27 dias), quando ocorreu o primeiro dos cinco casos de desaparecimento, todos no mesmo bairro, as famílias estão em busca de informações sobre o que realmente aconteceu.

Mas o delegado da 1ª Delegacia de Polícia de Luziânia, Rosivaldo Linhares, acreditava que os fatos eram isolados. "Os desaparecimentos ocorreram numa região muito grande e não há indícios de que os casos tenham algum tipo de relação, até porque eles aconteceram em dias e locais diferentes".

A polícia instaurou cinco inquéritos, cada caso está sendo investigado isoladamente.

Os adolescentes desaparecidos tem entre 13 e 17 anos e nunca tiveram envolvimento com drogas. A polícia informou que o sumiço dos garotos pode estar ligado a casos de pedofilia, trabalho escravo e tráfico de órgãos. Maria Cristiane de Azevedo, irmã de um dos desaparecidos, Paulo Vítor de Azevedo de 16 anos, afirmou que o jovem não tem problemas de relacionamento e nenhum motivo para sair de casa, o que causa uma preocupação ainda maior para a família.

O deputado Pedro Wilson prestou apoio e solidariedade à polícia e as famílias das vítimas. "A Comissão de Direitos Humanos se coloca a disposição, nós viemos com a intenção de ter um contato direto com as famílias dos desaparecidos, com as lideranças comunitárias da cidade e apoiar a ação da polícia. Nosso objetivo não só buscar informações, mas ajudar. A Comissão pode colaborar chamando eventual apoio da União, do Ministério da Justiça e da Polícia Federal para a solução dos casos", sugeriu o parlamentar.

Com recursos do convênio com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas) do Ministério da Justiça, a prefeitura de Luziânia instalou 26 câmeras de vídeo em pontos estratégicos da cidade, mas os equipamentos ainda não estão funcionando. O deputado Pedro Wilson comprometeu-se em buscar solução junto ao Ministério.

A CDHM também oficiou ao promotor de Justiça de Luziânia, solicitando acompanhamento das investigações para garantir a lisura e transparência da atividade policial.

11. HUMANIZAR O SISTEMA CARCERÁRIO É NECESSIDADE URGENTE

- CDHM debate em seminário os 25 anos da Lei de Execução Penal e o Sistema Penitenciário Brasileiro:

A CDHM, em parceria com as Comissões de Legislação Participativa e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizou, no dia 11 de agosto, seminário para discutir a Lei de Execução Penal (7.210/84), que completou 25 anos, e o Sistema Penitenciário Brasileiro.

O evento contou com 3 painéis, sendo o primeiro sobre o tema: Responsabilidade da comunidade jurídica pelo caos do sistema carcerário. Fizeram parte deste painel, como expositores, os Srs. Gilson Langaro Dipp – Ministro Corregedor do Conselho Nacional de Justiça; o Sr. José Carlos Cosenzo – Promotor de Justiça do Estado de São Paulo; o Sr. André Luiz Machado de Castro – Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro e Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos e o Sr. Alberto Zacharias Toron – Secretário-Geral Adjunto do Conselho Federal da OAB.

O segundo painel tratou sobre o tema: Poder Executivo – Problemas, gestão e financiamento do sistema carcerário. Participaram deste painel, como expositores, o Sr. Ailton Aloisio Michels – Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional; o Sr. Ângelo Roncalli de Ramos Barros – Secretário de Estado da Justiça do Espírito Santo e o Sr. Cícero Sarnei dos Santos – Presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança penitenciária de São Paulo.

Finalmente o terceiro painel, coordenado pelo Deputado Luiz Couto, tratou sobre o tema: a Execução penal e o direito à cidadania carcerária. Integraram este painel, como expositores, a Sra. Janaína Penalva – Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; a Sra. Fátima Rosa Naves de Oliveira – Coordenadora Geral de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego; o Sr. Carlos José Pinheiro Teixeira – Coordenador da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; o Sr. Carlos Roberto Gomes de Oliveira Paula – Juiz da Segunda Vara da Comarca de Bacabal;

Os desvios que permeiam a execução penal se refletem em toda a estrutura do sistema penitenciário e, por consequência, na segurança pública em sentido amplo.

O não-cumprimento das leis penais pune o condenado duas vezes e também a sociedade que financia, com pagamento de impostos, a estruturação de um sistema que não atinge os objetivos. Essa parte da população é vítima do medo, do crime e também da ineficiência de seus representantes junto aos poderes instituídos.

Criar um sistema penitenciário nos moldes do Sistema Nacional de Saúde (SUS) foi a proposta recebida com maior entusiasmo pelos participantes do Seminário 25 Anos da Lei de Execução Penal e o Sistema Penitenciário Brasileiro. A ideia foi apresentada pelo secretário de Justiça da Bahia, Nelson Pellegrino. A forma de superar a crise do sistema penitenciário nacional seria municipalizar o sistema.

O objetivo é diminuir o custo atual da construção de presídios, muito alto devido à sofisticação dos modelos de alta segurança, e permitir o respeito aos direitos humanos dos presos. Seriam construídos pequenos presídios em cada cidade, que abrigariam os presos locais. De acordo com o juiz da 2.^a Vara de Bacabal, no Maranhão, Carlos Roberto Paula, isso facilitaria o cumprimento da pena e também a ressocialização do preso. Esse aspecto

da proximidade e humanização do cumprimento da pena também contou com o apoio do coordenador nacional de Pastoral Carcerária/CNBB, Padre Gunther Zgubic.

Essas pequenas cadeias abrigariam apenas os presos de pequena periculosidade. As penas de delitos de média periculosidade seriam cumpridas em presídios regionais, que reunissem seis ou sete cidades, não muito distantes, para permitir o adequado cumprimento da execução penal. Só ficariam para o sistema federal os presos de alta periculosidade, estes sim em presídios mais sofisticados, cuja construção é hoje muito cara.

Na oportunidade o Juiz Oliveira Paula entregou ao ex-presidente da CPI do Sistema Carcerário, deputado Domingos Dutra (PT-MA), dois anteprojeto de proposta de emenda constitucional que permitem aos municípios a construção de presídios e determinando que o cumprimento de penas privativas de liberdade ocorra no município de residência do condenado.

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Luiz Machado de Castro, afirmou, durante o seminário, que há um desprezo da comunidade jurídica em relação ao tratamento conferido aos presos.

O Sr. André Castro, defensor público do Rio de Janeiro, lembrou que 88% dos presos concluíram apenas o ensino fundamental e 90% têm renda familiar inferior a três salários mínimos.

Ele afirmou que outro sinal do descaso com os presos por parte da comunidade jurídica é a ausência de Defensorias Públicas em três estados - Goiás, Santa Catarina e Paraná. "Além de contrariar a Constituição, quem vai defender essas pessoas nesses estados, se os presos são quase sempre pobres?", questiona. O problema se estende a outros estados onde as defensorias praticamente não funcionam, como o Rio Grande do Norte, que possui apenas 22 defensores públicos.

- Diligências no Espírito Santo constata desrespeito à dignidade humana:

A CDHM realizou diligências no sistema carcerário do Espírito Santo, no período de 15 a 17 de junho, com a participação de organizações parceiras. Foram visitadas uma unidade prisional, uma unidade de cumprimento de medidas sócio-educativas. A visita incluiu reuniões com o Ministério Público, autoridades do Poder Executivo Estadual e com a sociedade civil, esta na sede da Ordem dos Advogados do Brasil.

Durante a missão no Espírito Santo a Comissão visitou o presídio de Novo Horizonte; o complexo Modular de Novo Horizonte e a Casa de Internação de Menores.

Os integrantes das diligências participaram de audiências com autoridades locais, como o procurador-geral de Justiça, Fernando Zardini Antônio, e o secretário de Estado de Justiça, Ângelo Roncalli. Na oportunidade, relataram os problemas encontrados nas visitas realizadas e pediram empenho e agilidade na solução dos problemas dos presídios do Espírito Santo.

Encerrando as atividades a delegação participou de uma audiência pública na sede da seção estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, com a participação de entidades da sociedade civil e de direitos humanos. Foi relatada a situação caótica em que se encontram as unidades prisionais do Estado, como superlotação, maus-tratos, torturas, constrangimentos nas revistas, cerceamento das atividades de advogados que atuam no sistema prisional e ameaças a dirigente de entidades de direitos humanos, dentre outros.

Participaram das diligências os deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, Domingos Dutra (PT-MA), ex-relator da CPI do Sistema Carcerário e coordenador na CDHM da Subcomissão sobre esse tema; Geraldo Thadeu (PPS-MG); Iriny Lopes (PT-ES) e Chico Alencar (Psol-RJ).

A convite da CDHM, participaram também das diligências Maria Zumira Teixeira Bowen, promotora de Justiça do Estado do Espírito Santo; Elisandra de Oliveira Olímpio, procuradora Regional dos Direitos do Cidadão; Bruno Alves, presidente do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Espírito Santo e o padre Xavier (Saverio Paolillo), da Pastoral Carcerária.

- Seminário examina situação do sistema carcerário:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 03 de junho, seminário para debater a situação do sistema carcerário brasileiro.

A iniciativa foi dos deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão, e Domingos Dutra (PT-MA), que foi relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a questão entre 2007 e 2008.

O seminário reuniu representantes do poder público e de organizações da sociedade civil atuantes na área.

Dentre os temas debatidos, destacaram-se casos emblemáticos do caos prisional, como as “prisões-contêineres” do Espírito Santo e a penitenciária Urso Branco, em Rondônia, alvo de condenação da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Foram analisadas na ocasião a implementação das recomendações da CPI da Câmara sobre o Sistema Carcerário (realizada em 2008), a assistência judiciária aos detentos reeducandos e a situação das defensorias públicas.

Participaram, como expositores, o padre Saverio Paolillo (Padre Xavier), da Pastoral Carcerária; Erivaldo Ribeiro dos Santos, do Conselho Nacional de Justiça; Carlos Eduardo Japiássu, representando o Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias; André Luís Machado de Castro, presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos; e Tamara Melo, da ONG Justiça Global, especializada em ações junto ao sistema interamericano de direitos humanos.

- CDHM vai a Porto Alegre, avalia situação do Presídio Central e ouve testemunha de morte do ex-presidente João Goulart:

Os Deputados Luiz Couto, Pompeo de Mattos e Domingos Dutra, participaram, no dia 07 de agosto, de visitas ao Albergue Padre Pio Buck, onde entrevistaram o detento uruguaio Mário Neiva Barreto, testemunha de fatos relacionados à morte do ex-presidente da República João Goulart e visitaram o Presídio Central de Porto Alegre/RS, para verificar a situação dos presos daquele presídio.

Após a conversa com Mário Neiva Barreto, os deputados visitaram o Presídio Central de Porto Alegre. A visita se deu um ano depois de o presídio ter sido considerado pela CPI do Sistema Carcerário o pior do Brasil. Com cerca de cinco mil internos, o cárcere apresentava uma concentração de todos os problemas típicos desses estabelecimentos no Brasil.

Pela avaliação dos deputados, a instituição apresentou avanços, mas ainda há muito a ser feito. “Foi construída uma nova ala para presos que estavam soltos numa área

completamente sem condições e a alimentação também mudou positivamente. Ao lado disso, há problemas como a superlotação e a propagação de doenças como a AIDS e a gripe H1N1”, diz o relatório sobre a missão parlamentar. No documento, encaminhado a autoridades do setor, foram apresentadas recomendações para a solução dos problemas que ainda persistem.

12. ACESSO À JUSTIÇA

- Comissão atua para fortalecer defensorias públicas:

Um conjunto de ações foi desencadeado no primeiro semestre de 2009 para fortalecer as defensorias públicas. A estratégia dessas ações é ampliar o acesso à justiça pelos cidadãos mais vulneráveis - um dos direitos com maior impacto nos demais direitos humanos e que mais carece de políticas públicas garantidoras no Brasil, segundo atestam a rotina de denúncias recebidas pela CDHM e as análises de eventos realizados.

O seminário realizado em maio para avaliar a situação do sistema carcerário, assim como as diligências no sistema prisional do Espírito Santo, em junho, indicaram que entre os principais fatores a alimentar a crise do setor está a falta de advogados para detentos sem julgamento e outros que já cumpriram pena mas continuam superlotando as unidades do sistema. “O Estado prende, acusa e condena sem assegurar o direito a assistência jurídica gratuita para os presos que não podem pagar advogado, que é a grande maioria da população carcerária, denunciou o deputado Pedro Wilson (PT-GO), 1º vice-presidente da CDHM”

“É bom que haja mutirões de voluntários, como este do Conselho Nacional de Justiça, mas é preciso também política pública para produzir soluções permanentes”, defendeu o coordenador da Subcomissão sobre o Sistema Carcerário da CDHM, deputado Domingos Dutra (PT-MA).

Ofícios da CDHM foram remetidos a todas as comissões de direitos humanos das assembleias legislativas solicitando que elas prevejam, nos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais dos estados, recursos suficientes para realização de concursos públicos e contratação de profissionais e infra-estrutura para as defensorias estaduais.

Todos os presidentes de tribunais de contas dos estados (TCEs) também receberam ofícios do presidente da CDHM, nos quais solicitou-se que fiscalizem o cumprimento da prestação de assistência jurídica que é devida pelo Estado, bem como a execução dos recursos previstos para dar condições de trabalho para as defensorias públicas.

Os documentos alertam para a omissão do Estado no sistema carcerário, já que quase metade da população carcerária é de presos provisórios e inúmeros são os casos daqueles que já cumpriram suas sentenças e permanecem nos presídios, sendo certo que milhares de brasileiros estão ilegalmente privados de sua liberdade por falta da assistência jurídica que lhes é devida pelo Estado.

Também é feita reclamação sobre a falta de autonomia das defensorias públicas em alguns estados, o que estaria inviabilizando a atuação desse órgão nos termos expressos na Constituição. O direito à assistência jurídica gratuita é direito fundamental expresso na Constituição da República (art 5º, inciso LXXIV) e em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, onde a organização da defensoria pública nos estados está a cargo dos respectivos governos estaduais.

A despeito disso, levantamento feito pelo Ministério da Justiça informa que 60% das comarcas brasileiras não dispõem de defensores públicos, sendo que em alguns estados esse índice chega a mais de 90%.

A CDHM solicitou informações aos estados sobre a previsão dos recursos orçamentários para o setor. A Associação Nacional dos Defensores Públicos, por sua vez, fará contatos

com os governos estaduais, TCEs e assembleias legislativas para verificar a implementação das propostas, segundo informou o presidente da entidade, André Luís Machado de Castro.

- Caso emblemático de tortura

Em dezembro de 1999 recebemos informações sobre a ocorrência de tortura na Delegacia de Luziânia e o pedido de providências em favor das vítimas. Segundo os familiares de Vitalino Gomes dos Santos, Ascendino Caixeta da Silva e Clecivaldo Rodrigues de Melo, esses cidadãos estavam presos naquela delegacia e haviam sido torturados para confessar a prática de um determinado crime.

Considerando-se o desespero dos familiares e a descrição das torturas que relataram, o então presidente da CDHM, deputado Nilmário Miranda, designou o advogado Augustino Pedro Veit, assessor do colegiado, para levar os fatos ao conhecimento do representante do Ministério Público daquela Comarca.

A denúncia foi então apresentada ao Dr. Jeferson Xavier de Souza Rocha, Coordenador das Promotorias daquela comarca. O representante da CDHM presenciou a tomada de depoimento dos três presos pelo promotor.

Os presos descreveram os detalhes da tortura que sofreram, informaram os nomes dos policiais torturadores e o locais onde foram torturados para confessar a prática de um crime de latrocínio ocorrido em Luziânia. Dos três, Ascendino Caixeta da Silva, era o que apresentava marcas mais visíveis da tortura. O promotor determinou a realização do exame de corpo de delito no IML.

O caso foi informado pela Comissão também ao secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás.

Posteriormente, no dia 13 de abril do ano de 2000, o mesmo servidor foi ouvido em audiência nos autos da Carta Precatória n.º 2000.1596, oriunda do Juízo de Direito da Comarca de Luziânia/GO, oportunidade em que informou sobre as denúncias de tortura que esta Comissão recebeu, sobre a visita que fez à cadeia pública daquele município, os depoimentos que presenciou, as visíveis marcas de tortura apresentadas pelo preso Ascendino Caixeta e o fato de que a Comissão recebera a informação de que esses depoimentos haviam sido subtraídos dos autos.

Recentemente o sr Ascendino Caixeta da Silva, em cumprimento de sentença em regime semi-aberto, compareceu a esta Comissão para informar que foi condenado com base nas confissões obtidas mediante tortura informada a esta Comissão, e que após a visita do representante desta Comissão não foi submetido ao exame de corpo de delito determinado pelo Promotor de Justiça e que os torturadores apontados por ele e pelos outros dois presos continuam impunes. Ascendino entregou cópia de reclamação que protocolou junto ao Conselho Nacional de Justiça e pediu uma análise do processo em que foi condenado, nº 199902119566, e do que foi instaurado para apurar as torturas que ele e os outros presos sofreram, n.º 200301670689.

Ao verificar os documentos, observou-se que o processo sobre crime de tortura noticiado ao Ministério Público em 1999 só foi instaurado em 12/09/2003, mais de dois anos depois do trânsito em julgado da sentença fundamentada nas confissões obtidas mediante a noticiada tortura e, até a presente data, o processo não foi julgado, numa clara demonstração de que se busca a manutenção da sentença proferida com fundamento nas confissões obtidas mediante tortura, em evidente prejuízo para o réu - que já cumpriu 9 dos 25 anos a que foi condenado.

Vale dizer, a juíza e os desembargadores que proferiram sentença e acórdão sobre o caso o fizeram sem terem tido a oportunidade de apreciar as provas de tortura sofridas pelos réus, uma vez que estas foram misteriosamente suprimidas dos autos.

Ademais, verifica-se que no processo instaurado para apurar a prática de tortura, o Ministério Público utilizou, para provar a materialidade do crime de tortura, documentos extraídos do processo em que Ascendino Caixeta foi condenado, evidenciando a ilicitude das provas que fundamentaram a denúncia, a sentença e o acórdão confirmatório desta.

Considerando-se as atribuições da Comissão, o colegiado impetrou habeas corpus para submeter à apreciação do Tribunal Superior de Justiça as violações de direitos humanos impostas pelas autoridades goianas ao senhor Ascendino Caixeta, desde a sua prisão, e pedir que seja declarada a nulidade de todo o processo que o condenou desde a denúncia, uma vez que apresentadas com base em confissões obtidas mediante tortura de que tinha conhecimento prévio, ou a nulidade da sentença e do acórdão confirmatório desta, determinando, neste último caso, que outra seja sentença proferida com a devida e motivada apreciação do depoimento do servidor desta Comissão e das demais provas de tortura constantes nos autos.

O mesmo pedido foi feito ao Tribunal de Justiça do Estado do Goiás, em sede de Revisão Criminal.

Depois desse longo caminho, Ascendino Caixeta consegue afinal uma vitória: o Juiz de Luziânia prolatou em janeiro de 2010 – dez anos após sua prisão – sentença condenando todos os policiais por crime de tortura.

- Manifestação ante o STJ em defesa das mulheres vítimas do médico Roger Abdelmassih:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, por meio de seus membros, o Presidente do colegiado, Deputado Luiz Couto, e a Deputada Iriny Lopes, apresenta à consideração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sua preocupação diante de um caso emblemático de violação de direitos humanos que, segundo informações da imprensa, chega hoje a essa corte na forma do pedido de *habeas corpus* para o acusado, o médico Roger Abdelmassih, preso sob a acusação de estupro e atentado violento ao pudor contra cinquenta e seis mulheres.

A defesa de Abdelmassih recorre ao Superior Tribunal de Justiça depois de o desembargador José Raul Gavião de Almeida, da 6ª Câmara de Direito Criminal, do Tribunal de Justiça de São Paulo, ter indeferido o pedido de *habeas corpus*, com base na periculosidade do réu. Estima-se que o Tribunal de Justiça de São Paulo realize o julgamento do mérito do pedido nas próximas semanas.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) também tomou providências, tendo suspenso de forma cautelar o registro profissional do acusado por tempo indeterminado. A interdição cautelar foi unânime entre os conselheiros presentes à sessão plenária realizada no Cremesp, depois de abrir cinquenta e um processos contra o médico.

O órgão decidiu com base na resolução de 2006 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que prevê a interdição em casos em que o profissional esteja prejudicando gravemente a população. A decisão do Cremesp foi comunicada à Justiça Federal, já que o conselho é a autarquia federal responsável por regular a atividade médica e zelar pela ética dessa atividade profissional.

O médico Roger Abdelmassih encontra-se em prisão preventiva decretada pelo juiz Bruno Paes Stranforini, da 16ª Vara Criminal de São Paulo, desde o dia 17 de agosto. O processo corre sob segredo de justiça.

Segundo o advogado criminalista José Luiz Oliveira Lima, que defende o médico, a prisão do seu cliente é "ilegal" e o acusado nega a prática de qualquer ato ilícito, aguarda o desenrolar das investigações e tem tranquilidade de que, "ao final, tudo será esclarecido". Numa estratégia gasta em casos como esse, o acusado afirma que as acusações não são comprovadas e procura desqualificar as provas.

Ora, será que as mais de sessenta mulheres que estão testemunhando estão todas mentindo à Justiça? Não é o que parece. Embora a presunção de inocência seja um princípio constitucional, os indícios contra o acusado são veementes, parecendo estar longe de ser uma denúncia leviana.

O acusado foi denunciado pela primeira vez ao Ministério Público em abril de 2008, por uma ex-funcionária. Depois, diversas pacientes com idades entre trinta e quarenta anos, a maioria com o perfil de profissionais bem-sucedidas, disseram ter sido molestadas quando estavam na clínica. Segundo apurou a imprensa, a Promotoria chegou a receber cerca de setenta relatos de supostas vítimas de Abdelmassih.

Mulheres que passavam por tratamento contra infertilidade na clínica do acusado afirmam terem sido surpreendidas por investidas do médico quando estavam sozinhas, durante consultas ou nos quartos particulares de recuperação. Três dessas mulheres dizem que foram molestadas após sedação.

É lamentável que um dos mais famosos especialistas em reprodução assistida do país apareça como autor de crimes covardes. Valer-se da condição de médico e da situação fragilizada da mulher é gravíssimo. O caso, além de representar violações de princípios éticos da profissão e da caracterização de crime de estupro, segundo os relatos das vítimas, trata-se de flagrante violação de direitos humanos.

Há também um componente de ofensa, de desrespeito ao gênero feminino, haja visto que a violência contra a mulher é histórica, cultural e não escolhe classe social ou grupos étnico-raciais, como esta Comissão testemunha desde a sua criação, em 1995.

Também por ser um caso com um grande número de vítimas e por ter provocado forte clamor na sociedade, este episódio deve ser tratado como verdadeiramente é: um caso emblemático, que não deve cair na impunidade, sob pena de passar para as cidadãs e os cidadãos do nosso país a mensagem de que a incolumidade da mulher não é relevante para a Justiça.

Na data de hoje – 20 de agosto – completam 9 anos de outro caso marcante pela crueldade e impunidade de violência contra a mulher: o assassinato da jornalista Sandra Gomide, cujo assassino confesso, o também jornalista Antônio Pimenta Neves, continua solto, embora condenado em primeira instância.

Apesar de arbitrariedades e da impunidade que ainda ocorrem no Brasil, como no caso do Sr. Pimenta Neves, e no restante do mundo, há avanços e vitórias graças aos movimentos pelos direitos humanos da mulher.

No plano do Direito Internacional, existem diversos instrumentos que são úteis para o desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos das mulheres, tais como acordos, tratados, protocolos, resoluções e estatutos, muitos deles ratificados pelo Brasil.

Estes instrumentos foram desenvolvidos com o passar dos anos e no contexto de avanço das lutas de gênero, destacando-se, na proteção dos direitos humanos das mulheres: a Carta das Nações Unidas (1945); a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (1979); a Declaração de Viena (1993); a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993); a Convenção de Belém do Pará (1995); a Declaração de Beijing (1995) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher (2002).

Há nos círculos de militantes em direitos humanos uma crítica recorrente de que tais instrumentos são pouco considerados, quando não desprezados por operadores do Direito, inclusive nos tribunais.

Brasil, em que pesem algumas críticas justas formuladas por juristas brasileiros, a Lei 11.340/06 (*Maria da Penha*) representa um avanço significativo na proteção das mulheres vítimas de violência.

No momento em que se procura fazer valer a Lei Maria da Penha, que se busca superar concepções discriminatórias contra a mulher, a justiça deve ser cautelosa para não passar a idéia de que o prestígio de um profissional é valor mais importante que os direitos de gênero.

Por estas razões, e com todo o respeito e devida vênia ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – preocupada com a possibilidade de resultarem em impunidade os crimes praticados contra as mulheres – cumpre seu dever de procurar demonstrar a transcendência e grande dimensão simbólica que o caso ora nas mãos dessa Casa assume para os Direitos Humanos no Brasil.

Brasília(DF), 20 de agosto de 2009

- Caso Cesare Battisti:

- Comitativa de parlamentares visitou Cesare Battisti no presídio:

Em missão coordenada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), uma comitativa de parlamentares fez, no dia 28 de abril, uma visita a Cesare Battisti, ex-militante italiano que obteve do Ministério da Justiça a condição de refugiado político.

A visita teve como objetivo ouvir o refugiado, que se encontra preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, para que seja feita uma análise do seu processo, que teve a extradição solicitada pelo governo italiano e aguarda o julgamento do caso no Supremo Tribunal Federal.

Participaram da visita os deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM da Câmara, Domingos Dutra (PT-MA) e Ricardo Quirino (PR-DF), também integrantes da Comissão, além do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado. O deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE) e senador José Nery (PSol-PA) enviaram representantes.

Battisti informou aos parlamentares que está sendo bem tratado na Papuda, mas que aguarda ansioso o desfecho do seu processo no Supremo Tribunal Federal (STF), que julgará o seu pedido de extradição solicitado pelo governo italiano.

Também mostrou-se confiante na sua permanência no Brasil, onde espera continuar vivendo e se dedicando à escrita de livros sobre sua militância política e suas reflexões atuais.

Segundo o deputado Luiz Couto, a visita foi proveitosa e contribuirá com eventuais medidas a serem tomadas no âmbito do Congresso Nacional. “Além do gesto de solidariedade que representa a visita, a conversa com o refugiado confirmou a nossa certeza de que ele está sendo vítima de preconceito e de uma visão distorcida por parte de alguns segmentos da sociedade brasileira, incluindo partidos políticos. A visita também serviu para nos orientar na definição de ações voltadas a colaborar com o caso”, declarou o presidente da CDHM.

Os parlamentares continuarão acompanhando o caso e se comprometeram a divulgar informações sobre o processo de Battisti, já que, segundo ele, os meios de comunicação estão cobrindo o caso de forma parcial, ignorando elementos do caso que atestam a sua inocência nos crimes dos quais é acusado.

- Tarso Genro defendeu refúgio a Cesare Battisti em audiência pública:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou, no dia 12 de maio, audiência pública para debater a situação política e jurídica do refugiado Cesare Battisti, bem como o instituto de extradição no Brasil, com a presença do Ministro de Estado da Justiça, Tarso Genro.

O ministro da Justiça, Tarso Genro posicionou-se no sentido de que Cesare Battisti foi acusado por crimes políticos e que isso ficou claro na Itália daquela época. Ele lembrou que a Itália vivia os seus “anos de chumbo”. E que hoje, à luz do direito internacional, da boa ciência política humanista, e da nossa legislação, Battisti faz jus ao refúgio político.

Sobre o recurso do governo italiano ao STF, o ministro da Justiça lembrou ainda que o Supremo Tribunal Federal, várias vezes, já decidiu sobre questões análogas ou idênticas à de Battisti e nunca foi levantado que a norma é inconstitucional, ou seja, que o ministro não poderia avocar para si a responsabilidade de conceder refúgio, porque estaria aplicando uma norma inconstitucional. “Várias vezes, em casos como esse, jamais o Supremo Tribunal Federal alegou ser inconstitucional o fato de um ministro de esquerda, como eu, avocar esse dispositivo, decidir e soberanamente o país acolher como refugiado o Sr. Battisti, apontado pelo Estado italiano como criminoso político”.

- Nota oficial (14/01/2009):

Em apoio à concessão do refúgio político a Cesare Battisti:

Como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), manifestamos nosso apoio à decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder ao ativista político e escritor italiano Cesare Battisti refúgio político no Brasil.

Tal posição decorre do nosso entendimento de que a condenação imposta a Battisti, com base na qual foi pedida sua extradição a Itália, foi feita num contexto de excepcionalidade política e jurídica, pois é fato histórico que naquele período - anos 1970 - o estado italiano exercia forte papel persecutório a militantes de esquerda.

Passadas três décadas do contexto bipolar da Guerra Fria em que Cesare Battisti atuou nas chamadas Brigadas Vermelhas, não se justifica mais o afã em impor ao refugiado a prisão com possível risco de morte dentro de cárceres italianos, sob o pretexto de se fazer justiça ou reparação naquele país, até porque Battisti foi a princípio julgado e condenado por crime de subversão e não de terrorismo ou homicídio. A acusação posterior de homicídios surge

de delação premiada com base na “Lei dos Arrepêndidos”, pelo depoimento - nunca comprovado - de Pedro Mutti, ex-companheiro da organização na qual Battisti militara.

Esse contexto político levou o presidente Mitterrand a garantir asilo na França e a não extradição de Battisti e de outros perseguidos políticos italianos. O pedido feito pela Itália à França de extradição de Cesare Battisti na época foi denegado. Já com cidadania francesa, Cesare Battisti teve novo pedido de extradição feito pelo governo de Silvio Berlusconi, sob o argumento de que havia sido condenado à prisão perpétua na Itália e à revelia.

Os crimes contra a humanidade, terrorismo e tortura têm sido julgados pelo Tribunal Penal Internacional. Justifica-se tal prudência capitaneada pelo Direito Internacional Público, face aos conflitos políticos e ideológicos entre as forças internas dos países.

Ao conceder refúgio político a Cesare Battisti no Brasil, o Estado brasileiro age em inequívoca consonância com nossa Carta Magna, que veda a extradição motivada por crimes políticos e estatui que, neste país não haverá penas de morte ou de caráter perpétuo (art. 5º, XLVII, “a” e “b”). Também o faz com o respaldo da Legislação Brasileira, clara ao normatizar a extradição, por meio do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80), artigo 77, incisos III e VII, *in verbis*:

“Não se concederá a extradição quando:

(...)

III – O Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar o crime imputado ao extraditando;

(...)

VII – o fato constituir crime político.

Ao apoiar a concessão do citado refúgio político, esta CDHM mantém seu posicionamento definido em moção de apoio aprovado em 03/09/2008 pela unanimidade de seu plenário, que naquela data defendia o refúgio político agora concedido num gesto humanitário e prudente, sem dúvida o único para este caso condizente com os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Direito Internacional Público.

Brasília(DF), 14 de janeiro de 2009.

- Em defesa da ética e transparência no serviço público:

Em parceria com a Comissão de Legislação Participativa e a Ouvidoria Parlamentar, a CDHM realizou, em 18 de junho, audiência pública para debater propostas de ações que aprofundem a ética, a transparência e o controle popular sobre os poderes da república.

Proposto pelos deputados Roberto Britto (PP-BA), Mário Heringer (PDT-MG) e Chico Alencar (Psol-RJ), o debate propiciou a integração de órgãos da Câmara que lidam diretamente com os direitos e a participação popular.

A busca da transparência do Estado brasileiro foi incluída na agenda política nacional após a redemocratização do país, no final dos anos 1980. Desde então, é cada vez mais intensa a cobrança por ética e transparência na formulação e execução das políticas públicas por parte da sociedade e da imprensa.

Participaram da audiência, como expositores, Eugênio Bucci, professor de Jornalismo da USP; Merval Pereira, jornalista de O Globo; Fernando Rodrigues, jornalista da Folha de São Paulo; Sylvio Costa, jornalista do Congresso em Foco; Reginaldo de Souza, presidente da

ONG Contas Abertas; e Cláudio Weber Abramo, diretor-executivo da ONG Transparência Brasil.

- CDHM debate em audiência chacina de Unaí(MG):

Prestes a completar seis anos de impunidade, o crime conhecido como Chacina de Unaí/MG foi objeto de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no dia 29 de outubro.

O autor da iniciativa, deputado Domingos Dutra (PT-MA), membro da CDHM lembrou que os fiscais foram vítimas de uma emboscada durante investigação de denúncias sobre trabalho escravo em fazendas de plantação de feijão em Unaí e declarou que a Comissão de Direitos Humanos pode contribuir para a realização de justiça neste caso e, assim, evitar que fatos semelhantes voltem a ocorrer.

As viúvas dos três fiscais participaram da referida audiência e deram seus depoimentos.

Além delas, participaram, com expositores, os convidados: Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT); Miriam do Rosário Moreira Lima, Procuradora da República de Minas Gerais; Antonio Lucas Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e José Armando Fraga Diniz Guerra, da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República.

Em 28 de janeiro de 2004, três auditores fiscais do trabalho, Eratóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista que conduzia o grupo, Ailton Pereira de Oliveira, foram vítimas de emboscada na zona rural de Unaí, município da região noroeste de Minas Gerais.

Os auditores realizavam operação de rotina em fazendas da região, conhecida por ser um dos principais pólos produtores do grande agronegócio no Brasil.

Em julho do mesmo ano, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal apontaram nove pessoas envolvidas no crime, entre mandantes, intermediários e executores. Nenhuma delas está presa e um dos principais acusados é o prefeito de Unaí, Antério Mânica, reeleito para o cargo de prefeito do município.

Da audiência entre outras proposições, ficou definido levar o caso ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ, haja vista a demora injustificada do andamento do processo na Justiça local, bem como a falta de respostas nos procedimentos judiciais junto às instâncias do Judiciário em nível nacional. Representantes da CDHM, do SINAIT e familiares dos fiscais visitaram no dia 24 de outubro de 2009 o Ministro Corregedor do CNJ, Gilson Dipp, a quem solicitaram empenho em acelerar o processo. A Comissão, o sindicato e os familiares comunicaram que irão monitorar a tramitação sistematicamente para garantir justiça nesse caso emblemático.

- Moção de apoio (11/03/2009):

Em apoio ao Juiz Federal Fausto Martin de Sanctis

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta seu apoio ao Juiz Federal Fausto Martin de Sanctis em face da perseguição que vem

sofrendo por parte daqueles que tentam interferir na livre atuação dos juízes, ferindo a independência funcional dos magistrados.

A independência da magistratura para decidir com imparcialidade sobre os casos que lhe sejam submetidos à apreciação, sem interferências indevidas ou injustificadas, além do dever do magistrado de garantir que os procedimentos judiciais sejam conduzidos em conformidade com a lei, respeitando os direitos das partes, são princípios adotados pelo 7º e 8º Congressos das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento dos Delinquentes, de 1985, endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas nas suas resoluções 40/32, e 40/146.

O juiz Fausto Martin De Sanctis que atuou no caso do banqueiro Daniel Dantas, durante a operação Satiagraha, da Polícia Federal, vem sendo atacado, numa tentativa de desmoralizá-lo, por agir contrariamente aos interesses daqueles que apostam na impunidade.

Ele já responde a dois processos na Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Terceira Região sob a alegação de que vem descumprindo ordem do Supremo Tribunal Federal. Na primeira acusação, o juiz é acusado de expedir um segundo mandado de prisão contra Daniel Dantas quando, um dia antes, o presidente do Supremo Tribunal Federal havia garantido um *Habeas Corpus* ao banqueiro. Ocorre que havia fatos novos que, reunidos ao processo, justificavam o novo mandato.

Na segunda acusação, De Sanctis também é acusado de desrespeito à decisão do STF, mas dessa vez no caso Corinthians/MSI.

Esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias entende que o Estado de Direito, a independência da Magistratura e o combate à corrupção devem coexistir em harmonia para que prevaleçam os direitos humanos. Assim, na expectativa de que a situação do Juiz De Sanctis seja melhor analisada, esta Comissão aprovou esta Moção em sessão ordinária nesta data.

Brasília(DF), 11 de março de 2009.

- Nota em desagravo ao sacerdote e deputado Luiz Couto:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, balizada nos ideais constitucionais da liberdade e da dignidade humana, vem publicamente apresentar seu apoio ao direito de manifestação de pensamento do sacerdote e Deputado Federal Luiz Couto (PT-PB).

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, repudio o teor da Nota Oficial emitida nesta Quarta-feira, dia 25 de fevereiro, pelo Arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Di Cillo Pagotto, através da qual deu publicidade à suspensão do uso de Ordem imputada ao padre Luiz Couto.

O sacerdote, que sempre realizou suas funções religiosas apesar de suas atividades no parlamento, está impedido inclusive de celebrar missas, até que se retrate explicitamente, pois, segundo o arcebispo, Luiz Couto estaria contrariando os preceitos doutrinários, morais e éticos defendidos pela Igreja Católica através do Cânon 1317 CDC.

A nota foi emitida após entrevista concedida pelo deputado ao Congresso em Foco, na qual o parlamentar manifestou-se contrário ao celibato impositivo, à intolerância e ao preconceito contra a homossexualidade. Na mesma entrevista, o sacerdote e parlamentar federal, que é

declaradamente contrário ao aborto, posicionou-se favorável ao uso de preservativos como instrumento de saúde pública.

Desde que foi ordenado em 1976, o Deputado Luiz Couto, abraçou o sacerdócio com todas as suas forças e fez sua opção preferencial pelos pobres, excluídos e marginalizados. Enquadrou-se na concepção de que "... o Deus cristão não se entende sem o pobre, o indefeso, o desprezado, em suma, o necessitado. Um Deus separado do pobre pode ser tudo, menos o Deus revelado. Daí por que a pregação evangélica jamais poderá dissociar o anúncio de Jesus Cristo da proclamação aos pobres de sua libertação. O Kérygma da salvação escatológica deve compreender o kérygma da libertação histórica, assim como, aliás, o próprio Jesus fez (cf. Lc 4, 18-19)".

No Estado laico, a adesão a qualquer tipo de expressão religiosa é um ato voluntário. Contudo, a divergência de opinião entre o clero e autoridades eclesiásticas não dá a ninguém, o direito de promover uma execração e um constrangimento públicos que firam a dignidade de qualquer ser humano, como ocorreu *in casu*, com o Padre Luiz Couto. Não há espaço, no mundo contemporâneo, para qualquer tipo de linchamento e inquisição sob pena de retrocesso na construção do projeto de uma sociedade digna, justa e fraterna, bem como, na construção de um Estado solidamente Democrático.

Finalmente, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias reafirma o seu apoio ao Deputado Luiz Couto, que por sua ação intransigente contra criminosos que promovem o extermínio de seres humanos, o tráfico de menores e a prostituição infanto-juvenil, encontra-se ameaçado de morte.

Reafirma também, o apoio ao reconhecimento que o Parlamento Brasileiro tem na pessoa do sacerdote e parlamentar Luiz Couto, homem fiel à sua convicção cristã e dotado das virtudes da serenidade, do equilíbrio e da convicção de que a fé tem que ser colocada a serviço da construção de um Novo Reino, que não por acaso, encontrou eco em todos os segmentos sociais ao ousar emitir sua opinião sobre temáticas tão relevantes e que estão na ordem do dia.

Brasília(DF), 26 de fevereiro de 2009.

13. EM DEFESA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LGBT

- Câmara sedia o 6º Seminário Nacional LGBT:

Espaço que vem se tornando tradicional na promoção dos direitos do segmento LGBT, o Seminário Nacional foi realizado dia 14 de maio pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), com o apoio da Frente Parlamentar de Cidadania LGBT e as comissões de Legislação Participativa, Direitos Humanos e Minorias e Educação e Cultura da Câmara. Também apoiaram o evento a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde, a Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL) e a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra).

O propósito do evento foi discutir as bandeiras do movimento e debater a pauta do Congresso Nacional relacionada ao setor, que tem como referência de organização a ABGLT, maior rede de organizações dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na América Latina.

De acordo com Igo Martini, coordenador-executivo do projeto Aliadas, voltado a mobilizar parlamentares em defesa dos direitos do público LGBT, o seminário também teve como objetivo reforçar o diálogo do movimento com o poder público. “Além de discutirmos as questões relacionadas ao Legislativo, buscamos o apoio de parlamentares para aumentar nossa ação junto ao Executivo, para que este possa implementar as propostas surgidas na Conferência Nacional”, declara Martini.

O seminário abordou a situação atual da homofobia no Brasil, a partir de pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo e apresentada por Gustavo Venturi, integrante da instituição. Maria Berenice Dias, vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), falou sobre a situação do público LGBT no Judiciário.

Esta, aliás, é uma das pautas debatidas no Congresso Nacional, por meio do PLC-122/2006, que criminaliza os atos de homofobia, atualmente na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Também foram abordadas as duas outras matérias prioritárias do movimento GLBT no Congresso: o “Nome social” (PLC-72/2007) e o reconhecimento jurídico da união civil entre pessoas do mesmo sexo (PL 2914/2009).

Para falar sobre a união estável, foi convidado Roberto Gonçale, integrante da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Rio de Janeiro. Gonçale explica que a reivindicação do movimento, debatida e apoiada pela OAB-RJ, é a aplicação, para as pessoas do mesmo sexo, dos dispositivos jurídicos já existentes que tratam da união estável. “Esperamos que a união homoafetiva seja contemplada, equiparando direitos e deveres já previstos no Código Civil”.

Participaram da solenidade de abertura, além de representantes da frente parlamentar e das comissões envolvidas na organização do seminário, Yone Lindgren, da ABL, Fernanda Benvenutty, da Antra, Toni Reis, presidente da ABGLT, e Perly Cipriano, representando a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH).

- Nota oficial (18/06/2009):

CDHM manifesta-se contra violência homofóbica

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados expressa seu repúdio contra os a violência que atingiu participantes da Parada Gay de São Paulo.

Marcelo Campos Barros, de 35 anos de idade, morreu em decorrência das agressões que sofreu no encerramento do evento. À família da vítima, às entidades representativas e cidadãos e cidadãos gays, lésbicas, transsexuais e travestis, manifestamos nossa solidariedade e consternação.

A violência de caráter homofóbico é uma grave violação de direitos humanos, não só pelos danos que causa a suas vítimas diretas, como pela intolerância em face da diversidade existente na população, que deve ser respeitada como imperativo do respeito à dignidade humana.

A explosão de uma bomba jogada sobre participantes da Parada Gay e os atos agressivos que se verificaram, embora tenham partido de uma minoria, devem ser duramente condenados por toda a sociedade e pelo poder público, para que esses segmentos intolerantes da população sejam isolados, desencorajados a novas ações do tipo e exemplarmente punidos na forma da lei.

Cabe lembrar que tais atos de agressão também visaram a impedir a livre manifestação, configurando-se ofensa aos direitos políticos, pilares de nossa Constituição e dos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Brasília(DF), 18 de junho de 2009

- Moção de repúdio a declarações do governador André Puccinelli contra o Ministro Carlos Minc:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados manifesta veemente repúdio às declarações ofensivas feitas pelo governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, contra o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc - a quem ameaçou "estuprar em praça pública", em resposta a ações do ministro que agia na defesa do meio ambiente do Pantanal.

A grosseria das afirmações de Puccinelli desrespeitam a própria função pública eletiva de um governador, que neste caso agiu em absoluto descompasso com as características generosas do povo sul-mato-grossense.

Além de revelar uma visão homofóbica e preconceituosa, incompatível com os preceitos básicos dos direitos humanos, Puccinelli incorreu na apologia ao crime de estupro, revelando insensibilidade às vítimas desse crime hediondo.

Ainda que tenha se "desculpado" por meio de ambígua nota oficial distribuída por sua assessoria, o governador André Puccinelli fica devedor à sociedade de ações concretas e condutas em defesa de valores e direitos humanos.

Brasília(DF), 23 de setembro de 2009.

- Moção de repúdio às declarações homofóbicas do técnico Hélio dos Anjos:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no seu dever de proteger e promover os valores e princípios que constituem o ideário dos direitos humanos, reconhecidos e consagrados em tratados e documentos internacionais, bem como na legislação brasileira, incluindo a Constituição Federal, manifesta o seu repúdio às declarações discriminatórias, de caráter homofóbico, do técnico de futebol Hélio dos Anjos, proferidas na semana anterior através de veículos da imprensa esportiva.

Este colegiado de parlamentares entende que é responsabilidade de toda a sociedade brasileira a superação das práticas sociais marcadas pelos diversos tipos de preconceito e discriminação, todos odiosos e inaceitáveis em uma Nação que se pretende democrática e igualitária.

Às autoridades e agentes do poder público, assim como às pessoas que gozam de ampla visibilidade pública, como o Sr. Hélio dos Anjos, cabe uma responsabilidade ainda maior: a de serem, em suas condutas cotidianas, coerentes com os valores da cidadania e da democracia.

Causa espanto que justamente no futebol, talvez a instituição social brasileira mais democrática de todas, ainda mais em seu âmbito profissional, surjam manifestações de natureza tão deletérias ao desenvolvimento cultural da nossa sociedade.

Tais declarações discriminatórias e preconceituosas caminham na contramão do que justamente se espera da prática do desporto, sobretudo do futebol: a promoção de valores cidadãos e da harmonia entre povos, classes e segmentos sociais.

Ainda que o Sr. Hélio dos Anjos tenha se desculpado posteriormente, a franqueza da sua declaração inicial não deixa margem de dúvida sobre o seu pensamento. Esperamos que a repercussão do episódio sirva-lhe de reflexão e que seus conceitos possam ser revistos.

14. NA DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- Reforma antimanicomial foi tema de audiência pública na CDHM:

Como atividade integrante da mobilização em torno da Marcha dos Usuários pela Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, que reuniu, no dia 30 de setembro, cerca de dois mil usuários e militantes da saúde mental na Esplanada dos Ministérios, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou audiência pública, no referido dia, para debater o tema.

Organizada pela Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA), a Marcha teve como principais bandeiras a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), a cobrança do cumprimento da Lei da Reforma Psiquiátrica (10.216/01), a realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental (a última ocorreu em 2001) e a efetiva implantação do Programa de Volta para Casa, criado pelo Ministério da Saúde em 2003 com o objetivo de reintegrar socialmente pessoas com transtornos mentais que passaram por longas internações.

A audiência pública, fruto de requerimento do deputado Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da CDHM, contou com a participação dos expositores: Marcus Vinícius de Oliveira - representante da RENILA; Fernanda Otoni - Representante da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (CFP); Rafael Mendonça Dias – Psicólogo e pesquisador da Justiça Global; Milton Freire – Representante dos Usuários de Serviços de Saúde Mental e Lívia Souza – Representante da Associação Metamorfose Ambulante na Bahia.

Para Pedro Wilson, a audiência teve o objetivo de fazer o Congresso Nacional acolher e debater as reivindicações históricas dos usuários e organizações atuantes no campo da saúde mental. “A reforma antimanicomial é a luta de um segmento da sociedade brasileira que luta por dignidade e respeito. Respeito às leis e aos princípios éticos da cidadania e das profissões envolvidas neste campo. Trata-se de uma das lutas mais simbólicas da atualidade, pois coloca à prova a nossa capacidade, enquanto sociedade, de garantir, na prática, o respeito e a dignidade a milhares de pessoas que são extremamente ativas na defesa do Sistema único de Saúde (SUS), um dos nossos maiores patrimônios”, declarou o parlamentar.

- Lançamento do livro *Damião Ximenes: primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos*

Durante o seminário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias foi lançado o livro *Damião Ximenes - Primeira condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos*, pela autora da obra, Nadine Borges, pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A obra contém o relato do caso do paciente de transtorno mental Damião Ximenes que foi imobilizado, espancado e morto em uma clínica psiquiátrica em Sobral, no Ceará, em 04 de outubro de 1999. Uma tragédia pessoal que, pela mobilização e luta da família e de organizações de direitos humanos, tornou-se um caso exemplar de condenação do país em um tribunal internacional de direitos humanos.

- Evento comemora a 2ª edição do Dia Internacional do Autismo:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias apoiou a realização do seminário alusivo ao Dia Internacional do Autismo, que se comemora no dia 2 de abril. O evento foi realizado no

plenário 11 do Anexo II da Câmara dos Deputados. A promoção foi da ONG Movimento Orgulho Autista Brasil, Coordenadoria para Inclusão da Pessoa com Deficiência do Distrito Federal (CORDE/DF) e GDF Cidadania (SUBCID). O requerimento para o evento foi de autoria da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP).

O autismo representa uma gama de distúrbios que afetam três áreas do desenvolvimento da pessoa: a comunicação, a socialização e o foco de interesses, mostrando comprometimento em graus variados. Segundo a Organização Mundial de Saúde, de cada mil pessoas, seis são afetadas por alguma forma de autismo, desde o mais severo ao mais leve.

Quanto mais precoce o diagnóstico, mais viável é a definição de estratégias para superar as dificuldades. Nesse sentido, a Movimento Orgulho Autista Brasil defendem, no plano da saúde, nove medidas, das quais se destacam cuidados pré-natais, elaboração de programas de atendimento aos portadores dos transtornos globais do desenvolvimento e treinamento de profissionais para atendimento apropriado.

No campo da educação, as propostas se concentram na inclusão no ensino regular. Preparar os profissionais do setor para compreender e atender às necessidades especiais e estimular o convívio com os colegas não-autistas são as mais importantes. Já no plano da ação social, é preciso dar apoio e orientação às famílias das pessoas com autismo e incluir as pessoas com transtornos globais do desenvolvimento no mercado de trabalho, de forma a aproveitar suas potencialidades e habilidades e promover seu desenvolvimento e cidadania.

- I Fórum de Deficiência Intelectual e X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual:

Com participação ampla e intensa programação, foram realizados nos dias 19 e 20 de agosto o 1º Fórum de Deficiência Intelectual e a 10ª Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual. Os eventos tiveram o suporte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e ocorreram no auditório Nereu Ramos.

O objetivo foi contribuir para o acesso das pessoas com deficiência intelectual nos espaços de trabalho, lazer, educação, saúde, assistência social, entre outros. Medidas como essas levam ao alcance da população uma nova visão sobre quem é e quem pode ser a pessoa identificada com deficiência intelectual, com fundamento na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O fórum reuniu pessoas com deficiência e seus familiares, profissionais, gestores de órgãos públicos e privados, estudantes e outros interessados na área, contou com a participação de especialistas e pessoas significativas proferindo palestras e participaram de Mesas Redondas.

No primeiro dia, o 1º Fórum de Deficiência Intelectual abordou desde os conceitos relacionados à definição científica da deficiência intelectual até o protagonismo social e as implicações socioculturais para as pessoas que possuem alguma modalidade de deficiência intelectual.

Já no dia 20 de agosto, a 10ª Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual focou nas demandas relacionadas ao mercado de trabalho para pessoas com esta deficiência: qualificação profissional, empregabilidade, parcerias com empresas, poder público, ações afirmativas, entre outras.

Ao todo, treze debates e/ou palestras integraram a programação dos eventos, que contou com expositores representantes do Governo Federal, do Ministério Público, de empresas, universidades e de várias APAEs, além de parlamentares, tais como os deputados Luiz Couto e Eduardo Barbosa, este presidente da Federação Nacional das APAEs.

“É fundamental que o Congresso Nacional participe do debate, ajude na inclusão efetiva das pessoas com deficiência intelectual na sociedade e, conseqüentemente, no mercado de trabalho. Além disso, nosso Movimento Apaeano comemora anualmente no mês de agosto a Semana Nacional do Excepcional, cujo tema deste ano fala da importância da quebra dessas barreiras”, ressaltou o Deputado Federal Eduardo Barbosa, autor do requerimento para realização dos eventos.

Os participantes dos eventos e os expositores, representantes do Governo Federal, do Ministério Público, de empresas, universidades e de várias Apaes destacaram em suas falas e nos apartes concedidos ao final de cada mesa a distância entre as reais necessidades dessa população e as políticas públicas que estão sendo aplicadas hoje em dia pelo Governo, principalmente pelo Ministério da Educação, e a necessidade de haver uma legislação específica que garanta o acesso desses cidadãos ao mercado de trabalho, principalmente no setor público.

Segundo o Deputado Eduardo Barbosa, o deficiente intelectual sofre porque suas especificidades não são tratadas como deveriam. “Ele tem um déficit cognitivo e demora a processar uma informação, a elaborar uma resposta e tem dificuldades de expressar ideias com clareza. Quando se percebe isso, o processo de interação depende de nós, e não dele”, avalia. “A sociedade precisa ter atitudes que facilitem a participação desse indivíduo”, conclui.

Eduardo Barbosa lembrou que as pessoas com deficiência intelectual têm dificuldades para ingressar em um mercado de trabalho competitivo, marcada pela pressão por resultados e eficiência. Para ele, no entanto, os empresários brasileiros ainda ignoram as qualificações dessas pessoas. “Eles culpam a condição do deficiente, mas não revêem entre as atribuições existentes aquela que pode ser destinada a essa pessoa. São entraves de uma sociedade que entende que o Estado tem que tutelar essas pessoas”, condena.

Desde 1995, a Organização das Nações Unidas (ONU) vem adotando a expressão *deficiência intelectual* no lugar de deficiência mental para diferenciar esse tipo de deficiência das doenças mentais, que são problemas psiquiátricos não necessariamente associados a déficit intelectual.

15. DIREITO À MEMÓRIA, À VERDADE E À ANISTIA

- Comissão defende inclusão de familiares na busca de corpos no Araguaia:

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, compareceu à CDHM em audiência pública no dia 9 de julho, convidado a falar sobre sua portaria 567/09, que instituiu o Grupo de Trabalho “com a finalidade de localizar, recolher e identificar corpos de guerrilheiros e militares mortos na ‘Guerrilha do Araguaia’”.

O requerimento para a audiência foi dos deputados Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, e Pedro Wilson (PT-GO), que integra a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada em 1995, pela Lei 9.140/95.

Membros da CDHM questionaram a predominância militar no GT e a ausência de representantes de familiares dos guerrilheiros mortos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e do Ministério Público Federal. Jobim alegou que para cumprir a decisão judicial do STJ, era necessário que o GT fosse eminentemente técnico, evitando a politização. E que um comitê supervisor estava sendo negociado para abrigar representações de outros setores.

O ministro da Defesa também afirmou que o major Sebastião Curió, um dos que comandaram o combate à guerrilha e a execução dos capturados, seria notificado para falar, perante juízo, sobre os documentos do seu arquivo pessoal, revelado dias antes ao jornal Estado de São Paulo. Nele Curió registrou que 41 guerrilheiros foram executados sumariamente, contrariando a versão oficial do Exército.

Deputados da Comissão defenderam que o ministro da Defesa negocie a participação das famílias, os setores do governo ligados a direitos humanos e o Ministério Público. “Não há como ignorar a existência da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela Lei 9.140, de 1995, com atribuições sobre as mesmas finalidades constantes da portaria do Ministério da Defesa que criou o Grupo de Trabalho”, lembrou o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto.

Para ele, a ausência dos três segmentos na investigação incomoda, porque são eles os que têm trabalhado desde a anistia para que a verdade sobre os Anos de Chumbo apareça. O presidente da CDHM esclareceu que, para ele, “o problema não é a presença das Forças Armadas, o problema é a ausência dos outros atores indispensáveis nesse trabalho de resgate da verdade histórica”.

Jobim defendeu o direito à memória, mas rejeitou a interpretação de que a Lei da Anistia não alcançaria torturadores e responsáveis por desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais - crimes inafiançáveis. Para ele, a intenção do legislador foi de contemplar a bilateralidade.

- Seminário atualiza debate sobre direito à verdade e à memória:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou seminário alusivo ao Dia Internacional de Combate à Tortura - 26 de junho, em que foram debatidas questões relativas à memória coletiva dos Anos de Chumbo. Foram realizadas cinco mesas, mediadas pelo deputado Luiz Couto, abordando temas atuais.

Na primeira mesa, *Da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) à uma nova Comissão Memória e Verdade, nos moldes propostos pela ONU,*

foram analisadas as conquistas e limitações da CEMDP, e debatida a necessidade de criação de um novo órgão, com atribuições ampliadas. Participaram, como expositores, Vera Rota, representante da SEDH; deputado Pedro Wilson, representando a CEMDP; Iara Xavier, da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos; e Jaime Antunes da Silva, diretor do Arquivo Nacional.

Na segunda mesa foram apresentadas as recomendações do Ministério Público Federal, que concluem a análise solicitada pela CDHM a respeito do livro denominado “Orvil” (livro escrito pelo contrário) ou *Livro Negro do Terrorismo*. Com 980 páginas, o livro contém versões sobre episódios da repressão nos Anos de Chumbo e foi escrito por uma equipe de 30 militares, em 1986, por ordem do então ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Os expositores foram o procurador regional da República e um dos autores do estudo sobre o Orvil, Marlon Alberto Weichert; e o jornalista Lucas Figueiredo, que revelou a existência do livro em série de reportagens no Estado de Minas.

Em outra mesa foram analisadas as revelações contidas no livro *Sem Vestígios*, de Taís Moraes, lançado recentemente, inclusive sobre a execução de Honestino Guimarães, que teria sido levado para a região do Araguaia, depois de preso no Rio de Janeiro. Taís Moraes, jornalista e autora do livro; Gilda Pereira de Carvalho, procuradora federal dos Direitos do Cidadão; e Yuri Soares Franco, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília - DCE Honestino Guimarães, foram os expositores.

O seminário foi encerrado com uma mesa de debate que abriu espaço para uma reflexão sobre o fenômeno da tortura no Brasil. Os dois expositores foram vítimas da tortura e tornaram-se estudiosos dessa prática vil: o jornalista Jarbas Silva Marques, ex-preso político; e o médico Adail Ivan de Lemos, doutor pelo King College, de Londres, que apresentou estudo de sua autoria sobre o tema.

- Imprescritibilidade dos crimes de tortura foi debatida nas Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Legislação Participativa:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Comissão de Legislação Participativa, realizou audiência pública no dia 24 de setembro, para debater o princípio de imprescritibilidade dos crimes de tortura e as ações de responsabilização dos agentes do Estado que praticaram tais crimes na ditadura civil-militar que vigorou entre 1964 e 1985.

A iniciativa de realização da audiência partiu dos deputados Pedro Wilson (PT-GO), vice-presidente da CDHM, e Iran Barbosa (PT-SE), a partir da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n.º 153, de autoria da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

O questionamento da OAB incide sobre a validade do artigo 1º da Lei da Anistia, que considera como conexos e igualmente perdoados os crimes “de qualquer natureza” cometidos por motivação política no período de 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

A entidade deu entrada na ação junto ao STF em outubro de 2008. Para o presidente da Ordem, César Brito, essa questão precisa ser debatida pela sociedade brasileira. “O Brasil precisa livrar-se do hábito de varrer para debaixo do tapete da história as suas abjeções. Precisa entender que anistia não é amnésia, e que um povo que não conhece o seu passado está condenado a repeti-lo”, declarou Brito à Agência Brasil, em resposta a declarações do ministro Nelson Jobim, para quem a punição de militares que participaram de torturas no período da ditadura militar seria “revanchismo”.

Pedro Wilson lembrou que todos os acordos, tratados e declarações internacionais que abordam o tema consideram a tortura um crime contra a humanidade e, por isso, imprescritível. “Trata-se de um dos crimes mais hediondos e a audiência deve aprofundar a discussão sobre a sua imprescritibilidade. Há várias posições diferenciadas no governo, nos tribunais e na sociedade. O nosso sentimento, acima de tudo, não é de revanchismo, mas de justiça, que precisa prevalecer”, declarou o parlamentar.

Participaram da audiência como expositores o jurista Fábio Konder Comparato, representando a OAB, o presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Paulo Abrão, e o ex-deputado federal e encaminhador da Lei da Anistia, Antônio Modesto da Silveira.

- Delegação da CDHM ouve em Porto Alegre testemunha da morte do ex-presidente João Goulart:

O Deputado Luiz Couto, juntamente com os Deputados Pompeo de Mattos e Domingos Dutra, participaram, no dia 07 de agosto, de visitas ao Albergue Padre Pio Buck, onde foi entrevistado o detento uruguaio Mário Neiva Barreto, testemunha de fatos ligados à morte do presidente João Goulart. A delegação da CDHM também visitou o Presídio Central de Porto Alegre/RS, para verificar a situação dos presos daquele presídio.

- Depoimento do uruguaio Mário Neiva Barreto

As circunstâncias da morte do ex-presidente João Goulart há muito são consideradas suspeitas e objeto de interesse da Nação brasileira e de historiadores. Motivos para as dúvidas não faltam para a morte do ex-presidente da República deposto no golpe de 1964. Jango vivia exilado numa fazenda na Argentina, num período de plena atividade da Operação Condor - coordenação entre as ditaduras sul-americanas com apoio dos Estados Unidos da América para neutralizar a ação política das lideranças populares no Cone Sul .

O que eram suspeitas passaram a ser indícios quando o ex-agente do regime ditatorial uruguaio nos anos 1970, Mário Neiva Barreto, revelou, em entrevista à Folha de S. Paulo em 2008, que participara de uma operação destinada a eliminar João Goulart.

Na entrevista, Barreto diz que o ex-presidente General Ernesto Geisel teria ordenado o assassinato do ex-presidente civil, cabendo a militares uruguaios envolvidos na Operação Condor realizar o crime. Segundo Barreto, Jango seria envenenado com a troca de medicamentos com efeitos antagônicos aos que ele tomava para problemas cardíacos. O médico legista uruguaio Carlos Milles Golugoss, especializado na CIA em utilização de venenos, teria comandado a operação.

Dada a importância de tais declarações, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias procurou, no âmbito de suas atribuições, contribuir para esclarecer o caso. Inclusive com a oitiva do detento uruguaio.

Participaram também da delegação Jair Kriske, coordenador do Movimento Justiça e Direitos Humanos, além de assessores dos deputados.

O deputado Pompeo de Mattos relatou que “o ex-agente deu detalhes de sua participação numa reunião envolvendo um emissário da CIA e representantes dos órgãos de repressão do Uruguai, Brasil e Argentina, quando foi planejado o assassinato de Jango com a troca do remédio e inserção de veneno. E o governo na época cuidou de evitar que fosse feita necrópsia do corpo do presidente”.

Para continuar a análise do caso, a CDHM tentará obter acesso a documentos sigilosos do Brasil e dos outros países envolvidos na Operação Condor.

- Anistia e direitos humanos foi tema de seminário internacional que prestou homenagem a Manoel da Conceição:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em conjunto com diversas entidades da sociedade civil e apoiada por diversos órgãos públicos, realizou, de 22 a 24 de novembro, o 3º Seminário Latino-Americano de Anistia, que prestou homenagem ao líder camponês Manoel da Conceição e a vários outros militantes de direitos humanos: o advogado Modesto da Silveira, o jornalista Raimundo Pereira, o estudante Honestino Guimarães (*in memoriam*), o militante Carlos Marighella (*in memoriam*) e o operário Santo Dias (*in memoriam*).

Além dos temas tradicionais ligados à luta pela anistia política, a terceira edição do seminário abordou também questões relativas à anistia trabalhista, a criminalização dos movimentos sociais e as implicações que a descoberta do pré-sal poderá ter para as políticas de promoção e proteção dos direitos humanos no Brasil.

Dentre os convidados internacionais confirmados figuraram o paraguaio Martin Almada, ganhador do Prêmio Nobel Alternativo em 2002; a consulesa boliviana Shirley Orozco e Dulce María Parra Fuentes, ministra da Embaixada Venezuelana, representando a Petróleos da Venezuela(PDVSA).

O vice-presidente da CDHM, deputado Pedro Wilson (PT-GO), destacou a pauta e a participação dos convidados internacionais no evento. “Os temas desta edição do seminário são mais amplos e denotam a preocupação presente entre os militantes em olharem o Brasil com uma visão aberta e humanista, que não se dedica aos seus interesses. Isso está em sintonia com o próprio momento que o país atravessa e qualifica a participação dos convidados estrangeiros, que certamente terão muito a agregar aos debates, sobretudo com as experiências desenvolvidas em seus países que podem nos inspirar”, avaliou o parlamentar.

16. EM DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

- Seminário aborda o tráfico e exploração de crianças e adolescentes:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, no dia 17 de junho, seminário para debater o tráfico e a exploração de crianças e adolescentes no Brasil.

O seminário foi fruto de requerimento apresentado pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM, apoiado pela Frente Parlamentar pelo Direito da Criança e do Adolescente, cujo presidente é o deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), também membro da CDHM.

Um dos expositores, o jornalista Roberto Cabrini, coordenou a produção do “Repórter Record” exibido em 19 de abril de 2009. O programa expôs como funciona uma rede internacional de tráfico de seres humanos, especialmente de crianças e adolescentes, com fins de exploração sexual e trabalhista. Cabrini falou dos bastidores da reportagem e de casos similares que tomou conhecimento no seu trabalho como jornalista investigativo.

Também foi abordada a problemática de crianças e adolescentes que deixam o Brasil para atuarem em clubes desportivos do exterior, principalmente no futebol europeu, tornando-se atletas profissionais precoces. Para falar sobre esse tema, foi convidado o diretor de Registro e Transferências da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Luiz Gustavo Vieira de Castro.

Maria Aurélia de Sá Pinto, do Ministério do Turismo, falou sobre o turismo sexual no Brasil. A cobertura midiática sobre a exploração de crianças e adolescentes foi o tema da exposição do jornalista Carlos Eli, da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI). Por fim, Maria Luiza Moura de Oliveira, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), falou sobre políticas de prevenção ao tráfico e à exploração de crianças e adolescentes.

- CDHM defende conciliação no caso do menino Sean Goldman:

A CDHM realizou, no dia 22 de abril, audiência pública para discutir a situação vivida pelo menino Sean Richard Goldman. Nascido em Red Bank, Nova Jersey, nos Estados Unidos, em maio de 2000, ele é filho da brasileira Bruna Bianchi Goldman com o norte-americano David George Goldman.

Em junho de 2004, Bruna, junto com Sean, veio ao Brasil passar férias com seus familiares e resolveu se divorciar e permanecer morando no Rio de Janeiro. Poucos meses depois, Bruna requereu à Justiça Estadual a guarda do filho.

Por sua vez, David Goldman entrou com ação junto à Justiça Federal, solicitando a repatriação da criança. O pedido está baseado na Convenção de Haia, de 1980, que trata de questões relacionadas ao seqüestro internacional de crianças.

Posteriormente, Bruna Bianchi casou-se com o advogado carioca João Paulo Lins e Silva. Após complicações no parto da filha do casal, Bruna faleceu, em agosto de 2008. Sean passou a viver com seu pai de criação e a família deste.

Na audiência, o ministro Paulo Vannuchi defendeu um acordo capaz de conciliar o interesse do pai de ver o menino sempre que quisesse com o interesse da família brasileira do menino

em permanecer com a guarda do mesmo. Afinal aqui ele viveu a maior parte de sua vida, tendo desenvolvido laços profundos com toda a família, inclusive o pai de criação.

Participaram, como expositores, o ministro da SEDH, Paulo Vannuchi; o procurador-geral da União, Fernando Luiz Albuquerque Faria; o representante do Ministério das Relações Exteriores, Leandro Antunes Mariosi; e o advogado da família da mãe de Sean, Sérgio Tostes.

O deputado Luiz Couto explicou que o Legislativo não tem gestão sobre o caso e que o objetivo da audiência foi reunir informações e outros subsídios para contribuir da melhor forma possível para a sua resolução, na perspectiva de se garantir plenamente os direitos e o bem-estar da criança.

A deputada Rita Camata, co-autora do requerimento para a audiência, defendeu que a Comissão acompanhe casos emblemáticos como o do menino Sean para atuar de forma precisa na produção legislativa.

Em novembro de 2009 o STF acabou decidindo pelo direito de guarda do menino ao pai norte-americano, garantido o direito da família brasileiro visitá-lo nos EUA.

- CDHM debate, juntamente com parlamentares de quinze países, ações de combate à violência contra crianças e adolescentes:

Reunidos em San José, capital da Costa Rica, entre 26 e 28 de agosto, parlamentares e representantes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) de países da América Latina e Caribe debateram o papel do poder Legislativo no combate à violência contra a infância e adolescência.

Organizado pela Assembleia Legislativa da Costa Rica, com apoio da União Interparlamentar (UIP) e do Unicef, o seminário tinha como objetivo realizar um balanço da situação da infância e adolescência – após vinte anos da Convenção sobre os Direitos da Criança – na região e compartilhar experiências para aperfeiçoar o uso dos mecanismos legislativos para eliminar a violência contra esse segmento da população.

Representaram o Brasil o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara e a deputada Rita Camata (PMDB-ES), integrante da Frente Parlamentar pela Criança e Adolescente.

A deputada Rita Camata, que foi expositora no painel “Participação infantil dentro dos processos legislativos”, defendeu o fortalecimento de ações desta natureza. “O compartilhamento de experiências de enfrentamento da violência que vitima crianças e adolescentes, bem como a discussão de mecanismos de participação desse contingente nas instâncias de interlocução e de formulação de políticas públicas, constituiu uma iniciativa extremamente interessante, apontando para a importância da ampliação do protagonismo infantil na cena política e da necessária mudança de cultura que confere a meninos e meninas seus devidos espaços como sujeitos de direito”, declarou a deputada.

Na avaliação de Luiz Couto, o encontro foi importante para o intercâmbio de informações entre os parlamentos dos diversos países presentes. Dentre as inúmeras questões debatidas, o deputado chama a atenção para a mentalidade punitiva que ainda prevalece na maior parte dos países. “Os relatos dos participantes do seminário apontam que, em todos os países, os episódios que envolvem crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei recebem grande visibilidade dos meios de comunicação e despertam reações muito negativas, como pressões para redução da maioridade penal e outras medidas de caráter

punitivo. Já nos casos em que as vítimas são as crianças e adolescentes, em geral a visibilidade é bem menor”, destaca o parlamentar.

Couto também considera necessário o maior envolvimento do Executivo nesta discussão, bem como a implementação de políticas públicas integradas, que tenham como foco solucionar os problemas do contexto familiar, na perspectiva da interdependência dos direitos humanos. “É preciso combater as causas estruturais da violência, como a falta de educação, de emprego, de moradia, de saúde, de assistência social, entre outros direitos que podem assegurar um ambiente mais seguro para crianças e adolescentes. E todas essas questões precisam entrar na pauta das reuniões entre os chefes de Estado da região”, afirma Couto.

- Audiência fortalece campanha pela aprovação do Estatuto da Juventude:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) realizou, no dia 13 de maio, audiência pública para debater propostas de políticas públicas para a juventude e o projeto de lei em tramitação na Câmara que cria o Estatuto da Juventude.

O Estatuto é uma antiga demanda de organizações e movimentos da sociedade civil que atuam com temas da juventude. A proposta foi discutida e deliberada como uma das prioridades na 1ª Conferência Nacional da Juventude, realizada em abril de 2008.

Na Câmara, a proposta de Estatuto da Juventude tramita na forma do Projeto de Lei nº 27/2007, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). Em novembro daquele ano, o projeto foi apensado ao PL nº 4529/04, do deputado Benjamim Maranhão (PMDB-PB), que trata do mesmo assunto. A matéria está parada desde então.

Para o deputado Luiz Couto, a parcela da população entre 15 e 29 anos – mais de 50 milhões de pessoas atualmente – é a mais vulnerável ao impacto de questões como desemprego, drogas e, principalmente, violência. “As maiores vítimas de violações dos direitos humanos hoje, no Brasil, são os jovens. Os homicídios são a principal causa de morte das pessoas na faixa de idade de 15 a 24 anos. Dois terços da população carcerária têm entre 18 e 24 anos. Uma tarefa relevante para promover os direitos dessa parcela da população é difundir políticas públicas em todas as esferas de governo capazes de criar oportunidades para os jovens e valorizar na sociedade a temática da juventude”, sustenta o parlamentar.

Além do debate a respeito da criação do Estatuto, a audiência discutiu também a implementação das resoluções aprovadas na Conferência Nacional de Juventude.

Participaram, como expositores, José Ricardo Fonseca, assessor da Secretaria Nacional da Juventude, órgão vinculado à Presidência da República, e o cientista político Guilherme Ortiz, que apresentou estudo de sua autoria sobre o tema.

Uma publicação foi editada pela Câmara, contendo síntese das explanações e propostas de políticas públicas apresentadas na audiência pública.

- 20 anos do ECA foi tema de seminário:

A CDHM realizou, nos dias 15 e 16 de outubro, em parceria com entidades de direitos humanos e a sociedade civil, seminário para debater os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

No primeiro dia de atividades uma plenária analisou os 20 anos de implementação da Convenção Internacional da ONU dos Direitos da Criança. Entre os expositores, representantes dos Ministérios da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente, do CONANDA, do UNICEF, da CDHM, entre outros.

No segundo dia, foram avaliados os 20 anos de direitos e de políticas sociais, além da plenária final, em que foram apresentadas as conclusões dos adolescentes; a sistematização do seminário e o balanço das ações da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e do Adolescente.

Participaram, como expositores, Carmen Oliveira do CONANDA; Benedito Rodrigues dos Santos (Pesquisador); representante do UNICEF; Salomão Ximenes (Ação Educativa); Deputado Luiz Couto (PT-PB); Maria de Salete Silva (Educação – UNICEF); Aldaíza Sposati (Assistência Social- PUC/SP); Eduardo Mello (Sistema de Garantias- ABMP); Laís Fontenele (Instituto Alana); Senadora Fátima Cleide PT/RO (SINASE); Elsa Giugliani (Ministério da Saúde).

- Comissões se unem para avaliar os 15 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil:

As comissões de Direitos Humanos e Minorias, Educação e Cultura e de Trabalho, Administração e Serviço Público realizaram, no dia 24 de novembro, os 15 anos de existência do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil-Fnpeti. Foram analisadas as medidas adotadas pelo Brasil para o enfrentamento dessa grave violação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes e o papel desempenhado pelo FNPETI.

O FNPeti foi instalado em 1994 com o objetivo de articular esforços e tomar medidas para eliminar a exploração do trabalho infantil e proteger o adolescente trabalhador. Ele coordena a Rede Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que tem a participação de 26 estados, do Distrito Federal e de 52 entidades representativas do governo federal, de trabalhadores, de empregadores, de ONGs, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

O evento foi de iniciativa dos Deputados Paulo Henrique Lustosa, Eduardo Barbosa e Maria do Rosário, contando com a participação dos expositores:

- Dra. Mariane Josviak - Procuradora do Trabalho e Coordenadora Nacional da Coordinfância do MPT;
- Dr. Oris de Oliveira - Doutor em Direito e membro do Conselho Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança;
- Sr. Antônio Dantas - Representante da Força Sindical;
- Sra. Isa Maria de Oliveira - Secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fnpeti);
- Sr. Luiz Henrique Lopes – chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Sr. Eduardo Varandas – procurador Federal do Trabalho no Estado da Paraíba.

A secretária-executiva FNPeti, Isa Maria de Oliveira, defendeu a implementação de medidas eficazes de apoio às famílias com crianças que trabalhem e a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tema e ainda citou medidas adotadas pelo Brasil que contribuíram para enfrentar o problema. Entre elas, a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); a aprovação da lista das piores formas de trabalho infantil (Decreto 6481/08); e a rejeição da PEC

191/00, que autorizava o ingresso de maiores de 14 e menores de 18 anos no mercado de trabalho.

De acordo com a secretária, a redução do trabalho infantil (5 a 17 anos) entre 1992 e 2008 foi de 47,5%, o que representa quase 4,5 milhões de crianças. Na opinião da procuradora do Trabalho Mariane Josviak, a ampliação da rede de educação integral vai reduzir ainda mais o trabalho infantil.

O Dr. Oris de Oliveira, do Conselho Consultivo da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, afirmou que o grande desafio para o combate ao trabalho infantil é o modelo econômico concentrador de renda. Em sua avaliação, enquanto persistir a concentração de renda no País será impossível acabar com o problema, que “é fruto da pobreza”.

O chefe da Divisão de Fiscalização do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Henrique Lopes, disse que até 2015 o País pretende erradicar as formas mais graves de trabalho infantil, como atividades em lixões, nas ruas e com agrotóxicos. Já a previsão para erradicar todos os tipos de trabalho infantil é 2020, segundo ele.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Luiz Couto (PT-PB), defendeu a participação do FNPeti na luta para melhorar a qualidade da educação. Para ele, não há dúvidas sobre a relevância do trabalho do fórum.

- CDHM verifica no Pará denúncias de tráfico e exploração de crianças e adolescentes:

Os deputados Luiz Couto e Domingos Dutra participaram, no dia 17 de agosto, de diligência no Estado do Pará, com a finalidade de verificar denúncias de tráfico e exploração sexual de crianças e adolescentes. A missão teve também o objetivo de tratar de casos de criminalização de lideranças de movimentos sociais.

Participaram também da diligência o deputado estadual Arnaldo Jordy – presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Pará; a Dra. Mary Lúcia do Carmo Xavier Cohen – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA e o Dr. Fernando Matos – Coordenador do Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos.

Foram recebidas cópias de sete processos (que a Comissão passou a acompanhar), sendo cinco referentes à exploração sexual de crianças e adolescentes e dois a respeito da criminalização de movimentos sociais.

A Conferência Nacional dos Bispos entregou documento relatando o aumento da prática de crimes sexuais contra crianças e adolescentes naquele estado, citando recebimento de mais de 25 mil denúncias, e requerendo providências para proteção dos denunciantes e defensores de direitos humanos que têm sofrido ameaças em função dessas denúncias.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Pará e Relator da CPI da Pedofilia repassou aos parlamentares os dados parciais dessa CPI apurados até o momento, para conhecimento e providências.

A CDHM vem acompanhando e colaborando nas investigações de graves denúncias sobre tráfico e exploração de crianças e adolescentes no estado do Pará. Diante da gravidade destas denúncias a CDHM vem mobilizando os poderes públicos estaduais e federal a combater tais práticas e responsabilizar culpados.

Num reconhecimento do esforço comum da Defensoria Pública da União, da Procuradoria-Geral da República, da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Pará e de grupo de vereadores dos Municípios de Portel e Breves (ambos na Ilha do Marajó) contra esses crimes, a Comissão de Direitos Humanos tornou-se um espaço de interlocução e apoio da luta destes órgãos no sentido de banir tais crimes, até porque se ficarem impunes o Brasil poderá ser responsabilizado pelos organismos internacionais de direitos humanos.

A presença da CDHM no Estado do Pará por meio de uma diligência foi de fundamental importância em termos de apoio jurídico e de sustentação política às entidades mencionadas. Sabe-se que os autores desses crimes costumam atentar contra a vida de ativistas e autoridades públicas que têm a coragem de denunciar suas práticas.

Durante a missão, foram feitas reuniões com entidades da sociedade civil e com as seguintes autoridades: no Ministério Público Federal, a Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, a Dra. Ana Karízia Távora Teixeira; o Dr. Rômulo Nunes Presidente do Tribunal de Justiça do Pará; Dr. Geraldo Mendonça Rocha, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Pará.

- Audiência conclui que recomendações da Comissão Interamericana para o CAJE não foram cumpridas:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, em parceria com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, realizou, no dia 10 de dezembro, audiência pública para debater o não cumprimento, pelo Governo do Distrito Federal, de medidas cautelares recomendadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) relacionadas ao Centro de Atendimento Juvenil Especializado (CAJE).

As denúncias contra o CAJE foram encaminhadas em 2006 à CIDH, integrante da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Dentre as inúmeras violações de direitos e problemas apontados destacam-se: a superlotação, o desrespeito aos padrões para aplicação de medidas socioeducativas e a inadequação dos serviços de atendimento médico e das atividades pedagógicas.

As recomendações da CIDH, emitidas também em 2006, tratavam destas e de outras denúncias.

“As condições inaceitáveis de funcionamento do CAJE são denunciadas há muitos anos por entidades que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Mesmo após as recomendações da Corte Interamericana, a situação permanece praticamente a mesma. A sensação é que não há vontade política para que o problema seja superado, mas nós vamos cobrar a sua solução”, declarou o deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da CDHM e autor do requerimento que propôs a audiência pública.

De janeiro de 1997 até hoje, vinte e um jovens já morreram dentro do CAJE, sendo que cinco foram vitimados de 2005 até o presente.

Participaram como expositores do referido evento os convidados:

- Sra. Gilda Pereira de Carvalho - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC;
- Sr. Anderson Pereira de Andrade – Promotor de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal;

- Sr. Cassio Alves de Moura – Presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do GDF;
- Sra. Érika Kokay – Deputada Distrital;
- Sr. Francisco Normando Feitosa de Melo – Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal;
- Sr. Joaquim Lemus Pereira – Advogado do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente do Distrito Federal;
- Sra. Juliana Leandra de Lima Lopes – Defensora Pública do Distrito Federal;
- Sr. Marcus Vinícius Almeida – Assessor da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Sra. Marilucia Cardoso de Novais – Presidente da Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco;
- Sra. Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza - Promotora de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude do Distrito Federal;
- Sr. João Macedo Mendes Feitoza – Subsecretário de Justiça da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do DF.

- Seminário divulga pesquisa e debate legislação e políticas públicas sobre crime e consumo de drogas:

A CDHM, atendendo a iniciativa do Deputado Paulo Teixeira, realizou o seminário “Drogas, Redução de Danos, Legislação e Intersetorialidade”, nos dias 20 e 21 de outubro.

Após a mesa de abertura, que contou com autoridades do Executivo, Legislativo, Judiciário e representantes de órgãos internacionais, foi realizado o lançamento do estudo “Tráfico e Constituição, um estudo sobre a atuação da Justiça Criminal do Rio de Janeiro e do Distrito Federal no crime de drogas”, elaborada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade de Brasília (UnB), entre março de 2008 e julho de 2009.

Entre outros fatos, a pesquisa constatou que o Brasil é um país de trânsito de drogas para outros mercados. Nesse contexto, de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), do Ministério da Justiça, as condenações pelo crime de tráfico de drogas representam a segunda maior população do sistema carcerário brasileiro, com quase 70 mil pessoas, atrás apenas do crime de roubo qualificado, com cerca de 79 mil apenados.

O seminário foi uma promoção da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com diversos órgãos envolvidos com o tema: a Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), ambas vinculadas à Presidência da República; os departamentos de DST/AIDS e de Saúde Mental do Ministério da Saúde; a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça; o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) e o Escritório das Nações Unidas Contra Drogas e Crime (UNODC).

O principal objetivo do seminário, que teve quatro mesas, foi promover o debate sobre experiências e legislações do Brasil e de outros países relacionadas às políticas de enfrentamento e redução de vulnerabilidades e danos no consumo de drogas.

Junto a inúmeros especialistas, pesquisadores, gestores e militantes de movimentos sociais atuantes na área, participaram do seminário os convidados internacionais Benedikt Fischer, professor da Universidade de Toronto (Canadá), Pablo Cymerman, da ONG Intercambios (Argentina), além do advogado estadunidense Glenn Greenwald, colunista da revista Salon e autor do relatório “Drug Decriminalization in Portugal”, da Cato Institute.

O seminário abordou nas quatro mesas várias dimensões do tema, com ênfase nas drogas ilícitas, na estratégia de redução de danos, na revisão das leis – e das concepções nas quais se baseiam os legisladores – e também nas novas estratégias empregadas no campo da saúde.

- Nota oficial (19/02/2009):

Fechamento de escolas no Rio Grande do Sul: um apelo à razão

Em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, vimos expressar nosso espanto e indignação em face da decisão injustificável do governo do Rio Grande do Sul, com base em acordo com o Ministério Público do Estado, de fechar escolas itinerantes do MST, subtraindo de imediato o direito à educação de cerca de 400 crianças.

Mais que uma decisão político/ideológica que visa a enfraquecer o MST pela via da criminalização, trata-se de clamorosa violação de direitos humanos. Violação do direito à educação, à organização política, à liberdade de expressão pelo ensino, dentre outros, previstos na Constituição, leis e tratados internacionais. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece que, além dos conteúdos universais mínimos, as escolas podem adaptar-se às distintas realidades dos alunos neste país tão grande e desigual.

Em contraste com a prioridade nacional levar a educação a todos como elemento fundamental de cidadania, a discriminação dos filhos de acampados e assentados da reforma agrária soa como desfaçatez, crueldade e regressão histórica.

A medida chama a atenção pela imprudência, pois tem o evidente condão de agravar conflitos, estimular ódios e rancores, processos judiciais e administrativos intermináveis, resultando em desperdício de recursos públicos e riscos à paz social.

Melhor fariam o Governo e o Ministério Público do Estado se procurassem garantir o cumprimento do conteúdo programático dessas escolas, provê-las da infra-estrutura necessária, atualizar e melhorar os salários dos educadores e fornecer o material pedagógico apropriado.

Apelamos, em nome desta Comissão, à governadora Yeda Crusius e ao Ministério Público do Estado para que reconsiderem tal decisão, até para evitar que se crie um caso emblemático de grave violação de direitos humanos a ser condenado em cortes internacionais, prejudicando assim a imagem do Estado e do País.

Brasília(DF), 19 de fevereiro de 2009

IN MEMORIAN

- Pesar pelo falecimento do deputado Clodovil Hernandez:

Ao iniciar este ano legislativo a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) ganhou, entre seus novos membros, o deputado Clodovil Hernandez. Polêmicas à parte, a CDHM quer ressaltar sua virtude de dizer realmente o que pensava. Também ressaltamos o interesse e a disposição com que ele chegou à Comissão, tendo expressado nas duas reuniões a que compareceu uma genuína sensibilidade com os direitos humanos e a honra que sentia em ser membro da CDHM.

O falecido deputado é autor de vários projetos que promovem direitos humanos. Pudemos identificar os seguintes:

a) Projeto de Lei nº 206/07, que autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados (CCJ) e atualmente tramitando no Senado Federal;

b) o PL nº 2374/07, que inclui entre os exames que devem ser oferecidos ao trabalhador, por conta do empregador, o exame de próstata para homens a partir dos 40 anos, aprovado em julho de 2008, pela Comissão de Seguridade Social e Família e está para ser aprovado, em caráter conclusivo, nas Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania;

c) o PL nº 991/07, que propõe a criação do Dia da Mãe Adotiva;

d) o PL nº 217/07, que obriga o Estado a dar tratamento médico e psicológico imediato às vítimas de violência sexual.

A CDHM vem a público externar que a morte de Clodovil é uma perda para o Parlamento. Perda em pluralidade, em capacidade de valorizar as diferenças, de expressar o pensamento de importantes segmentos da população e mesmo da busca saudável do contraditório.

Uma de suas últimas frases proferidas em reunião ordinária desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, foi: “enquanto a gente vive, a gente pode fazer alguma coisa pelo próximo”. Entendemos que foi com esse intuito que o deputado Clodovil Hernandez optou por vir para a CDHM. Na memória desta Comissão – que teve a honra de presenciar o seu último pronunciamento público – ficará este pensamento de Clodovil, que exalta o viver para cooperar, para servir e fazer o que pudermos por todas as pessoas.

Aos assessores de seu gabinete, aos seus amigos e a todos os seus eleitores registramos a nossa solidariedade neste momento de sua passagem.

Brasília(DF), 19 de março de 2009.

- Deputado Dr. Pinotti deixou legado de defesa da saúde da mulher:

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), vem por meio desta, lamentar o falecimento do Deputado Federal Dr. Pinotti, no dia de hoje.

A CDHM vem a público externar que a morte do Dr. Pinotti é uma perda para o Parlamento. Perda em pluralidade, em capacidade de valorizar as diferenças, de expressar o

pensamento de importantes segmentos da população e mesmo da busca saudável do contraditório. Reconhecemos sua notável militância pelos direitos humanos em especial na área de saúde.

A CDHM compartilha dessa perda irreparável, externarmos os pêsames a sua família e amigos, e que o consolo de Deus possa aliviar essa enorme dor neste momento tão triste. Minhas sinceras condolências.

Brasília(DF), 1º de julho de 2009.

- Comissão homenageia Adão Preto:

O falecimento do deputado Adão Preto (PT-RS), no dia 5 de fevereiro de 2009, então membro da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e presidente da Comissão de Legislação Participativa, causou grande consternação entre os membros dos dois colegiados e entre as entidades ligadas aos direitos humanos e à luta por reforma agrária. As duas comissões legislativas realizaram uma sessão de homenagem ao saudoso militante e deputado no dia 11 de fevereiro, com grande número de presentes, inclusive o presidente da Câmara, deputado Michel Temer.

- Nota de pesar

Em nome da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), lamentamos profundamente o falecimento do Deputado Adão Preto, ocorrido hoje em Porto Alegre.

A perda deste atuante membro da CDHM deixa vazio o espaço do defensor dos direitos humanos e da inclusão social dos homens e mulheres do campo, dos lutadores que arriscam a própria vida e labutam de sol a sol pela reforma agrária e por todas as demais bandeiras dos movimentos sociais pela dignidade, pela vida e o desenvolvimento dos trabalhadores rurais.

Além de membro da CDHM, o Deputado Adão Preto foi Presidente da Comissão de Legislação Participativa em 2008 e, nesta condição, estabeleceu produtivas parcerias com esta Comissão e com a sociedade civil. A realização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos e a mobilização que resultou na convocação, pelo presidente Lula, da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, foram alguns processos de articulação política e social que contaram com sua valiosa participação nos últimos meses.

À família de Adão Preto, seus amigos e companheiros de luta, nossa solidariedade neste momento de dor e pesar.

Brasília(DF), 05 de fevereiro de 2009.

- Neide Castanha homenageada:

Militante em direitos humanos, assistente social fundadora do Cecria, Neide Viana Castanha faleceu no dia 26 de janeiro. A CDHM realizou ato de homenagem à ativista no dia 2 de fevereiro, por sugestão do deputado Fernando Ferro (PT-PE), líder do PT na Câmara.

"Neide foi uma defensora de direitos humanos exemplar, uma assistente social por vocação, parceira sempre disponível deste colegiado na defesa dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos humanos de modo geral", testemunhou o deputado Luiz Couto, que presidiu a sessão.

O deputado Paulo Henrique Lustosa (PMDB-CE), coordenador da Frente Parlamentar pelos Direitos da Criança e Adolescente, afirmou que, "além das saudades entre os muitos amigos e amigas que fez, Neide deixa também um exemplo de dedicação à luta pelos direitos humanos e uma contribuição relevante na organização e institucionalização da garantia desses direitos".

Um vídeo sobre a atuação de Neide no CECRIA e no Comitê de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi exibido. Em seguida, falaram o professor Vicente Faleiros, representante do CECRIA; o filho de Neide, Uirá Viana Castanha, e diversos parlamentares e ativistas ligados a direitos humanos.

- CDHM inaugura galeria de fotos e rememora catorze anos de luta:

A inauguração de uma galeria de fotos dos ex-presidentes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), no dia 02 de setembro, serviu de oportunidade para um amistoso encontro de militantes, deputados federais e ex-deputados, no marco dos 14 anos desde a instalação do colegiado, que tem a participação proporcional de todos os partidos representados na Câmara.

Participaram do ato os ex-presidentes Hélio Bicudo, Orlando Fantazzini, Pedro Wilson (PT-GO) e Pompeo de Mattos (PDT-RS), em sessão conduzida pelo atual presidente, Luiz Couto (PT-PB). No plenário, muitos dos atuais membros. Todos lembraram episódios da trajetória da Comissão, fruto e instrumento da luta pelos direitos humanos no Brasil.

O decano do grupo, Dr. Hélio Bicudo, que presidiu a CDHM em 1996, lembrou dos esforços para sua criação, o que ocorreu com a aprovação de projeto do então deputado Nilmário Miranda, em 31 de janeiro de 1995. Bicudo, que participou das articulações no parlamento e na sociedade civil com esse objetivo, apoiou a eleição de Nilmário como primeiro presidente, em 7 de março daquele ano, ocupando o cargo na gestão seguinte, sendo sucedido pelo deputado Pedro Wilson (PT-GO).

- Defesa do Conselho Nacional de Direitos Humanos

Bicudo enfatizou a importância da criação do Conselho Nacional de Direitos Humanos, que tramita há quinze anos no Congresso. "A aprovação do PL [4715/94] que cria o Conselho, se possível, melhorado, deve ser a prioridade e o grande desafio do atual momento na luta pelo reforço das instituições de direitos humanos", defendeu o ex-parlamentar.

"Se hoje esta Comissão desfruta de certo conceito e credibilidade, isso é resultado do trabalho de todos os que contribuíram nesta trajetória. Foram muitos os deputados e servidores que se somaram nesse processo, e que estão simbolizados nesta galeria dos ex-presidentes", afirmou Luiz Couto.

"A criação de uma Comissão de Direitos Humanos no Congresso Nacional naquele momento histórico e o papel que ela veio a desempenhar nesses catorze anos significaram a inclusão definitiva dos direitos humanos na agenda política do país", avaliou, por sua vez, Nilmário Miranda, em mensagem lida no plenário, já que não pôde estar presente.

Nesse período, a Comissão tornou-se referência fundamental de parceria com os movimentos sociais e outras instituições do poder público. "A força política da Comissão está nessa capacidade de acolher e institucionalizar os projetos que estão fazendo os direitos humanos avançarem no Brasil", apontou Pedro Wilson.

A solenidade informal de inauguração da galeria de fotos dos ex-presidentes da Comissão foi encerrada com a reafirmação do compromisso de todos os presentes com a defesa, a promoção e a reparação dos direitos humanos. “Afinal, quem escolheu a luta pelos direitos humanos abraçou um compromisso de uma vida inteira”, ratificou Luiz Couto ao final do evento.

Confira a lista completa dos ex-presidentes da CDHM

- Nilmário Miranda (PT-MG): 1995 e 1999
- Hélio Bicudo (PT-SP): 1996
- Pedro Wilson (PT-GO): 1997
- Eraldo Trindade (PPB-AP): 1998
- Marcos Rolim (PT-RS): 2000
- Nelson Pellegrino (PT-BA): 2001
- Orlando Fantazzini (PT-SP): 2002
- Enio Bacci (PDT-RS): 2003
- Mario Heringer (PDT-MG): 2004
- Iriny Lopes (PT-ES): 2005
- Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP): 2006
- Luiz Couto (PT-PB): 2007 e 2009
- Pompeo de Mattos (PDT-RS): 2008

ARTIGOS

28 de agosto de 2009: 30 anos da Lei da Anistia

Deputado Luiz Couto (PT-PB)
Presidente da CDHM

28 de agosto de 2009 é tempo de rememorar uma conquista popular fundamental para a democracia que usufruímos hoje. Trinta anos atrás era editada a Lei 6683/79 – Lei da Anistia Política, sem dúvida um dos principais marcos da cidadania brasileira.

Depois desses 30 anos, hoje é mais fácil avaliar a relevância dessa conquista. Antes de tudo, é preciso lembrar que a Anistia é resultado direto da luta de resistência de militantes e cidadãos comuns indignados com a repressão, os assassinatos, a tortura, a proibição de organização, a censura e tantas outras violações de direitos humanos que se tornaram sistemáticas desde o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964.

Também contribuiu para a anistia a pressão feita do exterior, por governos democráticos (principalmente europeus) e setores da sociedade civil e do mundo da cultura e da imprensa daqueles países, demonstrando a importância da solidariedade internacional nesses momentos.

Ainda hoje emocionam canções como “Apesar de você”, de Chico Buarque, e “O bêbado e o equilibrista”, de João Bosco e Aldir Blanc, nascidas e inspiradas no calor da luta política, que, somando-se ao clamor das ruas, contribuir para derrotar a ditadura.

A luta pelo fim da ditadura teve dois momentos chaves, ambos com o protagonismo das ruas. O primeiro foi a conquista da Anistia.

Num primeiro momento, a Anistia significou o retorno à pátria de opositores do regime que haviam sido banidos e exilados, a libertação de presos políticos e a suspensão e o livramento de processos arbitrários. A Anistia permitiu o engajamento de muitos dos nossos melhores quadros políticos na luta política.

O segundo momento chave foi a campanha pelas Diretas Já, luta histórica pela escolha do presidente da República pelo voto popular. Embora a meta não tenha sido atingida naquele momento, a mobilização mudou claramente a correlação política e forçou o fim dos governos militares, com a escolha indireta da chapa Tancredo Neves & José Sarney pelo Colégio Eleitoral.

Portanto, a Anistia é um episódio grandioso na história brasileira e deve ser lembrado como uma conquista, como prova da capacidade de mobilização e de luta pelos melhores valores democráticos e solidários do nosso povo.

Entretanto, o processo da Anistia segue em aberto e há duas questões importantes a exigir a reflexão nacional no marco dos trinta anos.

A primeira é quanto à extensão da Anistia àqueles que, em nome do Estado, cometeram crimes contra a humanidade e contra os direitos humanos, qualificados como crimes imprescritíveis em tratados patrocinados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) dos quais o Brasil é signatário.

Respaldados nesses instrumentos internacionais, juristas independentes avalizam a interpretação de que os torturadores e responsáveis por desaparecimentos forçados e

execuções extrajudiciais não podem se valer da Lei da Anistia para escapar da Justiça. Os crimes por eles cometidos são crimes comuns contra a humanidade, e não crimes políticos, como foram enquadrados os militantes políticos atingidos pelos atos de exceção do regime ditatorial.

Evitar a impunidade dos que praticaram esses crimes não busca satisfazer o afã de ver esses criminosos atrás das grades. O sentido da aplicação das leis e instrumentos internacionais é dar uma demonstração de que, a exemplo do que ocorre em outros países, no Brasil tais crimes não são tolerados e não poderão jamais ser repetidos.

Mesmo dentro do Governo Federal, há divergências de interpretação. Enquanto o ministro da Defesa e o Advogado-Geral da União entendem que os militares se beneficiam da Lei de Anistia, os ministros da Justiça e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos compartilham a interpretação sobre a imprescritibilidade da tortura e do desaparecimento forçado, propugnada pelos tratados internacionais.

Outra questão em andamento diz respeito à reparação, por meio da Lei da Anistia – e suas sucedâneas –, aos que foram perseguidos de várias formas pela repressão. Centenas de requerimentos de anistia com pedidos de indenização estão sendo analisados pela Comissão Especial de Anistia, no âmbito do Ministério da Justiça. Nos últimos meses, os processos têm tramitado com maior celeridade, em razão da intensa mobilização dos anistiados e de suas famílias, com o apoio de entidades como a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante muitos anos, os processos demoraram longos períodos para serem concluídos, e segmentos políticos e da mídia inconformados com o reconhecimento do direito dessas pessoas à anistia, fizeram acusações exaustivamente, tentando inviabilizar as reparações.

Outra pendência importante decorrente da Anistia aos perseguidos pela ditadura de 1964 diz respeito ao resgate da verdade e da memória. A luta pela abertura dos “arquivos secretos” tem sido longa e ainda há um enorme trabalho a ser feito.

Muitos dos que detêm informações sobre o destino de presos políticos desaparecidos, entre outras informações, mantêm documentos ocultos, muitas vezes manipulando o conhecimento dos fatos de acordo com a evolução da conjuntura, sempre no sentido de preservar os interesses e a impunidade dos que participaram das violações de direitos humanos na repressão.

Fragmentos dos episódios têm vindo à tona por meio da divulgação de depoimentos, livros e pesquisas. Em maio último, foi lançado pelo Governo Federal o projeto Memórias Reveladas, coordenado pela ministra Dilma Rousseff e pelo ministro Paulo Vannuchi. Esse projeto organizou e disponibilizou tudo o que foi possível recolher até agora em matéria de documentos de valor histórico sobre aquele período cinzento.

Mas grande parte dessa documentação não se encontra em poder do Estado, e sim em poder de particulares que se apoderaram desses documentos. É importante que haja por parte dessas pessoas um gesto de dignidade, no sentido de disponibilizar essas informações para a sociedade. As novas gerações e as famílias dos que desapareceram têm o direito de saber a verdade.

Portanto, o marco dos trinta anos da Lei da Anistia é uma oportunidade para a reflexão e a mobilização da sociedade brasileira no sentido de complementar o “acerto de contas com o passado e o futuro”.

As tarefas estão claras: resgatar os documentos e informações ainda não revelados; responsabilizar os que, em nome do Estado, na época ilegítimo, pois se tratava de uma ditadura estabelecida por meio de um golpe militar, cometeram crimes imprescritíveis contra a humanidade e; por fim, concluir o julgamento de todos os processos de reparação e indenização das vítimas da repressão.

Não podemos aceitar que estas demandas sejam rebaixadas pelas viúvas da ditadura como revanchismo. Tais reivindicações são, em verdade, a conclusão de um processo legal e necessário, pois a democracia não se faz com a omissão da justiça.

Finalmente, este é um momento de valorizar a política como espaço de exercício da democracia. Generalizar a crítica à política e a todos os que de alguma forma participem da luta pelo bem comum é abrir caminho para o discurso e a sanha golpista, a mesma que condenou o Brasil aos vinte e um anos de ditadura.

Melhorar os procedimentos da política, ampliar e aperfeiçoar os espaços da democracia participativa e dos mecanismos de representação, realizar uma reforma política que reduza os vícios que minam sua credibilidade: estes são, em nossa opinião, os principais desafios que devemos enfrentar para consolidar a democracia brasileira no marco dos trinta anos da Lei da Anistia.

Conquistas e perspectivas para os direitos humanos

Deputados Luiz Couto (PT-PB) e Pedro Wilson (PT-GO), presidente e vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), com lançamento previsto para o dia 9 de dezembro próximo, será um importante marco evolutivo dos direitos humanos no Brasil. Elaborado a partir das diretrizes e resoluções aprovadas na conferência nacional da área, o documento reflete os avanços conquistados nos últimos anos e define os principais desafios a serem enfrentados na próxima década.

O balanço objetivo da área de direitos humanos indica avanços reais. A melhora significativa dos indicadores sociais permitiu que uma gama variada de direitos humanos do campo social melhorassem a qualidade de vida de dezenas de milhões de pessoas. Tais avanços harmonizaram-se com a consolidação da democracia e o reposicionamento do Brasil como interlocutor influente no debate internacional dos direitos humanos.

Internamente, o Estado fortaleceu-se como instrumento redutor de desigualdades e promotor de distribuição de renda. Novas políticas públicas incorporaram à cidadania contingentes significativos de cidadãos por meio de programas e políticas sociais.

Menos visíveis para os "incluídos" foram os esforços para a superação de situações de injustiça social anacrônicas, como o aumento dos registros de nascimento e o combate ao trabalho escravo e extenuante. Programas governamentais visando a garantia de direitos da mulher, segmento GLBT e pessoas com deficiência, embora insuficientes, criaram bases para sua futura ampliação.

Os maiores entraves ficaram por conta da resistência arraigada na sociedade e no Estado para a manutenção de privilégios oligárquicos, em detrimento de compromissos do Brasil com o Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, patrocinado pela ONU.

Nesse sentido é notável a ofensiva da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) contra os movimentos sociais ligados à reforma agrária e à pequena produção familiar. De um lado a CNA lançou pesquisa para confrontar os dados oficiais do IBGE que demonstraram admirável produtividade e geração de empregos da pequena propriedade. De outro, mais uma tentativa de criminalizar o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra por meio de uma CPI requerida pelos ruralistas. Para tanto, não falta o apoio entusiasmado da mídia conservadora.

Esses mesmos setores do agronegócio têm resistido à aprovação da emenda à Constituição que determina a desapropriação para reforma agrária de terras em que se verificar uso de trabalho escravo, além de tentar obstruir por todos os meios a criação de reservas indígenas, parques nacionais e a devida titulação das áreas de comunidades quilombolas.

O sistema carcerário - aí incluídas as unidades de internação de adolescentes - continua a ser a grande vergonha nacional, fonte permanente de violações de direitos humanos. Diligências da Comissão de Direitos Humanos e Minorias testemunharam prisões instaladas em contêineres metálicos que fervem no calor do dia e gelam durante a noite.

A esse sistema se acoplam setores do aparelho de segurança pública prisioneiros da herança da ditadura militar, que não substituíram a tortura e os maus-tratos pela inteligência investigativa e a cooperação eficaz entre as distintas corporações policiais.

A falta de defensores públicos em quase todos os Estados (em alguns sequer foi constituída a Defensoria Pública) impede o direito humano de acesso aos serviços jurisdicionais a milhões de pessoas, dentre os quais internos que lotam delegacias e penitenciárias mesmo sem comprovação de culpa ou com penas já cumpridas. Muitos desses presos acabam tornando-se reféns do crime organizado para ter atendidas necessidades básicas.

O temário dos direitos humanos, que no primeiro PNDH limitava-se quase que somente à dimensão política e civil, incorporou na segunda edição alguns setores vulneráveis da população e alguns direitos do campo econômico, social e cultural.

Agora, com a terceira edição do programa, esse documento de referência para as políticas públicas amplia ainda mais o leque dos direitos, acompanhando o movimento de incorporação dos tratados internacionais no nosso ordenamento jurídico.

Para além do Plano, a plataforma dos direitos humanos libertou-se de parâmetros fechados para incidir em outras temáticas relevantes. O exemplo mais eloquente é o da comunicação. Resgatar a liberdade de expressão para toda a população, direito em grande parte sequestrado pelos monopólios midiáticos, é hoje um dos desafios que a militância de direitos humanos assumiu ao lado de tradicionais defensores da democratização das comunicações.

A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, de 14 a 17 de dezembro, em Brasília, antecedida por conferências em todos os estados, em novembro, abrirá espaços para a participação da sociedade na definição dos destinatários da liberdade de expressão, na exigência de equidade dos meios e responsabilidade social dos controladores da mídia, anunciantes e agências de publicidade. Afinal, não será possível avançar na realização dos direitos humanos se não houver democracia no plano simbólico, no acesso à palavra nos sistemas públicos de comunicação e na formação da subjetividade.

Outro elemento necessário para dar eficácia ao 3º Programa Nacional de Direitos Humanos é sua expressão no Orçamento da União e dos Estados. Para isso defendemos a inclusão, nos planos orçamentários, das necessárias provisões para executar as metas que vão colocar o Brasil num patamar mais elevado de direitos humanos no cotidiano do país.

